

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

FÁBIO EDUARDO TAVARES SOBRAL

**A INADIMPLÊNCIA EM FINANCIAMENTOS DE PROJETOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

Recife

2003

FÁBIO EDUARDO TAVARES SOBRAL

**A INADIMPLÊNCIA EM FINANCIAMENTOS DE PROJETOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

Dissertação apresentada à Coordenação de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, orientada pelo Profº Doutor Charles Ulises de Montreuil Carmona.

Recife

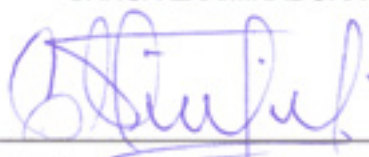
2003

FÁBIO EDUARDO TAVARES SOBRAL

**A INADIMPLÊNCIA EM FINANCIAMENTOS DE PROJETOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

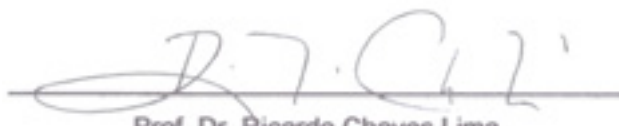
Dissertação apresentada à Coordenação de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, orientada pelo Profº Doutor Charles Ulises de Montreuil Carmona.

BANCA EXAMINADORA



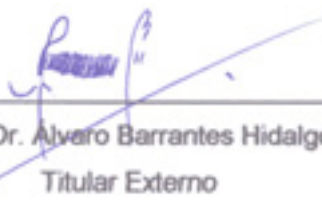
Prof. Dr. Charles Ulises de Montreuil Carmona

Presidente



Prof. Dr. Ricardo Chaves Lima

Titular Interno



Prof. Dr. Alvaro Barrantes Hidalgo

Titular Externo

Visto e permitida a impressão

Recife, 10 de julho de 2003.



Profª. Dra. Rezilda Rodrigues Oliveira

Coordenadora do Mestrado

*Às minhas queridas Ana, Juliana e Débora (em rigorosa ordem etária)
pelo apoio e compreensão aos momentos
de ausência na vida familiar.*

AGRADECIMENTOS

Marlene, Rosário e Simone (em ordem alfabética) pela grande ajuda na condução dos problemas do dia-a-dia profissional.

Andréa Franklin pela “espontânea” revisão dos textos.

Luiz Humberto Costa pelo auxílio no “abstract”.

Funcionários da SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil que forneceram os casos para estudo e que, devido ao sigilo bancário, mantenho o segredo dos nomes.

Ângela Tavares (minha mãe) pelo incentivo diário ao indagar se o trabalho estava concluído.

Rubem e Evânia Pincovsky pelo interesse e paciência.

Professor Charles Carmona pelo profissionalismo durante todo o período de orientação.

RESUMO

Por sua atuação na região Nordeste, SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil S.A. podem ser caracterizadas como instituições de fomento. De fato, ao analisarmos suas histórias nos últimos cinquenta anos, verifica-se que vários empreendimentos nordestinos foram financiados por seus intermédios.

Ao fomentar o desenvolvimento da região Nordeste, as instituições citadas incorreram em erros e acertos. O acerto referido diz respeito a operações de crédito e financiamento que receberam aporte de recursos e que posteriormente, foram ressarcidos aos seus cofres pelos beneficiários. Quanto ao erro, é aqui caracterizado pelas operações que se tornaram inadimplentes, ou seja, não foram pagas integralmente. Portanto, SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil S.A., ao efetuarem inversões em diversos empreendimentos no Nordeste tornam-se sujeitas ao risco do não retorno de seus capitais.

O risco, enquanto variável do retorno, está diretamente ligado à geração de resultados das empresas. Com o avanço da globalização uma maior necessidade de controle do risco passou a ser exigência de autoridades nacionais, como também, de entidades e governos de outros países. Várias resoluções que procuraram reduzir a exposição ao risco foram emitidas pelo Banco Central do Brasil e pelo Bank For International Settlements.

Este trabalho apresenta definições dos diversos tipos de risco enfrentados por qualquer instituição creditícia e os modelos de mensuração de risco de crédito mais utilizados pelo mercado.

Porém, seu principal objetivo é a seleção de casos de financiamento efetuados por SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil S.A., que se tornaram inadimplentes, para tentar verificar e identificar as causas do não pagamento. Ou seja, buscar o entendimento, à luz da análise dos documentos de estudo de crédito das citadas instituições, dos motivos da inadimplência em suas operações.

ABSTRACT

Because of its performance in the Northeast Region, SUDENE, Banco do Nordeste and Banco do Brasil S.A. can be characterized as promotion institutions. In fact, analyzing the latest fifty years of history in that region, we find out that several northeastern enterprises had received loans and financings that make possible its implementation.

By fomenting the development of the Northeast Region, those institutions had incurred into mistakes and rightness. The right thing concerns to the credit operations and financing that got fund increasing which later, they had been refund back by its beneficiaries. In the other hand, the mistake situation is characterized here by default credit operations.

Therefore, SUDENE, Banco do Nordeste and Banco do Brasil S.A., when effecting inversions in several in the Northeastern enterprises become target of risk of non returning its own capitals.

The risk concept is not new, being deeply studied on finance area. The risk, as return variable, dues straightly on result generation of the companies. Because of globalization strengthening a higher need of risk control was required by national authorities, as also, of foreign organizations and governments. Some resolutions that they had looked to reduce the exposition to the risk had been issued by Bank Central do Brasil and the Bank For International Settlements.

The present work shows definitions of the diverse types of risk faced by any credit institution and measuring standards of risk more used by the market.

However, its main goal is to select cases of financing held by SUDENE, Banco do Nordeste and Banco do Brasil S.A. that had become defaulters, to try to verify and to identify its causes. Or either, to search the agreement, supported by the analysis of credit documents research of the mentioned institutions, the reasons of the insolvency in its operations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Sistema Financeiro Nacional	19
Quadro 2: SFN – Empresas em Funcionamento	30
Figura 1: Fluxograma	43
Quadro 3: Mercado Financeiro e Algumas de suas Perdas	57
Quadro 4: Principais Publicações do Comitê da Basileia	59
Gráfico 1: Distribuição de Escores de Créditos	70
Quadro 5: Resumo do 1º Caso - Gama	80
Quadro 6: Resumo do 2º Caso - Gama	84
Quadro 7: Resumo do 3º Caso - Gama	89
Quadro 8: Resumo do 4º Caso - Gama	92
Quadro 9: Resumo do 5º Caso - Gama	96
Quadro 10: Resumo do 6º Caso - Gama	98
Quadro 11: Resumo 1º Caso - Delta	103
Quadro 12: Resumo do 2º Caso - Delta	107
Quadro 13: Resumo do 3º Caso - Delta	111
Quadro 14: Resumo do 4º Caso - Delta	115
Quadro 15: Resumo do 5º Caso - Delta	119
Quadro 16: Resumo do 6º Caso - Delta	123
Quadro 17: Resumo do 1º Caso - Ômega	126
Quadro 18: Resumo do 2º Caso - Ômega	130
Quadro 19: Resumo 3º caso - Ômega	133
Quadro 20: Resumo do 4º Caso – Ômega	135
Quadro 21: Resumo do 5º Caso - Ômega	138
Quadro 22: Resumo do 6º Caso - Ômega	141
Quadro 23: Tipos de Risco / Número de Ocorrências	142

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Apresentação do Tema	10
1.2	Delimitação Temática	12
1.3	Justificativa	13
1.4	Pergunta da Dissertação	13
1.5	Objetivos	14
1.5.1	OBJETIVO PRINCIPAL	14
1.5.2	OBJETIVOS SECUNDÁRIOS	14
1.6	Quadro Teórico	14
2	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: Composição e Função	17
2.1	Subsistema Normativo: Órgãos de Regulação e Fiscalização	20
2.1.1	CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN	20
2.1.2	BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN	20
2.1.2.1	Comitê de Política Monetária – COPOM	20
2.1.3	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIO – CVM	21
2.1.4	SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP	21
2.1.5	SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – SPC	23
2.2	Subsistema de Intermediação	24
2.2.1	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CAPTADORAS DE DEPÓSITO À VISTA	24
2.2.2	DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	25
2.3	Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros	27
2.4	Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros	28
2.5	Administração de Recursos de Terceiros	29
3	BREVE HISTÓRICO: SUDENE, BANCO DO NORDESTE E BANCO DO BRASIL S.A.	31
3.1	SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	31
3.1.1	OS INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS	33
3.2	Banco do Nordeste – BN	35
3.3	Banco do Brasil S.A. – BB	37

4	CONCEITOS METODOLÓGICOS	40
5	INADIMPLÊNCIA: Definições e Conceitos Normativos	46
6	RISCO: Principais Conceitos	52
6.1	Risco de Mercado	53
6.2	Risco de Crédito	53
6.3	Risco Legal	54
6.4	Risco de Conjuntura	54
6.5	Risco de Liquidez	55
6.6	Risco de Imagem	56
6.7	Risco Operacional	56
6.7.1	RISCO OPERACIONAL COM PESSOAS	60
6.7.2	RISCO OPERACIONAL COM TECNOLOGIA	60
6.7.3	RISCO OPERACIONAL COM PROCESSOS	61
6.7.4	RISCO OPERACIONAL COM EVENTOS EXTERNOS	61
7	MODELOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO	63
7.1	Critérios de Avaliação de Riscos	64
7.2	O Fluxo de Caixa e a Análise do Crédito	68
7.3	Modelos mais Utilizados na Abordagem do Risco do Crédito	69
8	ESTUDO DE CASOS, UMA ABORDAGEM PRÁTICA	75
9	CONCLUSÃO	143
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Tema

A região do nordeste brasileiro conta, a partir dos anos cinqüenta, com instituições de fomento especificamente criadas para gerar seu desenvolvimento. Tanto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE quanto o Banco do Nordeste – BN apresentam, em sua missão, o compromisso com o combate às desigualdades da região. Antes destas instituições, o Banco do Brasil S.A. respondia pela gestão de recursos públicos para o nordeste e, também, para outras regiões do Brasil.

Os três agentes citados são, desde então, os principais responsáveis pela política creditícia para a região Nordeste. Diversos projetos foram implantados e houve efetiva melhora nos indicadores nordestinos, tanto é que as taxas nordestinas de crescimento econômico superaram, por toda a década de oitenta, as do resto do país.¹

Como dito, o crescimento nordestino foi embasado nas políticas de financiamento do governo federal, implementadas pelos seus agentes SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil. Entretanto, o Brasil é um país inserido no mercado global e na medida em que as economias externas iam aprofundando seu relacionamento, o país passou, cada vez mais, a sentir os reflexos da chamada globalização, necessitando adotar práticas financeiras utilizadas no resto do mundo.

A partir da década de setenta a globalização econômica fez com que a interação entre os países se aprofundasse e as alterações conjunturais passassem a ocorrer em intervalos mais freqüentes no mercado mundial.

No ano de 1973, a quebra do sistema Bretton Woods² e o primeiro choque do petróleo. E, em 1979, o segundo choque do petróleo. Esses eventos, responsáveis pela emissão dos denominados “petro-dólares”, geraram excesso de liquidez na economia dos Estados Unidos da América. A alta liquidez associada à elevação do preço do petróleo ocasionou aumento da inflação e crescimento das

¹ Nos anos 80 o PIB nordestino cresceu, em média, 4,4% ao ano, enquanto que o PIB do Brasil cresceu, em média, 2,7% ao ano. (Fonte: IBGE e SUDENE. Disponível em www.sudene.gov.br).

² Sistema Bretton Woods: nome como ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944 e que definiu taxas de câmbio fixas.

taxas de juros norte-americanas. Além disso, a quantidade abundante de recursos fez com que houvesse concessões desordenadas de créditos, tendo sido direcionados grandes volumes de recursos para os países em desenvolvimento naquele período.

Entre o final da década de oitenta e o início da década de noventa, o mundo passou a verificar uma aceleração nos índices de inadimplência, particularmente nos Estados Unidos da América, onde adicionalmente, observou-se fatores setoriais específicos como sistema financeiro pouco regulamentado e “bolhas”³ no mercado imobiliário.

Ao final dos anos 90, o fenômeno da inadimplência é novamente observado, desta vez, nos países considerados como padrão de desenvolvimento para o terceiro mundo, os chamados “Tigres Asiáticos”. A crise sofrida por aqueles países foi deflagrada pelo movimento de fuga de capitais⁴ dado a efeito por investidores estrangeiros. A referida crise teve início na Tailândia, atingiu a Indonésia e a Coreia, rompeu a fronteira asiática e chegou à República Checa e ao Brasil. Numa segunda onda, agentes de mercado avaliaram que as instituições financeiras japonesas estavam mais vulneráveis. Europa e Estados Unidos promoveram o corte de linhas de crédito aos bancos do Japão, fazendo, assim, com que a crise voltasse a atingir a Ásia.

Ao analisarmos mais profundamente esse panorama, verificamos que o colapso deflagrado pelos choques do petróleo e a crise no final da década de noventa denotam, sobretudo, um problema de crédito.

Como se vê, a volatilidade do mercado fez do crédito o grande problema dos sistemas financeiros. Por esta razão, as operações de crédito, na maioria dos países, têm sido cada vez mais monitoradas por suas autoridades monetárias. O risco de inadimplência tornou-se o centro das atenções do mundo financeiro, gerando grande interesse dos estudiosos e profissionais de crédito que passaram a desenvolver, cada vez mais, modelos de mensuração de riscos.

Particularmente no caso brasileiro, além da volatilidade do mercado global, a inadimplência também está associada a deficiências de gestão, excesso de taxas e tributos, crédito caro e administração pouco profissional com visão de curto prazo. Este cenário veio à tona com o advento do Plano Real. O referido plano de ajuste

³ Sobrevalorização de preços de ativos, no presente caso bens imóveis, seguida de uma forte depreciação nos valores de venda.

⁴ Fuga de Capitais – Venda sucessiva de papéis/títulos, exaurindo a liquidez do sistema financeiro.

macroeconômico promoveu a redução dos chamados ganhos inflacionários, que eram auferidos pelas instituições financeiras e que mascaravam grande volume de operações inadimplidas. Esta mudança conjuntural ocasionou a deterioração dos ativos de diversas instituições financeiras obrigando a intervenção do Banco Central em bancos como: BANORTE, Econômico, Mercantil de Pernambuco entre outros.

Apresentar os modelos mais utilizados pelo chamado mercado e compará-los aos processos de análise de crédito da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil é o objeto básico deste estudo. O que se pretende é verificar em uma amostra de dezoito casos, quais os motivos que levaram empreendimentos que receberam financiamentos a se tornarem inadimplentes com uma ou mais das instituições estudadas.

1.2 Delimitação Temática

Este projeto tem como eixo central os seguintes pontos:

- a) analisar operações de empréstimos e financiamentos do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e SUDENE;
- b) identificar empreendimentos, através da utilização do fluxograma descrito no capítulo 4;
- c) analisar as causas que descrevam situações de inadimplência e os fatores de risco associados a essas causas. A inadimplência referida é relativa a empreendimentos que receberam financiamentos, foram implantados parcial ou totalmente, porém, estão em situação de anormalidade em seus pagamentos para as instituições financiadoras.

Como agentes de fomento governamental, as instituições pesquisadas foram diretamente responsáveis por aportes de recursos para projetos que, além de atender aos interesses comerciais dos empresários (clientes) envolvidos, objetivavam também a geração de emprego e renda na região Nordeste. Por intermédio de financiamentos, incentivos fiscais, orientação técnica e assessoramento de investimentos, o Banco do Brasil, a SUDENE e o Banco do Nordeste fomentaram a atividade econômica do Nordeste nas últimas cinco décadas.

Porém, existe ônus pela implementação de investimentos que por variados motivos não atingiram o benefício esperado, quer por falha na execução do projeto, quer por ausência de fontes específicas de financiamento, ou ainda pela utilização de linhas de crédito incompatíveis com a natureza do empreendimento.

1.3 Justificativa

Muitos são os projetos que foram bem sucedidos no Nordeste. Para estes, os recursos públicos direcionados propiciaram o esperado retorno, auxiliando o desenvolvimento da região. Mas, é certo que os cofres do Tesouro Nacional também sofreram com alocação de capitais que não regressaram.

O trabalho procurará contribuir, analisando diversos empréstimos e financiamentos, na busca pelo entendimento dos motivos que levaram alguns empreendimentos à inadimplência. Bem como, tentar caracterizar as causas do não pagamento e encontrar uma sistemática de análise de novas propostas através de um enfoque que contemple o perfil dos administradores e as conjunturas que impedem um projeto de obter sucesso.

1.4 Pergunta da Dissertação

Quais os motivos que levam alguns empreendimentos, aparentemente com grande potencial de lucratividade, e que receberam empréstimos e incentivos com origem em recursos públicos à inadimplência? Foram problemas conjunturais, técnicos⁵ ou de caráter do solicitante⁶?

⁵ Os problemas técnicos podem ser associados ao analista da instituição por incompetência ou inobservância de todo o conjunto de dados obtidos e ainda, na negligência ou omissão, não proposital. Também poderá haver problemas de ordem técnica no repasse das informações por parte do solicitante.

⁶ “O histórico do solicitante quanto ao cumprimento de suas obrigações financeiras, contratuais e morais. Os dados históricos de pagamentos e quaisquer causas judiciais pendentes ou concluídas contra o cliente seriam utilizadas na avaliação de seu caráter”. GITMAN (1997, p. 696).

1.5 Objetivos

1.5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as principais razões pelas quais alguns empreendimentos, aparentemente com grande potencial de lucratividade, que receberam financiamentos com recursos públicos tornaram-se inadimplentes.

1.5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Revisar o entorno financeiro e as principais instituições de financiamento público no Nordeste;
- b) Fazer o levantamento de operações mal sucedidas para obter uma amostra representativa de estudo de casos para cada financiador;
- c) Verificar se o processo de endividamento se deu por questões conjunturais (quer mercadológicas, quer por mudanças governamentais), por deficiência na análise técnica efetuada pelos agentes financeiros e SUDENE, ou simplesmente pela recusa de pagamento por parte do tomador;
- d) Identificar as causas levantadas de acordo com a classificação do tipo de risco para cada caso estudado.

1.6 Quadro Teórico

Há diversos modelos para analisar uma empresa ou grupo empresarial. Estes métodos, descritos no capítulo 7, via de regra, estudam um proponente partindo do pressuposto do dilema da maximização do lucro *versus* segurança. A excessiva preocupação na geração de lucros poderá criar dificuldade para o recebimento dos capitais emprestados, podendo gerar prejuízo. Por outro lado, a excessiva preocupação com a segurança irá reduzir a margem de lucratividade, acarretando prejuízo. Dessa forma, ao se estudar um projeto, busca-se avaliar o risco ao qual estarão submetidos os agentes financiadores.

É importante também registrar que, em finanças, risco e incerteza são conceitos distintos. Risco existe quando o financiador pode embasar sua decisão a partir de estimativas fundamentadas em dados históricos, da empresa demandante, julgados aceitáveis. A incerteza ocorre quando não há dados históricos e a decisão é tomada apenas lastreada na sensibilidade pessoal do financiador.

Apesar das instituições objeto deste estudo (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e SUDENE) liberarem recursos embasando sua análise técnica nos trabalhos de renomados autores, e em procedimentos operacionais internos, é verificada, em alguns casos, a ocorrência de inadimplência.

O presente trabalho procura encontrar os motivos da inadimplência. Se técnico (na concepção do projeto, na sua análise, na linha de crédito utilizada no financiamento etc.); se conjuntural (planos econômicos, crises externas etc.) ou se de caráter do demandante (no conceito financeiro)⁷.

A Estrutura da dissertação é assim composta:

- a) capítulo de Introdução, no qual é apresentada uma visão geral do trabalho de dissertação;
- b) o capítulo 2 analisa o Sistema Financeiro Nacional. Neste capítulo apresenta-se a definição do Sistema Financeiro Nacional (SFN), sua formação e configuração (instituições que o compõe), quais são suas funções, e a que segmentos do Sistema Financeiro Nacional pertencem Banco do Nordeste e Banco do Brasil. A SUDENE não é considerada instituição financeira, não fazendo parte do SFN;
- c) o capítulo 3 mostra um breve histórico da SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, através de relato contendo a história de cada uma das instituições analisadas no trabalho, como ano de fundação, atribuições, área de atuação etc.;
- d) o capítulo 4 consta da metodologia utilizada na elaboração do trabalho. Os critérios para seleção dos casos (a construção de um fluxograma), o tipo de pesquisa, os meios de investigação e o tipo de análise.
- e) no capítulo 5 é definida a inadimplência por diversos conceitos, tais como: econômico, financeiro, o contido em dicionário da língua portuguesa etc. Além disso, o que é a inadimplência para o Banco

⁷ Citado em Gitman (1997, p. 696).

Central do Brasil e como este define a forma de contabilização de operações inadimplidas;

- f) o capítulo 6 trata de risco e seus principais conceitos. São abordados os diversos tipos de risco aos quais estão expostas as instituições de crédito, quer sejam instituições financeiras, quer sejam instituições de fomento. Ou seja, neste capítulo são definidos os riscos de mercado, de crédito, legal, de conjuntura, de liquidez, de imagem e operacional. Também são apresentados diversos eventos internacionais onde houve prejuízo para a instituição creditícia pela não administração adequada dos riscos operacionais. Há ainda a apresentação de um quadro com as principais resoluções do Comitê da Basileia (O referido comitê é discutido neste capítulo 6);
- g) modelos de análise de crédito que são utilizados pelas mais variadas instituições creditícias estão descritos no capítulo 7. São apresentadas as teorias: C's do crédito; Fluxo de caixa; *Credit Score*; Modelo de Árvore de Decisão; Modelo de Análise Discriminante; Regressão logística; Teoria do Caos; Redes Neurais; Modelo Matricial do Crédito; Técnicas Econométricas; Modelo de Escore Z de ALTMAN; Modelo Risco de Crédito ZETA e Teoria de Seleção de Carteiras.
- h) no capítulo 8 são apresentados estudos de casos através de abordagem prática. Estão estudadas dezoito operações de crédito e financiamento das Instituições SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil. Por conta do sigilo bancário e legal das instituições, dos técnicos e dos devedores, não são apresentados os nomes das empresas receptoras de investimentos nem das instituições que os concederam, porém, todos os dados são reais e obtidos através de consulta direta aos dossiês das operações.

No estudo dos casos são verificados a metodologia de análise aplicada pela instituição financiadora e os motivos da inadimplência. Também é apresentado um quadro resumo ao final de cada caso com até quatro características dos riscos observados.

2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: Composição e Função

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) teve sua atual estrutura definida na Lei nº 4.595, de 31.12.1964. Até o advento dessa Lei a Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC era o órgão máximo do SFN, responsável por toda a política monetária, cuja execução estava a cargo do Banco do Brasil e da Caixa de Amortização do Ministério da Fazenda.

No Banco do Brasil funcionavam a Carteira de Redescoto (CARED), para as operações do redescoto bancário normal, e a Carteira de Mobilização Bancária (CAMOB), que tinha a atribuição de socorrer bancos com problemas de liquidez. Também era função do Banco do Brasil a fiscalização bancária.

A Caixa de Amortização do Ministério da Fazenda era a responsável pela emissão de moeda, por autorização da SUMOC, para suprir operações da CARED e CAMOB.

A reforma institucional concebida no biênio 1964/65 trouxe a configuração atual do Sistema Financeiro Nacional. Através da citada Lei nº 4.595 foram criados o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN). Em seguida, o governo Castelo Branco disciplinou o mercado de capitais, Lei nº 4.728, de 14.07.1965, estabelecendo como seus participantes: bancos de investimentos, sociedades imobiliárias, corretoras e distribuidoras de valores mobiliários e sociedade e fundos de investimento. Posteriormente, no governo Geisel, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Lei nº 6.385, de 07.12.1976.

Na configuração dada pelo arcabouço legal daquele período, as instituições financeiras públicas e privadas atuavam por segmentos especializados, identificados de acordo com os direcionamentos dos recursos captados:

- a) créditos de curto e curtíssimo prazo – bancos comerciais, caixas econômicas e cooperativas de crédito;
- b) crédito de médios e longos prazos – bancos de investimento, bancos de desenvolvimento e caixas econômicas;
- c) crédito ao consumidor – sociedades de crédito financiamento e investimento;

- d) crédito habitacional – caixas econômicas, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias e sociedades de crédito imobiliário;
- e) intermediação de títulos e valores mobiliários – sociedade corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e bancos de investimento;
- f) arrendamento mercantil – sociedades de arrendamento mercantil.

Com as modificações que foram ocorrendo na estrutura econômica do país, os bancos tornaram-se líderes de grandes conglomerados, atuando nos diversos segmentos do mercado financeiro⁸, com instituições específicas para cada tipo de operação. Por esse motivo, foi editada a Resolução nº 1.524, em 22.09.1988, pelo Conselho Monetário Nacional, que permitiu àquelas instituições se organizarem sob a forma de bancos múltiplos.

A segunda mudança ocorrida foi divulgada através da Resolução CMN nº 2.099, de 17.08.1994. Esta resolução busca adaptar o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional aos padrões do Acordo da Basileia⁹ e é composta por anexos, o que regulamentou o acesso ao Sistema Financeiro (anexo I); os valores mínimos de capital e patrimônio líquido (anexo II); a instalação e funcionamento no país de dependências (anexo III) e a apuração do patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, passivos e contas de compensação (anexo IV).

Várias outras alterações foram instituídas pelo Conselho Monetário Nacional no período posterior a Resolução nº 2.099, entretanto, a mais significativa do período foi a entrada em vigor do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) em abril de 2002. Iniciado em 1999, o projeto SPB representou mais uma etapa de adaptação do Sistema Financeiro Nacional ao receituário internacional objetivando o controle de riscos e o fortalecimento do próprio SFN.

Atualmente a estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro é constituída por dois subsistemas: o normativo e o de intermediação.

No quadro 1, verifica-se toda a constituição do SFN.

⁸ Segundo Fortuna (1994), mercado financeiro tem por função “guardar os recursos financeiros de quem os tem, mas agora deles não necessita, e emprestá-los para quem não os tem, mas agora deles necessita”.

⁹ Comitê formado em 1975 pelos dirigentes de Bancos Centrais dos 10 países mais ricos do mundo, em reunião ocorrida na cidade de Basileia (Suíça), objetivando dar maior estabilidade ao mercado e segurança aos investidores. Atualmente conta com 30 membros entre eles o Brasil.

Órgãos de Regulação e Fiscalização		Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos à Vista	Bancos Múltiplos com Carteira Comercial Bancos Comerciais Caixas Econômicas Cooperativas de Crédito
C M N Conselho Monetário Nacional	Banco Central do Brasil	Demais Instituições Financeiras	Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial Bancos de Investimento Bancos de Desenvolvimento Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento Sociedades de Crédito Imobiliário Companhias Hipotecárias Associações de Poupança e Empréstimo Agências de Fomento Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
	Comissão de Valores Mobiliários	Outros intermediários ou Auxiliares Financeiros	Bolsas de Mercadorias e de Futuros Bolsas de Valores Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Sociedades de Arrendamento Mercantil Sociedades Corretoras de Câmbio Representações de Instituições Financeiras Estrangeiras Agentes Autônomos de Investimento
	Superintendência de Seguros Privados	Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros	Entidades Fechadas de Previdência Privada Entidades Abertas de Previdência Privada Sociedades Seguradoras Sociedades de Capitalização Sociedades Administradoras de Seguro-Saúde
	Secretaria de Previdência Complementar	Administração de Recursos de Terceiros	Fundos Mútuos Clubes de Investimentos Carteiras de Investidores Estrangeiros Administradoras de Consórcio
		Sistemas de Liquidação e Custódia	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP Caixas de Liquidação e Custódia

Quadro 1: Sistema Financeiro Nacional

Fonte: Banco Central do Brasil

2.1 Subsistema Normativo: Órgãos de Regulação e Fiscalização

2.1.1 CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL – CMN

É a principal entidade do Sistema Financeiro Nacional, responsável pelo estabelecimento de diretrizes das políticas monetária, cambial e creditícia e também pela regulamentação das condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras.

O CMN é composto pelo Ministro da Fazenda, na função de presidente; Ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central do Brasil.

2.1.2 BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

Instituído em 1964, através da Lei nº 4.595, em substituição a SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito. Tem como funções clássicas a execução das políticas monetária e cambial e a fiscalização das instituições financeiras. E, a partir de 1999, foi acrescentada a responsabilidade pela adoção de políticas necessárias ao atingimento das metas de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional.

A estrutura organizacional do BACEN é formada por um presidente e diretorias de administração, fiscalização, assuntos internacionais, normas e organização do Sistema Financeiro, política econômica, política monetária e liquidações e desestatização.

2.1.2.1 Comitê de Política Monetária – COPOM

Constituído em 1996, tem por objetivo estabelecer diretrizes da política monetária e estabelecer a meta da taxa de juros, a chamada taxa SELIC.¹⁰

O COPOM tem por composição oito membros da diretoria do Banco Central do Brasil, sendo seu principal executivo o presidente daquele órgão.

¹⁰ Trata-se da taxa básica de juros do sistema financeiro, a partir da taxa Selic são balizadas pelas instituições financeiras as taxas que serão utilizadas pelo mercado.

2.1.3 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIO – CVM

Criado pela Lei nº 6.385 em 1976, a CVM é entidade autárquica do Ministério da Fazenda voltada para ao desenvolvimento, disciplinar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários. Através da CVM é efetuado/autorizado:

- a) registro de companhias abertas e de distribuição de valores mobiliários;
- b) credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários;
- c) negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- d) organização, funcionamento e operações das Bolsas de Valores;
- e) administração de carteiras e custódia de valores mobiliários;
- f) suspensão ou cancelamento de registros/negociações.

A CVM localiza-se no Rio de Janeiro, tem a administração composta por colegiado formado por um presidente e quatro diretores nomeados pelo presidente da república.

2.1.4 SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

Órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e capitalização, as entidades de previdência privada aberta e corretores habilitados.

Composição do CNSP: presidente – ministro da fazenda; superintendente da SUSEP; representante do ministério da justiça; representante do ministério da previdência e assistência social e representante da CVM.

Atribuições do CNSP:

- a) fixar diretrizes e normas da política de seguros privados;
- b) regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros privados, bem como a aplicação das penalidades previstas;
- c) fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro;
- d) estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro;
- e) conhecer dos recursos de decisão da SUSEP e do IRB;
- f) prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações;
- g) disciplinar a corretagem do mercado e a profissão de corretor.

Atribuições da SUSEP:

- a) fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
- b) atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;
- c) zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
- d) promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados, com vistas à maior eficiência do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização;
- e) promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operem;
- f) zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;

- g) disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;
- h) cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
- i) prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP.

2.1.5 SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – SPC

É órgão colegiado, normativo, de deliberação, controle e avaliação da execução da política nacional das entidades fechadas de previdência complementar, integrante da estrutura regimental do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A SPC é composta por 15 membros, sendo presidente o Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social; Secretário da Previdência Complementar; e um representante dos seguintes órgãos: Secretaria da Previdência Complementar; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento; Orçamento e Gestão; Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; Banco Central do Brasil - BACEN; Comissão de Valores Mobiliários -CVM; Secretariada Previdência Social; entidades fechadas de previdência complementar; participantes de entidades fechadas de previdência complementar; um representante das patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar; Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ABRAPP; e Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, cujo mandato será exercido de forma alternada com um representante da Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades Fechadas de Previdência Privada - ANCEPP, iniciando-se pelo primeiro; e Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas - APEP.

São competências da SPC:

- a) estabelecer as normas gerais complementares à legislação e regulamentação aplicável às entidades fechadas de previdência complementar para implementação da política determinada pelo Ministro de Estado ao qual está vinculado o órgão regulador e fiscalizador;

- b) determinar padrões para instituição e operação dos planos de benefícios, de modo a assegurar sua transparência, solvência, liquidez e equilíbrio financeiro;
- c) normalizar novas modalidades de planos de benefícios;
- d) estabelecer normas complementares para os institutos da portabilidade e do benefício proporcional diferido, garantidos aos participantes;
- e) estabelecer normas especiais para a organização de planos patrocinados por instituidores;
- f) determinar a metodologia a ser empregada nas avaliações atuariais;
- g) fixar limite para as despesas administrativas dos planos de benefícios e das entidades de previdência complementar;
- h) estabelecer regras para o número mínimo de participantes ou associados de planos de benefícios.

2.2 Subsistema de Intermediação

2.2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CAPTADORAS DE DEPÓSITO À VISTA

a) Bancos Múltiplos:

Devem ser constituídos por pelo menos duas das seguintes carteiras: comercial, de investimento (ou desenvolvimento, se banco público), crédito imobiliário, crédito, financiamento e investimento e arrendamento mercantil.

Os bancos múltiplos possuem personalidade jurídica própria e são classificados dentro do subsistema de intermediário de acordo com a constituição de sua carteira de atividades.

b) Bancos Comerciais:

São constituídos com o objetivo de suprir os recursos necessários ao financiamento, de curto e médio prazos, da indústria, do comércio, pessoas físicas etc. Os bancos comerciais podem captar depósitos a vista, a prazo fixo, entre outras.

c) Caixas Econômicas:

São integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e empréstimo – SBPE e do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. Embora possam ser comparados com os bancos comerciais por captar depósitos a vista, realizar operações ativas e prestar serviços, sua grande fonte de recursos são os depósitos em caderneta de poupança. As cadernetas de poupança lastreiam as operações do SFH, exceto do Banco do Brasil que destina os depósitos daquela fonte para o financiamento de empreendimentos agrícolas.

As atividades das caixas econômicas tem forte identificação social pois, concedem empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de saúde, educação, transportes urbanos etc.

d) Cooperativas de Crédito:

Atuam principalmente no setor primário da economia, promovendo uma melhor comercialização de produtos rurais e facilitando o escoamento das safras agrícolas para os pólos consumidores. Somente os cooperados têm acesso aos financiamentos.

2.2.2 DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Bancos de investimento:

Criados para administrar recursos de médio e longos prazos para fornecer capital de giro ou fixo para as empresas. Os bancos de investimentos não são autorizados a manter contas correntes, entretanto, podem captar recursos nos mercados externo e interno e também possuem permissão para vender cotas de fundos de investimentos.

b) Bancos de Desenvolvimento:

O principal banco de desenvolvimento do país é o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Caracteriza-se por fomentar inversões de longo prazo, tendo por foco de atuação:

- i. modernização dos setores produtivos;
- ii. a redução dos desequilíbrios regionais;
- iii. o apoio aos investimentos em infra-estrutura;
- iv. o desenvolvimento urbano e social;
- v. o estímulo às exportações;
- vi. o fortalecimento do mercado de capitais;
- vii. o estímulo ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas.

Além do BNDES existem outras instituições de fomento regional e os bancos estaduais de desenvolvimento.

a) Financeiras

Também chamadas de Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, apresentam como principal função o financiamento de bens de consumo duráveis através de operações de crédito direto ao consumidores (CDC). Podem também financiar capital de giro.

b) Sociedades de Crédito Imobiliário

Através da captação de recursos por intermédio das cadernetas de poupança e pela emissão de Letras Hipotecárias, as Sociedade de Crédito Imobiliário proporcionam o amparo financeiro a operações imobiliárias de incorporação, construção, venda ou aquisição de habitação. Este tipo de sociedade integra o SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

c) Associações de Poupança e Empréstimo (APE)

Têm sua constituição obrigatória por forma de sociedade civil, com restrição de atuação a determinadas regiões. De forma ampla guardam semelhança em seu funcionamento com o das cooperativas pois, são proprietários os seus associados aos quais são distribuídos de forma integral seus resultados. Fazem parte do SFH e do SBPE.

d) **Companhias Hipotecárias**

Destinam seus recursos para financiamentos para produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais e comerciais; compram, vendem e refinanciam créditos hipotecários próprios e de terceiros.

e) **Agências de Fomento**

São constituídas como sociedade anônima de capital fechado. Sua finalidade é a concessão de capital de giro e capital fixo apenas na unidade da federação onde tenham representações devidamente instaladas.

f) **Sociedades de Crédito ao Microempreendedor**

Devem ser constituídas sob a forma de companhia fechada ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Têm por finalidade a concessão de financiamentos para pessoas físicas e microempresas.

2.3 Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros

- a) **Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F)** - trata-se de sociedade civil sem fins lucrativos, tendo por objetivo efetuar o registro, a compensação e a liquidação física e financeira das operações realizadas em seu âmbito. Na BM&F são negociados mercadorias e índices nos mercados a termo, futuro e de opções.
- b) **Bolsa de Valores** - formada por corretoras de valores, também é caracterizada por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos. Sua função é manter local, sistema e condições adequadas para a realização de compra e/ou venda de títulos e valores mobiliários. Além disso, sua finalidade é assegurar a liquidação financeira de todas as operações realizadas. A maior bolsa de valores do Brasil é a BOVESPA, Bolsa de Valores de São Paulo, entretanto, existem outras bolsas funcionando em todo o país, são elas: Rio de Janeiro, Minas-Espírito Santo-Brasília, Extremo Sul, Santos, Bahia-Sergipe-Alagoas, Pernambuco-Paraíba, Paraná. Todas elas são interligadas e formam um único sistema de negociação, telefonia, liquidação e custódia, com opções de pregão

eletrônico, viva-voz e sessão noturna de negociação eletrônica, chamada de “*after market*”.

- c) Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) - são eminentemente instituições do mercado acionário. Operam com compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários.
- d) Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) - têm atuação um pouco mais restrita que as CTVM por não ter acesso às Bolsas de Valores. Suas atividades englobam a subscrição e emissão de títulos e valores mobiliários para revenda, bem como, a intermediação de oferta pública e distribuição daqueles títulos no mercado. Podem operar isoladamente ou em consórcio.
- e) Sociedades Corretoras de Câmbio - são autorizadas a intermediar operações de câmbio, inclusive no mercado de taxas flutuantes.
- f) Sociedades de Arrendamento Mercantil (*LEASING*) - atuam no mercado de arrendamento de bens móveis, nacionais e estrangeiros, e de bens imóveis.
- g) Representações de Instituições Financeiras não Nacionais - obrigatoriamente é exercida por pessoa, física ou jurídica, domiciliada no país. Sua função é repassar informações de interesse da matriz ou de filiais no exterior. A atuação do representante é bastante limitada, pois lhe é vedada a prática de operações privativas de instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN.
- h) Agentes Autônomos - atuam como prepostos de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

2.4 Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros

- a) Entidades de Previdência Complementar – formadas por grupos de trabalhadores, visam à valorização do patrimônio de forma a assegurar que as contribuições do presente se revertam em benefícios futuros, após a aposentadoria de seu contribuinte. São classificadas como previdência fechada, quando somente participam empregados de uma determinada empresa, e abertas, quando não há tal limitação.

- b) Sociedades Seguradoras – administram os interesses da massa de segurados. São regulamentadas pela legislação das sociedades anônimas e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.
- c) Sociedades de Capitalização – constituída de um capital mínimo de contribuição claramente definido, bem como o prazo de capitalização. Assemelha-se a um investimento em caderneta de poupança, porém diferentemente daquele, remunera seus investidores em função de um índice de preços sem adicional de taxa de juros, e com sorteios de diversos prêmios.

2.5 Administração de Recursos de Terceiros

- a) Fundos de Investimento – trata-se de condomínio onde se aplicam recursos em carteiras de títulos e valores mobiliários.
- b) Clubes de Investimento – também formado através de condomínio, porém constituído por pessoas físicas.
- c) Carteiras de Investidores Estrangeiros – pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior. Investidores institucionais estrangeiros. Tais aplicadores agrupam-se em condomínio com o objetivo de investir em carteira de títulos e valores mobiliários.

No quadro 2 são apresentadas as quantidades de empresas, por segmento, vinculadas ao Sistema Financeiro Nacional – SFN.

TIPO	QUANTIDADE
Bancos Múltiplos	145
Bancos Comerciais (1)	24
Bancos de Desenvolvimento	04
Bancos de Investimento	21
Caixa Econômica	01
Soc. de Crédito, Financ. e Invest.	43
Soc. de Arrendamento Mercantil	68
Soc. Créd. Imob./APE	18
Companhias Hipotecárias	06
Soc. Corr. Tít. Val. Mobiliários	169
Soc. Corretoras de Câmbio	42
DTVM	151
Agências de Fomento (2)	09
Cooperativas de Crédito	1.356
Soc. Créd. Microempreendedor	21
Administradoras de Consórcio	385
Fundos de Investimento (2)	5.675
TOTAL	8.138

Quadro 2: SFN – Empresas em Funcionamento

Fonte: Banco Central do Brasil // ANDIMA – julho/2002.

Notas: (1) Inclui as filiais de bancos estrangeiros.

(2) inclui autorizadas e em funcionamento.

Demonstrados composição e funções do Sistema Financeiro Nacional, apresentaremos no próximo capítulo a definição e o papel de cada uma das instituições (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e SUDENE) onde foram pesquisados os casos apresentados nesta dissertação.

3 BREVE HISTÓRICO: SUDENE, BANCO DO NORDESTE E BANCO DO BRASIL S.A.

No capítulo anterior apresentamos a constituição do Sistema Financeiro Nacional onde estão inseridos, dentre os Bancos Múltiplos com Carteira Comercial, O Banco do Nordeste e o Banco do Brasil S.A. Por se tratar de uma agência de desenvolvimento regional, a SUDENE (criada por Lei Federal em 1959), não faz parte do Sistema Financeiro Nacional.

Sob esta ótica, não haveria compatibilidade entre as atividades efetuadas pelos bancos citados e as atribuições da SUDENE. Entretanto, as três instituições pertencem, em suma, ao governo central já que Banco do Nordeste e Banco do Brasil são Sociedades de Economia Mista cujo acionista majoritário é o governo federal.

Como instituições governamentais de fomento, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e SUDENE, têm em comum, a responsabilidade por financiamentos de longo prazo utilizando *funding* de recursos públicos.

Por intermédio de empréstimo, incentivos fiscais, orientação técnica e assessoramento em investimentos, Banco do Nordeste, Banco do Brasil e SUDENE foram responsáveis pelo desenvolvimento de boa parte da atividade econômica do Nordeste nos últimos cinquenta anos. Neste capítulo apresentamos breve relato histórico sobre a criação e o papel de cada uma dessas instituições.

3.1 SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, criado em 1956 através do Decreto nº 40.554, de 14.12.56, sob a liderança do economista Celso Furtado, apresenta relatório final em 1959, denominado “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste”.

Esse relatório articulava uma série de recomendações, assinaladas por uma larga visão histórica, e instigante senso de oportunidade, e fundamentadas numa análise interpretativa da realidade regional, há um tempo original,

precisa e didática. Esboçava em síntese, uma trajetória inovadora de desenvolvimento regional, na perspectiva do projeto de integração nacional em curso.¹¹

A proposta do GTDN tinha por objetivos básicos:

- a) a intensificação dos investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de produção manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vista a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas;
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporá-la à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da faixa semi-árida. GTDN (1967, 2. ed.) apud Leonardo Guimarães (1996, p. 232).

Uma das constatações mais relevantes feitas pelo GTDN diz respeito ao fato do aumento gradativo das transferências correntes para o Nordeste, simultaneamente à redução das receitas tributárias da Região. Foi diagnosticada uma defasagem progressiva entre os investimentos feitos no Nordeste e nas regiões do Sudeste e do Sul do país. 30 anos de SUDENE (1990, p.16).

O GTDN foi transformado em Conselho do Desenvolvimento do Nordeste - CODENO, mediante decreto presidencial de nº 45.445 de 20.02.59, cujas atribuições eram a de ir implantando as diretrizes gerais da política econômica proposta, ao mesmo tempo é enviado ao Congresso Nacional, em fevereiro de 1959, o projeto de lei propondo a criação da SUDENE.

E finalmente, em 15 de dezembro de 1959, com a edição da lei nº 3.692, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Na sua concepção original, além das atribuições de Planejamento, Cooperação e

¹¹ 30 anos de SUDENE (1990, p. 6)

Assistência Técnica, inclui também a execução direta ou indireta, mediante convênios, de projetos regionais estratégicos.

A instalação da SUDENE representou uma inovação na forma de atuação do Estado brasileiro em termos de economia regional.

Sua estrutura organizacional era constituída de um Conselho Deliberativo e de uma Secretária Executiva. Nos últimos 40 anos a composição do seu Conselho sofreu alterações. Mas, à época da sua criação, dele participavam os governadores dos Estados do Nordeste; representantes dos Ministérios civis e do Estado Maior das Forças Armadas; das agências financeiras governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, e o Banco do Brasil; e o Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco – CVSF, o Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, e o próprio Superintendente da SUDENE.

A Secretaria Executiva da SUDENE, também sofreu várias modificações ao longo dos anos, cuja complexidade organizacional acompanhava as diretrizes dos Planos Diretores e as transformações ocorridas no espaço nacional e regional.

Os Planos concebidos nessa Secretaria eram discutidos no Conselho Deliberativo, e posteriormente encaminhados ao Congresso Nacional para aprovação e depois transformados em lei. Por outro lado, a SUDENE, era diretamente subordinada a Presidência da República, sendo dotada também de autonomia administrativa e poder decisório.

3.1.1 OS INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS

As transformações ocorridas no Nordeste nas últimas décadas decorreram, em grande parte do conjunto de incentivos fiscais e financeiros que foram criados para dar cumprimento aos objetivos da estratégia de desenvolvimento do GTDN, o de criação de um centro autônomo de produção industrial. São as seguintes as principais leis geradoras de incentivos:

- a) Lei nº 3.692 de 15/12/1959
- b) o sistema 34/18 (art. 34 da Lei nº 3.995, de 14/12/1961 e o art. 18 da Lei nº 4.239, de 17/06/1963).

- c) Decreto-Lei de 16/06/1970, que criava o Programa de Integração Nacional.
- d) Decreto-Lei nº 1.179, de 06 de junho de 1971, que instituía o Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste.

Decreto-Lei nº 1.374, de 12/12/1974, que cria e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FINAM, os Fundos Setoriais – Fiset o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FINOR.

“FINOR: É o principal incentivo oferecido pela SUDENE para estimular a economia da região. Seu objetivo é oferecer apoio financeiro a empresas que pretendam se instalar ou ampliar sua atuação no Nordeste, Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha e no norte do Espírito Santo (área da atuação da SUDENE). Ao longo de sua história, o FINOR aprovou 3.052 empreendimentos, dos quais 2.127 foram concluídos”.¹²

A diferença básica entre o sistema 34/18 e o FINOR consistia na eliminação da captação feita por cada investidor. Com a criação do FINOR, é a SUDENE quem determina a alocação dos recursos em cada projeto. O optante aposta na rentabilidade média do fundo.

Desde a sua criação, algumas alterações foram feitas no FINOR, mas que não mudaram a natureza e os objetivos do sistema de incentivos.

O FINOR é operado pelo Banco do Nordeste, a quem compete efetivar as ordens de liberação, subscrever ações ou debêntures das empresas, emitir cotas escriturais em favor dos investidores e administrar a carteira de títulos.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso a SUDENE foi extinta e substituída pela ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Medida Provisória nº 2.146-1, de 04 de maio de 2001, alterada pela Medida Provisória nº 2.156, de 24 de agosto de 2001 e instalada pelo Decreto nº 4.126, de 13 de fevereiro de 2002.

Com o início do governo Luís Inácio Lula da Silva, foi constituído grupo de estudo, conduzido pela economista Tânia Bacelar, com o objetivo de reativar a SUDENE após a redefinição de seu papel.

¹² Disponível em: www.sudene.gov.br. Acesso em: 10/09/02.

3.2 Banco do Nordeste – BN

Em 19/07/52, no governo Vargas, é criado o Banco do Nordeste do Brasil S.A., pela Lei nº 1649, para fomentar o desenvolvimento da região Nordeste.

Fundamentou a Lei de criação do Banco do Nordeste a exposição de motivos à Presidência da República, apresentada por Horácio Láfer então Ministro da Fazenda, após retorno de viagem ao Nordeste, para verificar os efeitos da seca de 1951. Sancionada a Lei, Getúlio Vargas designou uma comissão para adotar as providências necessárias à constituição do Banco do Nordeste.

Em 18 de janeiro de 1952, realizou-se em Fortaleza (CE) a *Assembléia Geral de Constituição do Banco do Nordeste*, composta por empresários, políticos e técnicos. Em 7 de junho, foi inaugurada em Fortaleza a primeira agência do Banco do Nordeste.

Previsto na própria Lei de criação do Banco do Nordeste, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)¹³ começou a organizar-se nos primeiros meses de 1954, funcionando na estrutura do Banco do Nordeste e contando com cooperação técnica internacional, através de missões externas, que apoiaram o Banco do Nordeste em seus primeiros passos.

Por proposta do Banco do Nordeste, foi criado em 14/12/56 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), funcionando sob a direção de um representante do BN junto ao Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República. Esse órgão foi transformado no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), que ensejou, em 1959, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Em 03/08/61, o Banco do Nordeste recebeu do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) seu primeiro empréstimo externo, no valor de US\$ 10 milhões, recursos que possibilitaram o financiamento de atividades diversificadas no setor industrial, contemplando, dentre outros, programa de reequipamento e modernização da indústria têxtil regional.

A partir do mês de dezembro daquele ano, o Banco do Nordeste passa a receber os depósitos oriundos do Sistema 34/18, que inaugura o sistema de

¹³ Trata-se de um escritório responsável pela elaboração de uma base de dados acerca da economia e de outros aspectos da realidade nordestina.

incentivos fiscais na Região. O 34/18 é substituído em 1974 pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

Em 1962, o Banco do Nordeste inicia a execução de programa de financiamento de serviços básicos (água potável e esgotos) nas capitais do Nordeste, com base em contrato firmado com o BID. Energia elétrica, telecomunicações e transportes são outros segmentos de infra-estrutura urbana que receberam recursos.

Inicia-se, na segunda metade da década de 60, o Programa de Assistência à Pequena e Média Indústria, com a participação do Banco do Nordeste, SUDENE e governos estaduais do Nordeste.

Na década de 80, começam os financiamentos no âmbito do POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste) e a serem operacionalizados o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo) e o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL).

A Constituição Federal de 1988 incorpora novos dispositivos que buscam a redução das desigualdades regionais, resultando, com isso, a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste e destinado ao financiamento do setor produtivo regional, com ênfase na região semi-árida.

FNE: Criado pelo artigo 159 da Constituição de 1988, possui linhas de crédito destinadas, preferencialmente, a mini e pequenos produtores, pequenas e médias empresas e a suas cooperativas e associações. Cabe ao Banco do Nordeste definir normas, procedimentos e condições operacionais, além de outros procedimentos necessários à administração financeira do Fundo. Entretanto, cabe ao Conselho Deliberativo da SUDENE, anualmente, a aprovação da proposta de aplicação dos recursos.¹⁴

Até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, o Banco do Nordeste apresentava como planejamento empresarial diversas ações relacionadas com promoção de investimentos, pesquisas científicas e tecnológicas, capacitação dos agentes produtivos em gestão empresarial, consolidação dos pólos agroindustriais e

¹⁴ Disponível em: www.sudene.gov.br. Acesso em: 10/09/02.

de irrigação, fortalecimento das cadeias produtivas, intensificação das parcerias e expansão do programa de desenvolvimento local.

3.3 Banco do Brasil S.A. – BB

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, a sede da Coroa passa a ser o Rio de Janeiro. Na ocasião Dom João VI abre os portos, traz a imprensa e em outubro daquele ano, promove a fundação do Banco do Brasil.

Em 11 de dezembro de 1809, o Banco do Brasil, iniciou suas atividades instalado em prédio situado na antiga Rua Direita, esquina da Rua de São Pedro – Rio de Janeiro. Na ocasião era o quarto emissor de moeda em todo o mundo, até então apenas a Suécia, a Inglaterra e a França dispunham de bancos emissores.

Quando da declaração da independência do Brasil, em 7 de setembro 1822, por D. Pedro I, o apoio financeiro do Banco do Brasil foi necessário para o custeio de escolas e hospitais e para equipar os navios que objetivavam combater as resistências lusitanas.

A partir de 1888, o BB passou a destacar-se como instituição de fomento econômico. Para a agricultura, destinou as primeiras linhas de crédito, utilizadas no recrutamento de imigrantes europeus para assentamento em lavouras de café, então sob o impacto da libertação da mão-de-obra escrava.

Com a proclamação da República, em 1889, o Banco do Brasil teve suas atividades reordenadas para a gestão financeira do novo regime político e se destacou como agente saneador das finanças públicas, abaladas pela crise do fim da Monarquia.

Desde 1906, as ações ordinárias do BB têm sido transacionadas publicamente em bolsa. As preferenciais passaram a ser negociadas a partir de 1973. Desde então, os papéis do Banco do Brasil são classificados como *blue chips*¹⁵ nos pregões da bolsa de valores.

Em 1937, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial - CREAL, o Banco do Brasil instituiu o crédito rural especializado com o objetivo de fornecer matéria-prima e fomentar a nascente atividade industrial brasileira.

¹⁵ Ações “blue chips”, termo inglês do jargão das bolsas de valores que designa as ações mais estáveis e seguras, as mais valorizadas pelos compradores. SANDRONI (1998, p. 29).

Com o processo de alavancagem industrial promovida por Juscelino Kubitschek na década de 50 é criada a Carteira de Comércio Exterior (CACEX), em substituição à antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil que havia sido instalada em 21 de maio de 1941.

A sede do BB foi transferida para Brasília no dia da inauguração da nova capital, 21 de abril de 1960. Em 31 de dezembro de 1964, a Lei 4.595 (Lei da Reforma Bancária) criou o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional. Com o fim da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) coube ao Banco do Brasil continuar a exercer algumas funções de autoridade monetária, como as atividades da CACEX.

Uma das principais transformações na história recente do Banco do Brasil ocorreu em 1986, quando o governo do Presidente José Sarney, tendo por Ministro da Fazenda Dílson Funaro, decide extinguir a chamada Conta Movimento, mantida junto ao Banco Central. A Conta Movimento era um mecanismo que assegurava ao BB suprimento automático de recursos para as operações de interesse e ordenadas pelo governo federal. Em contrapartida, o BB foi autorizado a atuar em todos os segmentos de mercado franqueados às demais instituições financeiras. Inicia-se, assim, a transformação do Banco do Brasil em conglomerado financeiro, dando fim as suas atribuições de autoridade monetária.

Na década de 90, quando da implantação do Plano Real, em 01 de julho de 1994, o BB foi encarregado para substituir a antiga moeda (Cruzado Novo) pela nova (Real), em curto espaço de tempo, em todo o Brasil. A operação foi considerada a maior do gênero já realizada no mundo. Quando o Real entrou em vigor, o BB havia distribuído R\$ 3,8 bilhões para 31 mil agências bancárias existentes à época no País.

Desde 30.04.2001 o Banco do Brasil adotou definitivamente sua configuração de Banco Múltiplo passando dessa forma, a atuar como os demais Bancos Brasileiros.

O governo Luís Inácio Lula da Silva tem declarado que fará do Banco do Brasil um importante aliado na retomada do crescimento econômico nacional, direcionando parte das atividades do BB para a alocação de recursos com o objetivo de fomentar as micro, pequenas e médias empresas, gerando empregos e permitindo uma melhor distribuição de renda no país.

Feito este breve relato das histórias da SUDENE, do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil S.A. pode-se depreender que estas instituições foram ao longo de décadas responsáveis por diversos programas de financiamentos de projetos e empreendimentos desenvolvidos ou instalados no nordeste brasileiro. Por este motivo SUDENE, BN e BB têm histórias comuns de operações creditícias que cumpriram seu papel e fomentaram a atividade econômica nordestina e, por conseguinte, geraram renda e impostos. Porém, há registro de operações que não lograram êxito, onde os recursos alocados por aquelas instituições não retornaram aos seus cofres.

Sob este prisma, a presente dissertação busca identificar os motivos que geraram a inadimplência observada. No próximo capítulo será apresentada a metodologia utilizada na seleção dos casos referentes a financiamentos e empréstimos efetuados pela SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil que não estão em situação de adimplência e que serão discutidos no capítulo 8.

4 CONCEITOS METODOLÓGICOS

Por intermédio de financiamentos, incentivos fiscais, orientação técnica e assessoramento de investimentos, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e a SUDENE foram responsáveis pelo desenvolvimento de considerável parte da atividade econômica do Nordeste nas últimas cinco décadas. O trabalho dessas instituições resultou em diversas experiências de sucesso na região, tais como: instalação de complexos industriais - petroquímico, cloroquímico e álcoolquímico - pólos turísticos, centros médicos, projetos diversos de irrigação, entre outros. Para estes empreendimentos, os financiamentos recebidos propiciaram o início de suas atividades e a conseqüente geração de receitas, possibilitando aos executores dos projetos condições suficientes para o pagamento dos aportes de capital recebidos.

Porém, na implementação de alguns projetos de investimentos, por variados motivos, não se atingiu a maturação esperada. Falhas na execução do projeto, ausência de fontes específicas de financiamento ou utilização de linhas de crédito incompatíveis com a natureza do empreendimento, fatores conjunturais etc., geraram exposições de risco crescentes redundando em inadimplência¹⁶. O objeto desta dissertação é analisar operações de crédito/financiamento verificando os motivos das inversões de capital não terem retornado.

O trabalho desenvolver-se-á através de pesquisa de portfólio de inadimplentes e coleta de subsídios diretamente nos documentos das operações nas instituições Banco do Brasil, Banco do Nordeste e SUDENE. Os casos apresentados são reais e foram apurados após consulta aos dossiês das operações de crédito junto às instituições analisadas.

Os nomes das empresas selecionadas foram, no entanto, omitidos para fins de manutenção do sigilo bancário e de justiça. Pelo mesmo motivo, também não há a nominação de qual instituição creditícia realizou determinado empréstimo/financiamento.

O embasamento metodológico desta dissertação é a seguir apresentado:

¹⁶ Vide capítulo 5.

Referente ao tipo de pesquisa

- a) Quanto ao fim – o estudo é exploratório e descritivo:
- ii. exploratório – conforme definição de Vergara (2000, p. 47) “A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”;
 - iii. descritivo – por expor “características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”. Vergara (2000, p. 47).
- b) Quanto aos meios de investigação – o estudo é documental, *ex post facto* e de campo
- i. documental – por ser realizado através de análise de documentos conservados em arquivos de empresas privadas ou de órgãos públicos de qualquer natureza;
 - ii. *Ex Post Facto* – “investigação ex post facto refere-se a um fato já ocorrido. Aplica-se quando o pesquisador não pode controlar ou manipular variáveis, seja porque suas manifestações já ocorreram, seja porque não são controláveis. A impossibilidade de manipulação e controle das variáveis distingue, então, a pesquisa experimental da ex post facto”; Vergara (2000, p. 48)
 - iii. de campo – “é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”; Vergara (2000, p. 47).

Das instituições envolvidas foram selecionadas operações com linhas de crédito cujo *funding* é de origem governamental, vez que tanto no Banco do Brasil

como no Banco do Nordeste, operações ativas lastreadas em suas captações livres no mercado não envolvem, a princípio, perdas para o erário.

Tomados os cuidados necessários para salvaguardar direitos legais de todos os agentes do processo, o que se busca nesta dissertação é verificar as causas que geraram perdas de capitais às instituições que concederam créditos. Se o processo da inadimplência dos tomadores se dá por questões conjunturais, ineficiência na análise, no acompanhamento do projeto ou falha na concepção do próprio empreendimento.

Foi elaborado o fluxograma descrito na figura 1, para se efetivar as análises de cada uma das operações.

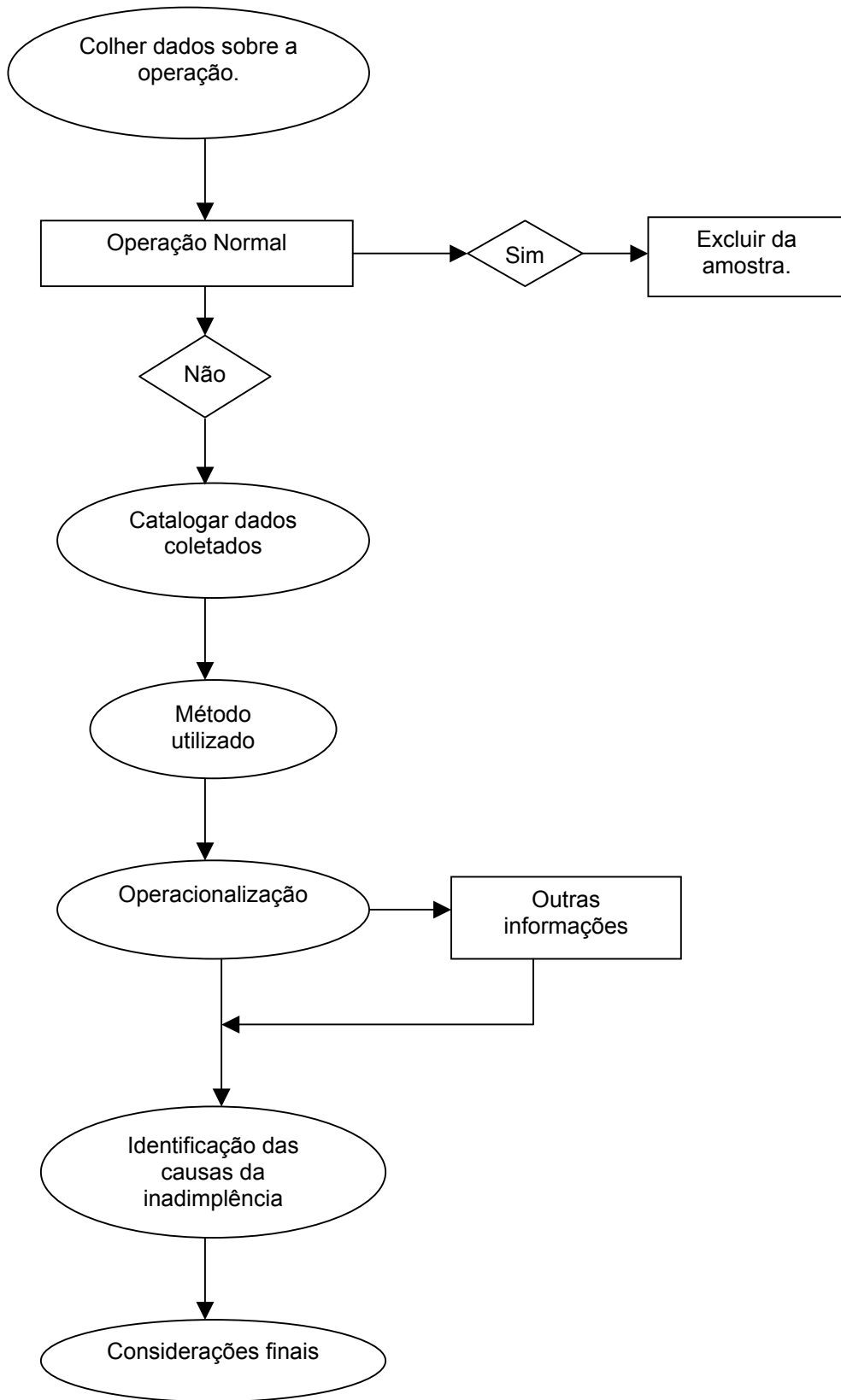


Figura 1: Fluxograma

Cada item do fluxograma é assim definido:

- a) colher dados sobre a operação – nesta fase foram analisadas por intermédio de pesquisa documental, diversas operações de crédito para verificar a ocorrência de inadimplência. Caracterizado o não pagamento buscou-se, seguindo o fluxograma, obter um conjunto de dados e informações;
- b) catalogar dados coletados – trata-se da sistematização dos dados e informações apurados, tais como: tomador, datas das análises, histórico de utilização de financiamentos, dados cadastrais, constituição societária etc;
- c) método utilizado – definição do tipo de análise feita pelos técnicos que estudaram o projeto de financiamento, o embasamento teórico que os levou a entender ser o empreendimento viável, ou seja, a aceitação de que o risco sobre os capitais envolvidos era admissível.¹⁷
- d) operacionalização – forma da concessão do crédito, sua formalização e o acompanhamento do projeto por parte do agente conessor etc;
- e) outras informações – renegociações, prorrogações e ações judiciais;
- f) identificação das causas da inadimplência – qual risco exposto se caracterizou, falhas na análise, condução, acompanhamento, implementação do projeto etc.;
- g) considerações finais – observações e conclusões sobre os processos analisados e os dados obtidos.

Através do fluxograma apresentado, foram analisados diversos projetos que receberam empréstimos/financiamentos de pelo menos uma das instituições SUDENE, Banco do Nordeste e Banco do Brasil S.A. Observada a inadimplência foram avaliados os motivos do não retorno parcial ou integral dos recursos aportados.

Como dito anteriormente, os projetos estudados foram submetidos a um fluxo de análise de processos com amostra intencional e *ex post facto*. Tal metodologia buscou verificar dados e informações sobre as condições de liberação

¹⁷ Essas técnicas foram descritas no capítulo 7;

dos recursos; qual modelagem técnica na análise da viabilidade do empreendimento; como se deu sua operacionalização; se há prorrogações, renegociações, o estágio da demanda judicial se houver; que fato ou fatos levou à inadimplência, ou seja, o risco envolvido e por fim, foram mostradas conclusões referentes a todos os tópicos verificados.

No próximo capítulo abordaremos a inadimplência e seus principais conceitos.

5 INADIMPLÊNCIA: Definições e Conceitos Normativos

Os manuais de crédito de todas as instituições que operam com financiamentos alertam sobre a necessidade de se precaver, através de estudos técnicos, de eventual não cumprimento pelos tomadores – ou seja, por aqueles que recebem os empréstimos/financiamentos – do que foi acertado em contrato. Alertam, portanto, para que sejam adotadas medidas de cautela para prevenção da inadimplência.

Segundo o dicionário Aurélio (1996), inadimplir é:

“[De in⁻² + adimplir] V.T.D. Jur. Deixar de cumprir no termo convencionado (um contrato ou qualquer das condições dele); descumprir”.

Sandroni (1998), define por inadimplência:

“Falta de cumprimento de cláusulas contratuais em determinado prazo. Além de permanecer em débito, a parte inadimplente fica sujeita ao pagamento de juros de mora, multa contratual ou outros encargos”.

Já Damodaram (1998, p. 49), afirma:

“O risco de inadimplência de uma empresa é a função, em termos bastante gerais, de duas variáveis: sua capacidade de gerar fluxos de caixa decorrentes de suas operações e suas obrigações financeiras”. São obrigações financeiras quaisquer, pagamentos que a empresa venha a obrigar-se legalmente, como os de juros e principal.

Faz-se necessária ainda a definição de inadimplência por parte do Banco Central do Brasil, vez que se trata da autoridade monetária que regulamenta as instituições financeiras e seus registros contábeis. Dessa forma, é possível verificar atrasos no início de atividade de empreendimentos plenamente justificáveis do ponto de vista operacional, como por exemplo, atraso na montagem de um equipamento por falta de peças, retardo de despacho aduaneiro, entre outros. Porém, por força de resoluções, portarias, normativos etc., emitidos pelo Banco Central do Brasil, as instituições financeiras estão obrigadas a fazer lançamentos contábeis que

caracterizam tais operações como inadimplentes, mesmo, registre-se, que do ponto de vista operacional o atraso possa ser plenamente justificado.

O Banco Central do Brasil define a inadimplência dos tomadores de empréstimos/financiamentos junto às instituições financeiras em função do nível de risco das operações de crédito e sua necessária constituição de “PCLD – Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa”.¹⁸

Através da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, o Banco Central do Brasil – BACEN – determina que as operações de crédito sejam classificadas, em ordem crescente de risco, em níveis que variam do “AA” (menor risco), ao nível “H” (maior risco de inadimplência).

Para se obter a classificação acima referenciada, o Artigo 2º daquela resolução determina que:

“Art. 2. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - Em relação ao devedor e seus garantidores:

- a) situação econômico-financeira;
- b) grau de endividamento;
- c) capacidade de geração de resultados;
- d) fluxo de caixa;
- e) administração e qualidade de controles;
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) contingências;
- h) setor de atividade econômica;
- i) limite de crédito.

¹⁸ A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD – é também chamada de Provisão para Devedores Duvidosos. Segundo Viceconti (1999) “É constituída em função da expectativa de perdas que a pessoa jurídica tem em virtude de haver efetuado venda a prazo e da conseqüente possibilidade de nem todos os devedores honrarem seus compromissos”. No caso das instituições financeiras a expectativa de perdas é caracterizada pela possibilidade do não recebimento de empréstimos/financiamentos concedidos.

II - Em relação à operação:

- a) natureza e finalidade da transação;
- b) características das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez;
- c) valor.

Parágrafo único. A classificação das operações de crédito de titularidade de pessoas físicas deve levar em conta, também, as situações de renda e de patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor”.

No Artigo 4º da mesma resolução, o BACEN determina os períodos de atraso, ou seja, a inadimplência (Sandroni, 1998), que alterarão os níveis de risco anteriormente atribuídos. Dessa forma, atrasos entre 15 e 30 dias transformam a operação obrigatoriamente em risco “B”, no mínimo. Posteriormente, a cada período de 30 dias, o risco eleva-se, nível a nível, até atingir a classificação “G”. Caracterizada a inadimplência de prazo superior a 180 dias a operação terá de ser classificada como de pior nível, ou seja, como de risco mais elevado, o nível “H”.

Na realidade, a autoridade monetária através da Resolução 2.682, objetiva definir critérios mínimos para análise das operações de crédito por parte das instituições financeiras. Tais critérios buscam impedir que transações mal conduzidas ou carentes de análise mais proficiente tragam dificuldades de caixa (pelo não recebimento dos empréstimos) para àquelas instituições, gerando, com isso, a necessidade de intervenções do Tesouro Nacional para se evitar crises sistêmicas¹⁹ no mercado financeiro.

Na história recente do país, dois casos demonstram o custo da intervenção estatal no combate às crises sistêmicas: o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional), lançado através da Medida Provisória 1.179, em 04.11.1995, destinou estimados R\$ 14 bilhões aos bancos privados que apresentavam elevado índice de inadimplência e caminhavam rumo à insolvência. E o PROES (Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor

¹⁹ Crise sistêmica se caracteriza quando problemas em uma ou mais instituições financeiras causam temores aos seus clientes que conseqüentemente procuram retirar rapidamente suas reservas. Os demais investidores, de outras instituições, temerosos que o problema as atinja também, comportam-se da mesma forma, sacando suas poupanças. Assim, todo o sistema financeiro sofre abalo, podendo haver um nível elevado de falências, trazendo sérios transtornos para a economia do país.

Público Estadual na Atividade Bancária), instituído através de Medida Provisória de número 1.514, de agosto de 1996.

Segundo estudo do Banco Bozano Simonsen de 1998, a União emitiu cerca de US\$ 48 bilhões em títulos públicos para o saneamento de bancos estaduais através do PROES. Isto significava 6% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano e, considerando-se o câmbio da época, três vezes o que foi gasto com o programa PROER.

Após as experiências com o PROER e PROES, o BACEN emite a Resolução 2.682 que busca forçar as instituições financeiras a serem mais criteriosas em seus financiamentos/empréstimos, obrigando-as a destinar um percentual de suas liberações de créditos para compor PCLD. Tal proporção é definida no artigo 6º daquela resolução:

“Art. 6. A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos:

- I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
- IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;
- V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;
- VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F;
- VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;

VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.”

A Resolução 2.682 entrou em vigor na penúltima semana de 1999, mais de cinco anos após a edição do Plano Real, plano de estabilização econômica que marcou significativa mudança no dia a dia brasileiro. Anteriormente ao Plano Real apenas o período do chamado “milagre” perdurou por mais de um ano.

Na década de 70 o país apresentava elevação em seu Produto Interno Bruto (PIB) a taxas médias de 10% a.a. com inflação anual na casa de um dígito, por estas características esse período foi denominado “milagre econômico”. Porém, com as crises do petróleo, em 1973 e 1979, o fluxo de recursos externos reduziu-se drasticamente e as taxas de juros internacionais tiveram forte elevação. O Brasil entrou num profundo processo inflacionário que somente foi aplacado em meados da década de 90 com o Plano Real.

Com a inflação, a economia brasileira caracterizava-se pelo peculiar mecanismo de indexação de preços, tarifas e salários. Tal processo disfarçava, muitas vezes, a real situação econômico-financeira das empresas. Algumas delas somente eram lucrativas e eficientes pelo ganho inflacionário e não por seu processo produtivo. Ou seja, a empresa realizava lucros através de ganhos financeiros proporcionados por aplicações de seus excedentes de caixa em bancos, enquanto apresentavam situação deficitária em seu fluxo de negócios.

O advento do Plano Real mostrou claramente esta situação. Nos primeiros anos de sua vigência diversas empresas encerraram suas atividades. No mercado, costuma-se dizer que houve uma “depuração” natural, quem era eficiente no que vendia ou produzia manteve-se em operação, quem, ao contrário, mantinha seu negócio às custas dos ganhos inflacionários teve de encerrar suas atividades, ou, no mínimo, promover profunda reestruturação.

As instituições financeiras e o Banco Central demoraram alguns anos para perceber esta conjuntura. Muitas análises e procedimentos operacionais permaneceram em utilização por algum tempo, mesmo estando a economia nacional sofrendo significativas alterações.

Estes procedimentos trouxeram alguns prejuízos aos bancos, que aliados a perdas com a redução dos *spreads* e *floats*, culminaram com as edições do PROER e PROES por parte do Governo Federal. Após saneamentos das instituições

financeiras problemáticas, o Banco Central do Brasil editou a Resolução 2.682 que promoveu mudanças na forma de se contabilizar os empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições financeiras. Registre-se que antes da citada resolução, os bancos contabilizavam PCLD da seguinte forma:

- a) havendo garantia real, os bancos provisionavam, após 180 dias de vencida a operação, 20% a título de PCLD, e os 80% restantes em até 5 (cinco) anos. Caso não houvesse o pagamento por parte do tomador do financiamento/empréstimo;
- b) sem garantia real, o valor provisionado após 180 dias era de 80% e o saldo remanescente de 20% impactava PCLD ao longo de 5 (cinco) anos, se permanecesse inadimplida a operação.

Assim sendo, é possível afirmar que tanto o BACEN quanto as instituições financeiras perderam certo tempo na percepção das mudanças estruturais causadas pelo Plano Real na economia brasileira. E também os demais agentes econômicos, que acostumados a ver sucessivos fracassos de planos de combate à inflação, não perceberam que deveriam mudar sua forma de trabalhar, como por exemplo, reduzir estoques, elevar produtividade, minimizar custos, entre outros.

Ao fazermos estas considerações e conceituada a inadimplência, buscaremos no capítulo 8 efetuar análises em alguns projetos que receberam financiamentos/empréstimos, na tentativa de identificar os motivos que os levaram a não honrar os compromissos firmados com as instituições analisadas.

Antes, porém, é necessário que se defina o que é risco e quais as suas várias características, o que será feito no capítulo a seguir.

6 RISCO: Principais Conceitos

Nossa vida é permeada por tomadas de decisões. A cada escolha, estamos diante da possibilidade do erro e do acerto. Ao avaliarmos, analisamos o risco intrínseco envolvido.

Se a decisão é tomada após a análise do risco, podemos afirmar que é possível gerir, mediar e avaliar aquele risco. Ao presumirmos o risco assumido, associamos a recompensa esperada, ou seja, o retorno. Pode-se dizer que risco e retorno são correlacionadas positivamente, isto é, quanto maior o risco, maior a expectativa de retorno.

Nas instituições financeiras, nas empresas de crédito, no mercado em geral, a gestão, mensuração e avaliação do risco é atividade obrigatória. Risco está presente em qualquer operação do mercado financeiro. O risco é um conceito “multidimensional” e não um conceito que possa ser classificado como novo. A moderna Teoria das Carteiras, que se originou do trabalho de Markowitz (1959), existe há mais de quatro décadas. A teoria de Markowitz está baseada nos conceitos de risco e retorno. Como já afirmado, retorno e risco são duas variáveis que andam juntas no mundo financeiro. Quanto maior a possibilidade de retorno, maiores os riscos envolvidos. Ganhos adicionais de rentabilidade exigirão riscos muito mais elevados.

Após seguidos escândalos internacionais como os do Barings Bank, Bankers Trust, Proctor & Gamble, Metallgesellschaft etc. o risco assumiu posição de destaque e relevância para a área financeira.

Portanto, os riscos de mercado, de crédito, legal, de liquidez, de conjuntura, de imagem e operacional, devem ser acompanhados com cuidado para que sejam elevadas as possibilidades de retorno e minimizadas as chances de perdas.

Assim são definidos os diversos tipos de riscos aos quais é exposta a indústria financeira.

6.1 Risco de Mercado²⁰

Como há no mercado sempre posições antagônicas, agentes entendendo ser o momento de comprar, enquanto outros entendem ser hora da venda, definindo o comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado, o risco de mercado está associado a possíveis perdas geradas por mudanças no comportamento dos preços (ações, *commodities*), das taxas de juros e câmbio e no descasamento entre preços e prazos. Ou seja, para compreender e mensurar possíveis perdas devido às oscilações do mercado é importante acompanhar com cuidado as volatilidades e correlações dos fatores que influenciam a dinâmica do preço dos ativos (ações, *commodities*, juros e câmbio).

O risco de mercado pode ser subdividido em:

- a) risco de ações – alterações adversas nos preços das ações;
- b) risco de Commodities – alterações adversas nos preços do Commodities;
- c) risco de taxas de juros – possibilidade de redução do valor de uma carteira pela mudança nas taxas de juros;
- d) risco de taxas de câmbio – possibilidade de redução do valor de uma carteira pela mudança nas taxas de câmbio.

6.2 Risco de Crédito

Ao se conceder um crédito existe a possibilidade do seu não retorno (o chamado “*default*”). Ou seja, a atividade creditícia pressupõe a probabilidade de perdas resultantes da incerteza quanto ao retorno do valor contratado; quer pelo tomador do empréstimo, o emissor de um título, quer pela contraparte de um contrato. Assim, pode-se dizer que a definição de crédito é dada pela expectativa de recebimento de uma soma em dinheiro por prazo determinado e risco de crédito

²⁰ Mercado é o local de encontro entre compradores e vendedores, onde oferta e demanda buscam sua satisfação. A interação entre as partes pode dar-se pessoalmente, por telefone, fax, e-mail, por intermediários etc.

pode ser evento entendido como a possibilidade de que esta expectativa não se concretize (Altman, Caouette e Narayaman, 1998).

O risco de crédito apresenta-se assim subdividido:

- a) risco de inadimplência – é a incapacidade de pagamento por parte do tomador do empréstimo, do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, gerando perda para o agente conessor;
- b) risco de concentração de crédito – é manter substancial exposição junto a poucos tomadores faz elevar-se a possibilidade de perda;
- c) risco soberano – ocorre quando o país sede do tomador impõe restrições que o impessam de honrar seus compromissos.

6.3 Risco Legal

Alterações jurisprudenciais pela Alta Corte, não observância de leis e regulamentos, ou ainda, mudanças nas legislações, podem gerar perdas com pagamentos de indenizações ou com a impossibilidade de cobrança de créditos. São subdivisões do risco legal:

- a) risco tributário – a criação e a modificação de tributos, impostos, contribuições de melhoria, ou ainda, a equivocada interpretação do arcabouço tributário/fiscal, podem ter como consequência a geração de perdas;
- b) risco de legislação – violações de regulamentos ou da legislação vigente podem gerar multas, indenizações, impedimentos temporários do exercício da atividade, acarretando em perdas.

6.4 Risco de Conjuntura

Em países cada vez mais interligados, a perspectiva de mudanças culturais, sociais, políticas, econômicas e financeiras, independentemente de ocorrerem nas Américas, Europa, Ásia, África ou Oceania, podem trazer alterações mercadológicas

que impliquem em perdas. O risco de conjuntura apresenta as seguintes subdivisões:

- a) risco país – economias globalizadas tendem a ser bastante suscetíveis a oscilações na chamada “estabilidade econômica”. Alterações, rupturas ou a conjugação destes fatores, trazem como consequência mudanças no fluxo de capitais (financeiros ou investimentos) gerando perdas para o país e seus agentes econômicos;
- b) risco sistêmico – credibilidade é uma das principais características do sistema financeiro. Alterações funcionais ou financeiras, em algumas das instituições do mercado financeiro, podem acarretar desequilíbrio entre agentes passivos e ativos, gerando fuga de capitais, retiradas acima da média nas contas correntes e conseqüentemente promover concordatas, falências e moratórias, possibilitando a ocorrência de perdas;
- c) risco estratégico – O planejamento adotado pode não ter previsto alterações conjunturais, não estando a empresa preparada para as mudanças decorrentes, havendo, portanto, a possibilidade de perdas.

6.5 Risco de Liquidez

Descasamento entre captação e aplicação, dificuldades na obtenção de *funding*²¹, podem gerar o descumprimento/atraso de alguma obrigação, ocasionando perdas quer por pecúnia, quer pelo pagamento de encargos adicionais para obtenção dos recursos necessários.

²¹ Linhas de financiamento obtidas por agentes financeiros. Segundo Sandroni (1994) trata-se de “conversão de um débito de curto prazo em débito de longo prazo”.

6.6 Risco de Imagem

Desgaste do nome/marca de uma instituição pela divulgação de fatos negativos, verdadeiros ou não, gerando perdas financeiras, contratuais, mercadológicas etc.

6.7 Risco Operacional

Até a década de 90 as principais análises sobre risco estavam voltadas para o gerenciamento do risco de crédito e o risco de mercado. Porém, como pode ser visto no quadro 1, diversas instituições amargaram enormes perdas por falhas em seus controles operacionais (O caso do banco onde a rainha da Inglaterra tinha conta, Barings Bank, talvez seja o mais famoso deles). Tal seqüência de casos gerados por omissões no controle/acompanhamento, chamaram a atenção de vários analistas que começaram a tirar o risco operacional da posição de subcategoria, para a dimensão de disciplina específica, passando a avaliar a política, procedimentos de análise, mensuração e modelos de identificação de risco das empresas.

EVENTO	PERÍODO	HISTÓRICO	LOCAL
Poupança e Empréstimo	Década 80	Governo gasta US\$ 500 bi para corrigir fraudes	EUA
Ivan Boesky e Michael Milken	1986	Informações privilegiadas na aquisição de ações em <i>Wall Street</i>	EUA
Guinness	1987	Maquiagem de preços de ações no total de £ 258 milhões	Reino Unido
Barlow Clowes	1988	Roubo de aplicadores pelo gestor.	Reino Unido
Lloyd's de Londres	Década 80	Prejuízo de £ 8 bilhões por fraude	Reino Unido
BCCI	1991	Fraude de US\$ 20 bi	EUA
Robert Maxwell	1991	Fraude em fundo de pensão	Reino Unido
Tangentopoli	1992	Suborno e corrupção	Itália
Venda fraudulenta de fundos de pensão	1993	Prejuízo de £ 4 bi por negligência	Reino Unido
Pirâmides financeiras	Anos 90	Perdas para investidores	Rússia, Albânia e outros países da CEI.
Orange County	1994	Maior falência do mundo. Prejuízo de US\$ 1,7 bi em derivativos.	EUA
Barings	1995	Falência com prejuízos de US\$ 1,3 bi	Reino Unido / Cingapura
Daiwa Bank	1995	US\$ 1,1 bi em perdas	EUA / Japão
Sumitomo Corporation	1996	US\$ 3,0 bi em perdas	Japão / EUA
Morgan Grenfell Asset	1996	Má gestão	Reino Unido

Quadro 3: Mercado Financeiro e Algumas de suas Perdas

Fonte: Richard Roberts (2000:220)

De fato, como apresentado no capítulo 8, as operações analisadas nesta dissertação, incorrem em problemas conjunturais (como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros, inovações tecnológicas etc.), de linhas de financiamento e de mercado, mas, sobretudo, sempre há falhas operacionais, de acompanhamento, que geram perdas para seus agentes financiadores.

Ratificando a importância da análise do risco operacional, o Comitê de Basileia publicou em 1998 o *Framework for International Systems in Banking Organizations*, com objetivo de subsidiar instituições bancárias sobre práticas saudáveis de controles internos (no Quadro 4 são apresentadas as principais publicações realizadas pelo Comitê de Basileia). Naquele mesmo ano o Banco Central do Brasil editou a Resolução 2.554, que estabeleceu exigências de controles internos sobre: natureza e escala dos negócios; sistema de informação financeira, operacional e gerencial; definições de responsabilidades e de padrões éticos.

(continua)

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
Principles for the Supervision of Bank's Foreign – 1983	Versão revisada do documento original, Basel Concordat (Pacto da Basileia), de 1975. Estabelece entendimentos para compartilhar as responsabilidades na supervisão de estabelecimentos bancários transnacionais, entre autoridades de países de origem e de países onde instaladas as filiais.
Basel Capital Accord – 1988 (Acordo da Basileia)	Concebido para fortalecer e estabilizar o sistema bancário internacional. Define níveis de adequação de capital, através de dois elementos importantes da atividade bancária: diferentes níveis de risco de crédito inerente ao balanço e atividades extrabalanço que possam representar exposição significativa de riscos. O índice mínimo de capital de segurança requerido é de 8% do capital total, calculado pela ponderação dos ativos segundo os riscos expostos. O acordo, obrigatoriamente, aplica-se a bancos de atuação internacional, porém não há restrição para adoção dos critérios por qualquer instituição bancária.
Core Principles for Effective Banking Supervision – 1997	Estes princípios essenciais são constituídos de 25 itens indispensáveis para uma supervisão eficaz. Apresentam critérios considerados mínimos para acompanhamento das atividades bancárias por parte das autoridades supervisoras locais.

(conclusão)

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
Framework for Internal Systems in Banking Organizations – 1998	<p>O comitê elencou 13 princípios básicos que devem ser praticados pelos bancos, com o objetivo de subsidiá-las sobre práticas saudáveis de controles e enfatizar a necessidade destas instituições manterem um consistente sistema de controle interno.</p> <p>Um rigoroso e efetivo sistema de controle interno possibilita o gerenciamento mais eficaz dos riscos aos quais estão expostos os bancos.</p>
A New Capital Adequacy Framework – 1999	<p>No mês de junho/1999, o Comitê da Basiléia apresentou proposta para substituição do acordo de capital de 1988. A proposta fundamenta-se em três pontos básicos, chamados de “três pilares”:</p> <p>Pilar 1: permanece o índice de 8% sobre os ativos ponderados pelo risco, como mínimo de capital, entretanto, há a inclusão da necessidade de alocação de capital para suportar o risco operacional.</p> <p>Obs.: No Brasil, o BACEN, passou a exigir 11% como capital ponderado mínimo.</p> <p>Pilar 2: a responsabilidade sobre a fiscalização e adequação do capital das instituições será de responsabilidade do órgão supervisor de cada país.</p> <p>Pilar 3: estímulo ao processo de maior transparência das informações. Dessa forma, os agentes de mercado terão melhores condições de avaliar os riscos das instituições. Os bancos passam a receber maior acompanhamento por parte do mercado.</p> <p>Obs.: Todos os bancos devem estar adaptados até 2005.</p>

Quadro 4: Principais Publicações do Comitê da Basiléia

Fonte: International Settlement Bank – Zurich

Em linhas gerais, pode-se definir como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas devido à falta de consistência e adequação de diversas rotinas e atividades das empresas.

Apresentam-se como subcategorias do risco operacional os seguintes tópicos:

6.7.1 RISCO OPERACIONAL COM PESSOAS

a) Falha Humana – podendo gerar perdas por:

- i. inobservância de normas/controles internos ou externos à instituição;
- ii. negligência de funcionários da empresa ou de mão-de-obra contratada; distração; omissão; equívoco e má-fé;
- iii. acúmulo de serviços. Concentração demasiada de trabalho em poucas pessoas;
- iv. erro não intencional/despreparo para a função.

b) Fraudes – ocasionando perdas por:

- i. obtenção de vantagens pessoais;
- ii. adulteração; desvio de valores; divulgação de informações privilegiadas.

6.7.2 RISCO OPERACIONAL COM TECNOLOGIA

Sistemas – riscos de perdas por:

- a) *software* – erro de programação, sistemas inadequados ou não padronizados; impossibilidade de integração entre vários sistemas; fragilidades de segurança no aplicativo; obsolescência;
- b) informações não confiáveis – não recebidas em tempo hábil; armazenadas incorretamente; falhas ou indisponibilidade de sistemas, de processamento ou comunicação.

Equipamentos – falhas ocasionando perdas por dano em disco rígido, disseminação de vírus em redes lógicas, obsolescência, mau dimensionamento e arquitetura tecnológica inadequada.

6.7.3 RISCO OPERACIONAL COM PROCESSOS

- a) Modelagem – Duarte (1997) afirma que “*um modelo matemático é uma representação aritmética do mundo real*”, portanto, a utilização de modelos que trazem coesão ao cenário real é fundamental. A utilização de modelos inadequados trará distorções no cálculo de risco, na análise de investimentos, na apuração da rentabilidade esperada, entre outros;
- b) Conformidade – inobservância de leis, regulamentos, limites e normas operacionais podem levar a sanções por parte dos órgãos reguladores (BACEN, CVM, TCU etc.);
- c) Contrato – documentos omissos, mal redigidos, dúbéis, ausência de poderes aos signatários, possibilitam sentenças judiciais desfavoráveis;
- d) Controle – possibilidade de perdas geradas por ausência ou inobservância nos procedimentos de controle, permitindo a extrapolação de limites operacionais ou competências de atuação;
- e) Transferência de valores – processo inadequado de liquidação, pagamento ou recebimento; má precificação, falta ou registro incompleto de uma transação podem trazer perdas à empresa.

6.7.4 RISCO OPERACIONAL COM EVENTOS EXTERNOS

- a) Concentração – em produtos e/ou serviços;
- b) Monopólio – falha em serviços prestados exclusivamente pelo Governo;
- c) Subtração – roubos, assaltos, furtos, seqüestros etc.;
- d) Catástrofes – naturais ou não.

Uma vez apresentadas as diversas formas de exposição ao risco, resta-nos demonstrar quais instrumentos de análise são utilizados por instituições creditícias

para minimizar sua ocorrência. No próximo capítulo serão exibidas algumas das metodologias adotadas pelos analistas de crédito.

7 MODELOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO

De uma forma bastante ampla, podemos afirmar que a Análise de Crédito preocupa-se em examinar as condições que o tomador, ou candidato ao crédito, reúne para honrar o volume de recursos solicitados. Ou seja, a conciliação entre o desejo pelo crédito e a probabilidade de seu efetivo reembolso.

De acordo com a situação macroeconômica de um país, as instituições creditícias aportam maior ou menor volume de recursos no mercado de crédito. Em períodos de expansão econômica há grande disponibilidade de financiamentos e empréstimos, já em fases de retração econômica as instituições financeiras e de fomento limitam suas exposições ao risco retraindo a função crédito.

Até julho de 1994, a realidade econômica brasileira - elevados níveis inflacionários - possibilitava aos bancos consideráveis ganhos com aplicações e investimentos financeiros em títulos governamentais, permitindo a realização de poucas operações de empréstimos e financiamentos ao setor privado.

Com o advento do Plano Real e seus sucessivos ajustes realizados pelo Governo Federal, a função crédito, antes relegada, passou a ter papel destacado na formação do resultado das instituições financeiras. Por outro lado, diversas empresas apresentavam lucros consideráveis com aplicações financeiras e com a manutenção de elevados estoques. Ou seja, antes do Plano Real, a atividade fim não era a principal formadora dos resultados superavitários obtidos.

Com a alteração na estrutura de formação dos resultados o que se percebe é que, naquele momento, tanto bancos necessitavam alavancar sua rentabilidade através de operações de empréstimos, como as empresas sofriam com a redução dos ganhos inflacionários e dificuldades de financiamento de seus fluxos de caixa, agravadas com as constantes reduções dos preços de seus estoques. Este casamento de interesses gerou uma corrida de oferta de empréstimos por parte dos bancos e um aumento na necessidade de receber financiamentos por parte das empresas.

O crescente volume de operações de crédito encontrou também uma indústria financeira pouco preparada para enfrentar os riscos inerentes a esse tipo de atividade. E não só a indústria financeira estava pouco preparada, como também

o próprio Banco Central do Brasil. Apenas em dezembro de 1999 é que o BACEN editou a Resolução 2.682, que é um marco no processo de crédito bancário no Brasil por impor medidas mais rígidas na concessão de empréstimos e financiamentos, obrigando as instituições financeiras a dedicar maior atenção na análise das propostas de crédito a elas submetidas.

7.1 Critérios de Avaliação de Riscos

Podemos iniciar a análise da evolução dos critérios de avaliação de riscos partindo de 1972, com a proposta de WESTON e BRIGHAM para verificação dos chamados “C’s” do crédito.

Os seis C’s do crédito, amplamente utilizados no desenvolvimento de sistemas especialistas²² no Brasil, são uma adaptação do professor José Pereira da Silva dos cinco C’s do crédito enumerados pelos autores WESTON e BRIGHAM (1972):

Há cerca de vinte anos, era comum se quantificar o risco de uma eventual inadimplência com base em análises subjetivas ou em sistemas especialistas bancários. Os analistas solicitavam determinadas informações do tomador de empréstimos, também chamadas de os cinco C’s do crédito, e procuravam decidir se o solicitante mereceria ou não o empréstimo. Isso incluía análises do capital, caráter, colateral (ou garantias associadas diretamente ao empréstimo), capacidade e condições. Alguns autores como Silva (1983), ainda incluíram um sexto C: o do conglomerado (onde o crédito da empresa deveria ser analisado de forma conjunta para companhias coligadas).²³

Os chamados C’s do crédito são: Caráter, Capacidade, Condições, Capital, Colateral e Conglomerado. Estes são assim definidos:

- a) **caráter** – pontualidade, determinação em honrar os compromissos. Segundo GITMAN (1997), “o histórico do solicitante quanto ao

²² A análise clássica do crédito é um sistema especializado que depende, acima de tudo, do julgamento subjetivo de profissionais treinados (CAOQUETTE, ALTMAN, NARAYANAN, 2000, p. 93). Sistemas especialistas, são portanto, amparados na especialização dos técnicos envolvidos na análise da proposta.

²³ BRUNI, FUENTES E FAMÁ (1997, p. 2).

cumprimento de suas obrigações financeiras, contratuais e morais. Os dados históricos de pagamentos e quaisquer causas judiciais pendentes ou concluídas contra o cliente seriam utilizadas na avaliação de seu caráter”. A maioria dos estudiosos sobre crédito considera o “caráter” como o principal aspecto a ser observado no estudo de um pleito. Banco de dados como SERASA, CADIN, SPC, são largamente consultados para se obter o histórico creditício de um proponente;

- b) **capacidade** – competência empresarial e profissional do gestor na administração dos recursos instalados (humanos, tecnológicos, matérias-primas etc.). Em outras palavras, envolve o gerenciamento do empreendimento em sua plenitude e avalia a possibilidade da empresa satisfazer seus compromissos. Esta avaliação tem por base não somente dados relativos a fluxos de rendimentos e despesas, mas também, fatores como participação no mercado, níveis de produtividade, qualidade, satisfação dos clientes e seu grau de fidelidade. Portanto, a “capacidade” requer uma ampla pesquisa na empresa e sobre a empresa;
- c) **condições** – concorrência, estrutura do mercado onde é localizado o empreendimento e vários outros aspectos conjunturais e macroeconômicos. Ou seja, o estudo é feito através de fatores sobre os quais não há ingerência da empresa. Mais especificamente, fatores legais (legislações nacionais – municipal, estadual e federal – e internacionais), econômicos (condições de oferta e demanda, desenvolvimento ou retração setorial e global), sócio-culturais (comportamento do consumidor, mudanças de hábitos de consumo, nível de satisfação dos funcionários), ecológicos (grupos de pressão, legislação ambiental);
- d) **capital** – a situação econômico-financeira do pretendente ao crédito. Abrange a análise financeira e patrimonial do proponente através do estudo da provisão de receitas e despesas, investimentos no ativo permanente, da qualidade dos ativos etc. Em suma, o fator “capital” busca comparar todos os bens e recursos de empresa com suas obrigações. Na análise clássica do crédito, descrita ainda neste capítulo, o capital é o foco de todo o estudo para a concessão de financiamentos;

- e) **colateral** – a possibilidade de oferecimento de garantias adicionais. Estas garantias adicionais seriam uma espécie de segurança extra para atenuar os riscos da operação. As garantias colaterais são divididas em reais e pessoais. Reais são aquelas obtidas através da vinculação de bens móveis e imóveis e cessão de direitos que são feitas através de instrumentos como: alienação fiduciária, hipoteca, penhor (cedular e mercantil), caução, debêntures, duplicatas, letras de câmbio, notas promissórias etc. Já as garantias pessoais amparam-se na promessa de contra-prestação, tendo a instituição creditícia o entendimento que o patrimônio presente e futuro do proponente, avalista ou fiador é suficiente para satisfazer seu crédito. As garantias pessoais são operacionalizadas por instrumentos legais como: aval, fiança e carta de crédito;
- f) **conglomerado** – avaliação do grupo ao qual está inserida a empresa demandante do empréstimo onde são apreciados fatores de risco relativos a coligações, controles e vínculos. O fator “conglomerado” busca dar uma visão global do conjunto de empresas controladas por uma família ou grupo de pessoas. Tal análise pretende identificar empresa que apresente situação financeira aceitável, mas que pertença a um conjunto de empresas em processo de declínio financeiro. A tomada de recursos por uma empresa no mercado e o repasse interno desses recursos para outras empresas do grupo pode elevar a exposição ao risco e trazer prejuízo aos credores.

Pode-se afirmar que o modelo busca identificar a intenção e a capacidade do tomador em pagar o empréstimo.

A proposta de WESTON e BRIGHAM (1972) define a forma clássica de análise de crédito. Nessa fase da história do crédito, o analista de operações (ou analista de crédito) procede a seu estudo solicitando da empresa demandante de recursos, relatórios patrimoniais e financeiros. Em geral, os últimos três exercícios são estudados para se definir o risco envolvido e a possibilidade de concessão de empréstimos e financiamentos. A metodologia clássica de avaliação de risco efetua análise do seguinte conjunto de dados:

- a) **patrimônio** – constituído pelos bens, direitos e obrigações de uma empresa.
- b) **balanço patrimonial** – demonstrativo contábil, estático, padronizado, onde do lado do ATIVO são computadas as aplicações de recursos e do lado do PASSIVO as fontes de recursos, aí incluído o Patrimônio Líquido;
- c) **demonstração do resultado do exercício** – relatório dinâmico, discrimina todas as contas de receitas, custos e despesas, apresentando o resultado final, lucro ou prejuízo, da empresa no exercício;
- d) **índices de estrutura** – possibilitam verificar a segurança oferecida pela empresa aos capitais de terceiros e qual sua política de obtenção de recursos. Os índices de estrutura mais utilizados são: Relação entre as Fontes de Recursos ou Participação de Capitais de Terceiros, Endividamento Geral, Composição das Exigibilidades, Imobilização do Patrimônio Líquido e Passivo Oneroso sobre Ativo Total;
- e) **índices de liquidez** – medem a capacidade de pagamento da empresa. São usados com maior frequência: Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Geral;
- f) **índices de rentabilidade** – verificam o desempenho da empresa de forma a medir sua capacidade de gerar lucros. São utilizados: Rentabilidade do Patrimônio Líquido, Margem Operacional de Lucro, Margem Líquida de Lucro, Rotação do Ativo, Rentabilidade dos Investimentos ou Poder de Ganho da Empresa e Grau de Alavancagem Financeira;
- g) **indicadores de prazos médios** – através destes indicadores é verificada a forma como a empresa administra suas compras, recebimentos e estoque. Prazo Médio de Compras, Prazo Médio de Recebimento, Prazo Médio de Estoques, Ciclo Operacional e Ciclo Financeiro são os indicadores mais utilizados.
- h) **necessidade de capital de giro** – avalia se a empresa tem carência ou não de capital de giro. Também é chamado de Investimento Operacional em Giro;
- i) **efeito tesoura** – indicador usado para verificar se há descontrole no uso de fontes onerosas de recursos de curto prazo;

- j) **análise vertical** – metodologia que mostra a participação percentual de cada um dos itens das demonstrações financeiras comparadas ao somatório de seu grupo, ou seja, cada conta do Ativo Circulante é comparada ao total do Ativo Circulante; cada conta do Passivo Circulante é comparada ao total do Passivo Circulante e assim por diante;
- k) **análise horizontal** – estudo de dois ou mais exercícios financeiros expressos em moeda constante. É muito útil para avaliar a tendência de cada grupo de contas das demonstrações financeiras;
- l) **índices padrão** – através da classificação de diversas empresas de acordo com sua área de atuação, tamanho e ramo de atividade, chega-se a um índice de referência onde se compara a empresa demandante do crédito com aquele índice;
- m) **consolidação de demonstrações financeiras** – tratando-se de grupo econômico, a consolidação de Balanços é importante para se verificar a real situação de todo o conglomerado e não apenas de uma empresa;
- n) **overtrade** – também chamado de desequilíbrio econômico financeiro é caracterizado quando se verifica que o capital de giro da empresa é cronicamente insuficiente para suportar seu nível de atividade.

7.2 O Fluxo de Caixa e a Análise do Crédito

Com a evolução do mercado financeiro, os bancos não só concedem empréstimos para o giro do fluxo de caixa de seus clientes, como também passam a financiar inversões fixas que exigem longo prazo, o que torna as garantias de alguma forma irrelevantes. Imagine um banco que financia um tomógrafo de última geração, este equipamento é montado em uma sala especialmente construída para ele em um hospital. O banco recebe este equipamento em garantia, em caso de “*default*” as chances do banco encontrar interessado no equipamento e que ainda reúna as condições físicas adequadas para a instalação do tomógrafo, são remotas. Além da pouca chance de se localizar um interessado no equipamento, existe também a possibilidade de uma medida judicial impedir a retirada da máquina do hospital inadimplente, vez que o tomógrafo é fonte de receita e, portanto, necessário

para que aquele centro médico continue em atividade e honre compromissos financeiros outros como os salários de seus funcionários, por exemplo.

Devido ao alongamento dos prazos dos empréstimos, apenas a análise do balanço da empresa não se mostra suficiente para o estudo do crédito. Surge o grande interesse pelo fluxo de caixa. De acordo com Boyadjiam e Warren (1987) a importância do estudo do fluxo de caixa de um cliente é assim definida:

A análise de fluxo de caixa é uma ferramenta poderosa. É poderosa porque é quase inevitavelmente bem sucedida em expor o mecanismo-chave por meio do qual uma empresa sobrevive ou morre. Os fluxos de caixa não podem ser manipulados por convenção contábil e não há como uma empresa possa esconder fluxos relevantes de um analista que saiba como usar com habilidade a análise de fluxos de caixa, a não ser por meio de fraude. Por estes motivos, a análise do fluxo de caixa não goza de boa vontade das empresas ou de seus contadores, havendo considerável hostilidade contra ele na maioria dos trabalhos publicados sobre finanças corporativa.

Porém, com a imensa variedade de produtos e possibilidades de concessão de créditos, as instituições financeiras adicionaram à análise clássica do crédito e do fluxo de caixa modelos cada vez mais sofisticados que buscam melhor mensurar as diversas formas de risco.

7.3 Modelos mais Utilizados na Abordagem do Risco do Crédito

- a) **Credit Score** – o analista de crédito lança mão de diversos índices contábeis do pretense tomador e os compara com tendências e normas setoriais que pertençam a estas variáveis. Também é largamente utilizado para verificar o risco de crédito para empréstimos a pessoas físicas. Para este segmento de mercado, são atribuídos pesos estatísticos a algumas de suas características (renda, formação, profissão etc.) para gerar um escore de crédito.

O gráfico representa a metodologia do *Credit Score* para pessoas físicas.

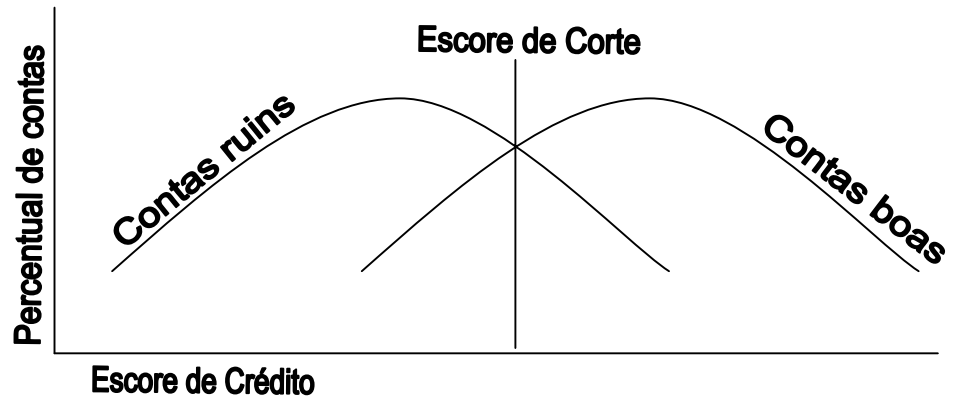


Gráfico 1: Distribuição de Escores de Créditos

Fonte: CAOUETTE, ALTMAN e NARAYANAN (2000:182).

- b) **Modelo de Árvore de Decisão** – é tido por alguns analistas como o mais eficaz modelo de “*credit score*”. A diferença entre o modelo de árvore de decisão e o chamado modelo de “*credit score*”, é que no primeiro as características do demandante do crédito são analisadas de forma sucessiva, partindo-se do atributo mais importante para o de menor importância. Já no segundo, uma das variáveis estudadas está baseada em pesquisas operacionais, possibilitando automatizar práticas de créditos prevalentes nas instituições financeiras, podendo ocorrer a transferência de eventuais distorções históricas da qualidade das seleções daquelas instituições. Ou seja, havendo falhas, não percebidas pelas instituições, na seleção de alguma variável, poderá aquela imperfeição ser transmitida para outras análises, perpetuando a falha;
- c) **Modelo de Análise Discriminante** – através de estudo por regressão, onde há dependência funcional entre duas ou mais variáveis aleatórias. A análise discriminante admite uma distribuição normal, tendo por resultado dois estados, crédito de baixo risco e crédito de alto risco. Procura verificar a possibilidade de uma empresa estar insolvente ou não;

- d) **Regressão Logística** – o estudo se dá através do uso de uma variável binária aleatória (crédito bom / ruim) para haver determinação da relação entre variáveis de entrada independentes (índices financeiros, por exemplo) e o estado de crédito resultante. Permite, portanto, a verificação da relação não linear entre variáveis de entrada e o risco de crédito resultante;
- e) **Teoria do Caos** – conforme definido por Stacey (1991):

O Caos não significa desordem absoluta ou perda completa da forma. Ele significa que sistemas guiados por certos tipos de leis perfeitamente ordenados são capazes de se comportar de uma maneira aleatória e, desta forma, completamente imprevisível no longo prazo, em um nível específico. Por outro lado este comportamento aleatório também apresenta um padrão ou ordem 'escondida' em um nível mais geral. O Caos é a variedade individual criativa dentro de um padrão geral de similaridade.

A Teoria do Caos, através de modelos matemáticos, representa uma ferramenta que se usa para distinguir comportamento aleatório, onde a previsão é impossível, de comportamento caótico onde, pelo menos no curto prazo, a previsão é possível;

- f) **Redes Neurais** – buscam reproduzir o funcionamento do cérebro de maneira simplificada, usando, por exemplo, princípios associativos ou capacidade de aprendizado. As técnicas de representação do conhecimento utilizadas pelas redes neurais são importantes para a avaliação de riscos de insolvência, pois podem tratar dados quantitativos e qualitativos. Assim, as redes neurais modelam relações não-lineares complexas e as interdependências entre variáveis;
- g) **Modelo Matricial de Crédito** – apresentado por Securato (1997), consiste na aplicação de um modelo matricial quando da análise dos C's do crédito. A matriz de crédito é constituída pelas colunas: parâmetros de risco de crédito; C's do crédito; avaliação do analista de crédito; cenários (otimista, atual otimista, atual, atual pessimista e pessimista). Portanto, o modelo conjuga a forma clássica de análise de crédito – "C's" – com parâmetros de risco definidos pela instituição creditícia, a percepção do analista de crédito (seus conhecimentos técnicos e sobre

a empresa) e a avaliação de cenários²⁴ possíveis da conjuntura econômica.

- h) **Técnicas Econométricas** – a modelagem de inadimplência é feita através de análise discriminatória linear e múltipla e de análises “logit” (probabilidade de perda situada entre 0 e 1, sendo esta probabilidade logisticamente distribuída) e “probit” (probabilidade de perda situada entre 0 e 1, tendo esta uma distribuição normal);
- i) **Modelo de Escore Z de ALTMAN (1968)** – é constituído com base em valores de índices e categorias. Tais valores são combinados de forma a produzir um escore de risco de crédito que indica de forma discriminante empresas com grande possibilidade de insolvência e empresas com baixa possibilidade de insolvência. Segundo Caouette, Altman e Narayanan (2000), “o modelo escore Z foi construído com análise discriminante múltipla, uma técnica multivariada que analisa um conjunto de variáveis para maximizar a variância entre grupos ao mesmo tempo em que minimiza a variância interna. Isto é, geralmente, um processo seqüencial em que o analista inclui ou exclui variáveis com base em diversos critérios estatísticos”;
- j) **Modelo de Risco de Crédito ZETA** – desenvolvido por Haldeman, Altman e Narayanan (1977), trata-se de uma evolução da abordagem inicial de escore Z de Altman. O modelo ZETA foi construído utilizando-se dados de empresas que faliram e que apresentaram US\$ 100 milhões (cem milhões de dólares dos Estados Unidos) em ativos nos dois anos anteriores a ocorrência da falência. Objetiva tornar a análise mais confiável, possibilitando que, dependendo do ponto de corte utilizado, obtenha-se cerca de 90% de precisão na classificação de empresas insolventes um ano antes daquela ocorrência.

Os modelos acima expostos são utilizados para analisar propostas de empréstimos e financiamentos dirigidos para instituições financeiras. Realizada a operação, esta passa a compor a chamada “Carteira de Ativos de Crédito” (ou

²⁴ Os cenários são traçados, via de regra, por economistas, empresas de consultoria etc., não havendo ingerência do analista de crédito neste tópico do Modelo Matricial.

Portfólio de Ativos de Crédito) da instituição financeira, momento em que outra enorme gama de métodos de análise é aplicada.

A concessão do empréstimo ou financiamento constitui a segunda etapa do crédito. Após disponibilizar os recursos para o tomador, as instituições financeiras passam a administrar sua Carteira de Ativos de Crédito sob a expectativa de recebimento. Ou seja, todo o trabalho elaborado na análise da operação de crédito só será efetivamente concluído quando ocorrer a total liquidação do empréstimo e/ou financiamento.

Para manter o “portfólio” sobre relativo controle, grande parte das instituições financeiras utiliza-se da Teoria de Seleção de Carteiras elaborada por Markowitz (1959) e suas variações.

Caouette, Altman e Narayanan (2000, p. 264) definem da seguinte forma a teoria de Markowitz:

A idéia por trás da teoria de Markowitz é que o risco do retorno de um título pode ser caracterizado por sua variância. Esta variância, combinada ao comovimento ou covariância de um grupo de títulos, determina o retorno da carteira composta por esses títulos. Usando a matriz histórica variância-covariância de retorno sobre o patrimônio como representativa do futuro, Markowitz formulou o clássico problema da otimização quadrática, onde a função-objeto é colocada em termos de retorno esperado da carteira resultante, sujeito à condição de que os pesos investidos nos títulos some 1. Este procedimento leva à carteira com o maior retorno para um dado nível de risco, ou à carteira com o menor risco para um dado nível de retorno.(...) Um exemplo pedagógico clássico é a noção de investir numa empresa que fabrique produtos derivados de tabaco e em outra que fabrique equipamentos para educação física. Como é improvável que ambas as empresas tenham desempenho igualmente bom no mesmo mercado, a combinação desses investimentos minimizará a variabilidade total dos resultados. Na verdade, pode-se demonstrar que até mesmo a mera falta de correlação pode ser benéfica na diversificação de uma carteira.

Outra aplicação da Teoria das Carteiras é conhecida por “*credit metrics*” e foi apresentada em 1997 pelo Banco J.P.MORGAN, onde através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) da Carteira de Crédito, é projetada a perda que se pode esperar naquela carteira, perda esta gerada por variações nas taxas de mercado.

Por todas transformações que a economia mundial vem passando na história recente, pelas mudanças impostas pela autoridade monetária (externa e interna), pela constante evolução tecnológica, as instituições financeiras têm optado por fortes mudanças na forma de gerenciamento de seu portfólio de ativos de crédito. A utilização de instrumentos como derivativos²⁵ e securitização²⁶ indicam que as instituições financeiras buscam minimizar o risco de sua carteira valendo-se de seguradoras, fundos de hedge²⁷ e fundos mútuos, este grupo percebe nos empréstimos bancários uma categoria de ativos passível de investimento.

Neste momento, a função crédito parece migrar para a função gerenciamento de carteira de créditos, já se percebe que alguns bancos comportam-se como gestores de ativos, maximizando o retorno ajustado pelo risco sobre a carteira de crédito através de compra e venda da exposição ante seu portfólio.

Apesar de todo esforço em administrar a Carteira de Ativos de Crédito e todo o arcabouço teórico para a análise dos tomadores antes da concessão do crédito, em todas as instituições financeiras se observa operações inadimplentes.

Esta dissertação objetiva colher amostras de diversas operações que entraram em “*default*” e identificar quais os motivos que levaram empreendimentos que receberam financiamentos lastreados em *funding* governamental à inadimplência. Se estes motivos foram conjunturais, de caráter do tomador²⁸ ou técnicos. Não se pretende apontar qual das metodologias relacionadas no arcabouço teórico exposto é mais ou menos eficaz, o que se quer é uma visualização de operações de crédito já realizadas para indicar, nos casos selecionados, o motivo do não retorno dos capitais aportados pelas instituições Banco do Brasil, Banco do Nordeste e SUDENE.

No próximo capítulo serão apresentadas 18 casos de operações de crédito e financiamento realizadas pelas instituições estudadas.

²⁵ Ativos financeiros cujos valores e características de negociação estão conjugados aos ativos que lhes deram origem. A palavra derivativo vem do fato que o preço do ativo é derivado de um outro.

²⁶ A Securitização é forma de acesso ao Mercado de Capitais através da emissão de Debêntures amparadas ou vinculadas em direitos creditórios, também chamados de recebíveis. Nesta operação, promove-se a “transformação” de uma carteira de recebíveis em um Título (Security) para em seguida transformá-lo em disponibilidade financeira, através da venda deste mesmo Título (Debênture) no Mercado de Capitais. A Securitização propriamente dita é precedida pela venda dos recebíveis para uma empresa especialmente criada para emitir títulos, e designada de empresa Securitizadora, para eliminar o risco de crédito da empresa originadora dos recebíveis.

²⁷ Fundo hedge é um fundo que não investe apenas em ações, debêntures e títulos do governo. Ele opera em todos os mercados, geralmente através de instrumentos derivativos. Além disso, faz operações para se precaver ante possíveis oscilações nos ativos nos quais o fundo investiu.

²⁸ Como definido em Gitman (1997, p. 696).

8 ESTUDO DE CASOS, UMA ABORDAGEM PRÁTICA

Através da metodologia definida no capítulo anterior, os casos ora apresentados foram selecionados de um portfólio de dezenas de operações de financiamentos e empréstimos realizadas pelo Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste e SUDENE.

As análises dos processos escolhidos seguem a formatação: “histórico”, “financiamento”, “demandante”, “bem financiado”, “método utilizado”, “o que não foi analisado”, “outras informações”, “situação atual da operação” e “considerações finais”:

- a) histórico - diz respeito ao passado do demandante com a instituição. Se já havia operado anteriormente, desde quando está em funcionamento etc.
- b) financiamento - condições tais como: prazo, valor, indexador etc.
- c) demandante - características do proponente.
- d) bem financiado - apresentação do bem (móvel ou imóvel) objeto de financiamento, quando for o caso.
- e) método utilizado - tipo de análise efetuada pela instituição para a concessão do empréstimo ou financiamento.
- f) o que não foi analisado - comparação entre a técnica utilizada na análise e fatos ou detalhes que não foram vistos ou verificados.
- g) outras informações - dados ou características observadas no decorrer da análise de cada processo.
- h) situação atual da operação - estágio jurídico e comercial da operação.
- i) considerações finais - opiniões emitidas à luz das análises, comparando o conceito teórico e o estudo da operação pela instituição com os fatos observados.

Como já afirmado anteriormente, os nomes dos devedores, dos técnicos que efetuaram a análise, dos tomadores de empréstimos e financiamentos e das

instituições que concederam estes empréstimos e financiamentos, são omitidos por força do sigilo bancário, judicial e fiscal dos envolvidos.

Todos os casos são reais, obtidos através da consulta direta nos dossiês das operações e estão relatados a seguir.

INSTITUIÇÃO CREDITÍCIA GAMA

1º Caso: Empresa de fabricação e venda de produtos óticos.

Histórico

O cliente havia recebido financiamento para aquisição de uma máquina em 1991 e concluído seu pagamento em janeiro/1998.

Também no início de 1998 apresenta nova proposta de financiamento para aquisição de sofisticado equipamento ótico, de origem alemã, para fabricação de lentes. Seus objetivos eram dobrar as vendas e consolidar-se como único produtor da região.

Financiamento

Em maio/1998 o crédito é concedido;

Valor de R\$ 230.000,00, indexado a uma cesta de moedas (Dólar dos EUA, Euro e lene);

Carência de 12 meses;

Pagamento em 60 meses, já incluso o prazo de carência.

Demandante

Grupo empresarial composto por óticas, fábrica de lentes e um hotel de pequeno porte. Hotel com 24 apartamentos, desprovido de restaurante e área de

estacionamento, destinado a vendedores, com diária média, à época, de R\$ 18,00 (dezoito reais)²⁹.

As empresas apresentavam histórico de pontualidade em seus negócios com a instituição.

Bem Financiado

Equipamento ótico de produção de lentes para óculos de grau de origem alemã. Alta tecnologia e manejo desconhecido na praça de instalação.

Método Utilizado

Foi feito o fluxo de caixa descontado das óticas e da fábrica de lentes antes e após a incorporação do equipamento no processo produtivo.

Verificou-se o potencial da praça, a demanda provável, a experiência dos empresários na gestão de seus negócios, o histórico de pagamento, as garantias oferecidas. Portanto utilizou-se a técnica de análise clássica do crédito.

O Que Não foi Analisado

Em primeiro lugar, o fluxo de caixa que foi elaborado contemplou apenas ao ramo de ótica do grupo (lojas e fábrica), não verificando assim um dos “C’s” do crédito, o “conglomerado”.

Na época da solicitação de financiamento para a aquisição do equipamento, o grupo já estava construindo outro hotel. Este novo hotel (que recebeu financiamento de outra instituição dentre as analisadas por esta dissertação) é mais sofisticado que o de 24 apartamentos descrito anteriormente. O novo hotel tem 70 apartamentos, dispõe de área de estacionamento, restaurante e serviço de quarto, busca atender a um público mais seletivo e exigente.

O grupo adquiriu, também neste mesmo período, duas lojas em um Shopping Center da cidade, com recursos próprios. A retirada desses recursos do capital de giro da empresa também não foi computada quando da elaboração do fluxo de caixa para o empréstimo a compra do equipamento.

²⁹ Equivalentes a U\$ 15,41. Taxa média do mês de maio/98: U\$ 1,00 = R\$ 1,1680

Outras Informações

O recurso foi liberado em maio/1998, mas a máquina só foi recebida em setembro/1998.

Outro problema não abordado no fluxo de caixa foi o fato de os recursos serem liberados indexados a variação cambial de uma cesta de moedas composta com 49% de dólar dos EUA, 26% de Euros e 25% de Ienes; enquanto que, no estudo, esta prevista a indexação a TJLP mais 6,00% a.a.

Dada a alta sofisticação do equipamento importado, o grupo se viu obrigado a contratar técnico da fábrica alemã para prestar treinamento sobre seu uso e manejo. Este técnico permaneceu na fábrica por um ano, com todas as despesas inerentes a essa estada. Também este custo não foi previsto.

Situação Atual da Operação

Inadimplente desde julho de 1999;

Grupo devedor não admite negociar, alega que não foi orientado sobre os riscos da variação cambial;

Operação ajuizada aguardando pronunciamento do juiz.

Considerações Finais

Chama a atenção o fato do estudo ter sido feito com fluxo de caixa suficiente para suportar variação da TJLP + 6% a.a. e o financiamento ter sido liberado com variação cambial, a cesta de moedas, composta por dólar dos EUA, Euro e Yene. O Estudo do projeto foi feito em março de 1998, naquela ocasião o Brasil já passava por dificuldades na obtenção de financiamentos externos devido a grande pressão na taxa de conversão de nossa moeda (taxa de câmbio). Tanto é que em janeiro de 1999 o real foi fortemente desvalorizado. Como se tratava de um bem a ser importado, cabia ao analista tecer considerações sobre o momento em que se encontrava a economia brasileira e os riscos inerentes a uma mudança na paridade do real com moedas conversíveis³⁰.

³⁰ Moeda conversível é aquela que é aceita além dos limites geográficos de seu país de origem como: dólar dos EUA, Euro, Dólar Canadense, Yene etc.

O cliente é composto de um grupo de empresas, as de origem ótica (lojas e fábrica) e um hotel. Quando o projeto de aquisição do equipamento foi apresentado, já havia, em fase de construção, um novo empreendimento do grupo. Um hotel com 70 apartamentos que tinha previsão inicial de funcionamento em abril/1999 e que já recebera incentivos de outra das instituições sob estudo.

No fluxo de caixa projetado, somente foram considerados os desembolsos para pagamento do equipamento de produção de lentes. Ocorre que o grupo, já como dito, estava construindo outro hotel e, além disso, também adquirira mais duas lojas em um Shopping Center da cidade.

Mesmo com a presença do técnico alemão e a melhora na qualidade das lentes, ocorreu a redução de 50% nas vendas quando comparadas com igual período do ano anterior. O motivo da redução foi a entrada no mercado regional de um concorrente. A possibilidade de concorrência não foi prevista pelo analista de crédito, que baseou seu estudo nas informações de outro setor e este, nas prestadas pelo cliente. Não encontramos, nos documentos disponíveis, qualquer verificação dos escalões de análise das informações prestadas pelo grupo. Apenas após a ocorrência da inadimplência é que surgem relatórios de visitas aos empreendimentos e relatos de conversas tratadas com pessoas ligadas às empresas.

O valor do financiamento é liberado em maio/1998, a partir daquela data tem início a contagem do prazo de carência. Ocorre que somente em setembro/1998 se dá o recebimento efetivo da máquina e é quando o grupo percebe que não há operadores habilitados para seu uso e manejo, fazendo com que seja contratado o técnico do fabricante.

Tanto a demora no recebimento do equipamento quanto a contratação do técnico atrasam o início da atividade de fabricação das lentes, havendo, com isso, retardo na geração de receitas, comprometendo o fluxo de caixa projetado. Além disso, o atraso consome praticamente todo o período de carência, período este normalmente utilizado para pequenos ajustes em um projeto e para acúmulo de recursos que farão frente aos primeiros compromissos do empreendimento.

A não observância do princípio do “conglomerado” impossibilitou ao analista perceber que, na prática, houve desvio de recursos do ramo ótico para o ramo hoteleiro do grupo empreendedor. O novo hotel tinha previsão de início de funcionamento em abril/1999, mas somente começa suas atividades em

dezembro/1999. Vale salientar que de acordo com as análises macroeconômicas da instituição de crédito já havia o alerta, à época, que havia um fenômeno de aumento da oferta de cômodos na rede hoteleira e que tal fato refletir-se-ia na redução dos valores das diárias e nas taxas de ocupação, indicando como desfavorável a perspectiva para o segmento e desaconselhando aporte de recursos na área.

Na realidade foi exatamente o que ocorreu, tanto o hotel menor (24 apartamentos) quanto o novo (70 apartamentos) observaram respectivamente, redução na taxa de ocupação e não atingimento dos patamares do uso de diárias previstos.

Portanto, o estudo efetuado pela instituição creditícia supostamente:

- a) não analisou todas as empresas do grupo;
- b) não considerou a possibilidade de ingresso de concorrentes;
- c) não verificou as informações prestadas pelo cliente;
- d) não projetou fluxo de caixa com indexador diferente de TJLP;
- e) não analisou o impacto da aquisição das lojas no capital de giro do ramo ótico.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Mercado	Juros
Risco de Conjuntura	Risco Estratégico
Risco Operacional	Processos
Risco de Crédito	Inadimplência

Quadro 5: Resumo do 1º Caso - Gama

2º Caso: Centro Educacional

Histórico

Empresa constituída em Setembro/1995;

Sem experiência de operações junto à instituição;

Solicita recursos para a construção de um centro educacional.

Financiamento

Investimento projetado de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), solicita financiamento de R\$ 560.000,00 (quinhentos mil reais);

Condições: liberados R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais); carência de 12 meses e prazo de pagamento de 60 meses incluindo a carência.

Demandante

Professor e consultor decide investir na construção de centro educacional de grande porte. A empresa é constituída com a subscrição de capital de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) e capital integralizado de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Bem Financiado

Projeto de construção de um Centro Educacional elaborado com custo total de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), deste valor o cliente solicita financiamento de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais).

Método Utilizado

Uso de modelo de *credit score* que prevê a atribuição de graus/notas de risco que vão desde risco “A”, melhor nível, ao risco “E”, pior nível, ou seja, quanto mais próximo de “A” maior a possibilidade de retorno de capitais e quanto mais próximo de “E” menor a probabilidade de retorno dos capitais investidos.

Para obtenção do risco, o analista alimenta um programa de computador através da impostação do Saldo de Tesouraria (ST) dividido pelas Vendas³¹, obtendo o chamado “risco técnico”. Posteriormente, após avaliação dos “C’s” do crédito e entrevista com o demandante do empréstimo, o analista atribui o chamado “risco subjetivo”. Utilizando-se de tabelas presentes no programa de cálculo do risco

³¹ Na realidade o que o programa calcula é o chamado Efeito Tesoura. O saldo de tesouraria (ST) é obtido pela diferença entre o ativo circulante financeiro e o passivo circulante financeiro. Se a diferença é positiva a empresa não tem necessidade de capital de giro (NCG), se negativa indica que a empresa precisa valer-se de recursos onerosos de curto prazo. Portanto, o efeito tesoura reflete ao longo de diversos períodos, se a empresa utiliza em demasia recursos onerosos de curto prazo caracterizando tendência à insolvência.

(segmento mercadológico, valor pleiteado, área de localização, porte do município etc.), o computador processa o risco final, chamado de “risco cliente”, que como dito pode ir do conceito “A” até o conceito “E”. Assim,

$$\boxed{\text{Risco técnico} + \text{risco subjetivo} = \text{risco cliente}}$$

Outro fator avaliado pelos técnicos foi a possibilidade de criação de negócios futuros com a nova escola. Estimou-se que após o início das atividades do centro educacional, haveria a geração de negócios como: cobrança de mensalidades, seguros, folha de pagamento de professores e funcionários administrativos, financiamento de equipamentos etc.

O Que Não foi Analisado

No cadastro do cliente (pessoa física) consta a anotação de cliente idôneo, porém no mesmo cadastro há diversos apontamentos de títulos protestados. O analista se apóia na informação do próprio empresário de que “deve pouco a terceiros”.

Junto ao projeto foi acostada uma pesquisa feita na comunidade onde seria instalada a escola. Nesta pesquisa tem-se como resultado que a maioria da população da localidade é constituída por autônomos, é adulta, com idade acima dos 40 anos, possui segundo grau de escolaridade média e deseja a oferta de cursos profissionalizantes.

Não localizamos, nos documentos disponibilizados, menção dos analistas de crédito sobre a referida pesquisa.

Outras Informações

No cadastro do cliente verifica-se a informação de “situação econômico-financeira: desfavorável”.

O projeto apresenta como informação a disponibilidade do empreendedor de recursos próprios para investimento na ordem de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

Na pesquisa feita junto à comunidade, colhe-se a informação de que 19% dos entrevistados querem escola de primeiro grau. Foi justamente este segmento que foi atendido pelo empreendimento.

Situação Atual da Operação

Operação ajuizada. Prédio hipotecado ao agente financeiro, porém com penhora efetuada pelo INSS por dívidas junto àquele órgão. Registre-se que dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas são consideradas privilegiadas e preferenciais, tendo portanto, ascendência sobre outros credores.

A escola foi arrendada, não estando responsável pela atual gestão o devedor. Tanto INSS quanto a instituição financeira, solicitaram ao juiz o recebimento do produto do arrendamento. Matéria ainda não apreciada.

Relatório do agente financeiro dá conta que o devedor não se propõe a negociar.

Considerações Finais

Na época da concessão deste financiamento, a instituição financeira utilizava um modelo de classificação de risco, *credit score*, onde as empresas eram agrupadas com níveis de risco que variavam de “A” até “E”. Dependendo da linha de crédito pleiteada era permitido se operar até com empresas apontadas como de risco “C”. Financiamentos com recursos do tesouro nacional, somente deveriam ser concedidos a clientes que apresentassem classificação de risco “A” e em casos excepcionais, risco “B”. O Centro Educacional, por ser empresa recém constituída, não obteve o chamado risco cliente, vez que o modelo utilizado, como já explicitado, necessitava da informação de Saldo de Tesouraria/Vendas para atribuir o risco técnico. Sem um dos parâmetros de mensuração não havia a determinação do risco final. O técnico da área de crédito não menciona este fato em sua análise. Posteriormente o empréstimo foi concedido.

O valor liberado foi de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) exatamente 50% do que havia sido solicitado pelo cliente. Entretanto, para a entrega dos recursos foi condicionada, pela área técnica, que fosse verificado o aporte de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais) por parte do empresário. Ocorre que, no

projeto, já havia a informação de que o investidor possuía a quantia de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), não demonstrando ter condições de aportar mais recursos além destes. Mesmo condicionado o empréstimo terminou por ser liberado. Observe ainda que o capital subscrito é da ordem de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) e o integralizado é de apenas R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Além dos aspectos financeiros, o que mais chama a atenção na análise feita é que o parecer técnico é silente quanto a pesquisa anexa ao projeto. Não há qualquer observação sobre a população da localidade desejar escola técnica – somente 19% queriam escola de primeiro grau – e o curso implantado foi direcionado para a minoria. Também não localizamos qualquer explicação sobre o motivo da liberação do valor de 50% do pleiteado. Não é apontada falha no projeto, não há menção de ausência de recursos na linha de financiamento pleiteada, não se fala se os capitais disponibilizados deveriam ser utilizados para a construção civil ou compra de equipamentos, ou seja, não é especificada de que maneira os recursos poderiam ser gastos/utilizados.

Posteriormente se verifica que também a renda da população não era compatível a mensalidade inicial prevista.

O que se conclui é que a área técnica delegou responsabilidades para área operacional e no decorrer do processo os condicionantes informados deixaram de ser observados.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Concentração
Risco Legal	Legislação
Risco Operacional	Processos
Risco Operacional	Pessoas

Quadro 6: Resumo do 2º Caso - Gama

3º caso: Hospital especializado em mulheres.

Histórico

Associação de cinco médicos de boa referência profissional, porém sem experiência administrativa.

É apresentado projeto de financiamento para a construção de um hospital cujo público alvo será prioritariamente feminino.

Financiamento

Valor: R\$ 800.000,00 oitocentos mil reais;

Carência: 18 meses;

Prazo: 72 meses;

Concedido em junho de 1998.

Demandante

Cinco tradicionais médicos, formadores de opinião e tidos como referências em suas especialidades. Histórico de bons clientes como pessoa física.

Bem Financiado

Construção civil em terreno próprio de um hospital destinado basicamente ao público feminino.

Método Utilizado

Não houve estabelecimento de limite de crédito por se tratar de empresa constituída recentemente, impossibilitando a análise de todos os indicadores técnicos extraídos de demonstrativos contábeis.

Análise do projeto e de sua viabilidade pela projeção do fluxo de caixa.

Forte presença de subjetividade. Em especial, confiança no empreendimento pela sua vinculação a tradicionais médicos.

O Que Não foi Analisado

O sócio mais renomado, de maior prestígio em sua especialidade, com maior clientela pessoal entre os cinco proponentes, desliga-se do projeto em jan/1998. O financiamento é concedido em jun/1998. A informação da saída daquele médico é prestada ao setor técnico em fev/1998, mas não foi feita qualquer análise se a retirada do sócio mais representativo traria mudança na perspectiva de receita do projeto. O médico que se desligou é saudado, no projeto, como diferencial e motivo de atração de clientes ao novo hospital.

O projeto apresenta R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais) como recursos previstos como contrapartida dos sócios. O patrimônio apresentado foi de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) e o valor efetivamente investido de recursos próprios pelo grupo chegou a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Foram feitas algumas modificações no projeto original – mudança de revestimento, alteração de equipamentos, realocização do poço artesiano, entre outras – nenhum dessas alterações foi avaliada para verificar se traria impacto no fluxo de caixa projetado anteriormente.

O estudo do projeto chama a atenção de que algumas receitas estão apontadas no balancete³², porém não trazem comprovação de sua efetividade, mesmo assim, tais receitas são computadas na elaboração do fluxo de caixa.

Quando da apresentação do projeto de financiamento ao Banco, já havia na praça, em estado adiantado de construção, obra para instalação de hospital geral de grande porte vinculado a um importante convênio de saúde da região. Não se verifica na documentação a nós apresentada, qualquer análise sobre o impacto que tal empreendimento traria para o segmento médico-hospitalar e em particular para o hospital destinado ao público feminino que ainda estava em fase inicial de preparativos para a construção.

Foi apresentado como fator positivo no projeto, o fato de duas clínicas de ginecologia e obstetrícia terem encerrado suas atividades, pois isto significaria maior demanda para o hospital em questão. Não se questionou se o fechamento se deu pura e simplesmente por falta de demanda.

³² Como o empreendimento é novo, a análise se deu através do estudo de balancetes. Balancetes são previsões contábeis utilizadas antes do encerramento do balanço patrimonial.

Outras Informações

A área técnica apontou como segurança para a operação a utilização de mecanismos de autoliquidez que vinculariam o recebimento de determinada quantidade do faturamento junto a planos de saúde diretamente em conta vinculada ao financiamento. Entretanto tal mecanismo não foi efetivado, não localizamos justificativas pela não adoção da prática.

Diversos condicionantes à liberação dos recursos foram apontados pela área técnica, para serem observados pelo agente de crédito.

Situação Atual da Operação

Há diversos registros de esforços pessoais dos sócios na manutenção das obrigações em dia, como venda de bens, aporte adicional de recursos etc. Entretanto, o empreendimento não apresentou o faturamento desejado, além de algumas dificuldades que serão relatadas no tópico abaixo. Dessa forma, a operação encontra-se inadimplente e após 180 dias de negociações e tentativas de solução, teve seu ajuizamento proposto em 2002.

Considerações Finais

Os recursos para a implantação do projeto são liberados em junho de 1998 e o hospital tem iniciada suas atividades em jan/2000. Já em abril/2000, é feito um reescalonamento do débito através da dilação do prazo da operação.

Apesar do alongamento do prazo, em jun/2001, apenas 18 meses após sua entrada em operação, o hospital deixou de honrar seus compromissos junto ao agente creditício.

Além das observações já feitas nesta análise, outros sinalizadores de que o empreendimento enfrentaria dificuldades deixaram de ser observados. Em março/2000, o hospital apresenta pedido de prorrogação de suas parcelas alegando que motivos externos como a rede elétrica, a unificação de lotes do terreno pela prefeitura, haviam atrasado o cronograma de faturamento. Também se verificou que equipamentos necessários à atividade hospitalar tiveram sua aquisição retardada por falta de recursos próprios, Note-se que o projeto previa aportes de R\$

780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais) e somente foram comprovadas inversões de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Em 2002, na fase de renegociação do débito, foi verificada que a ausência de Unidade de Terapia Intensiva – U.T.I. – motivava a baixa utilização de leitos. As pacientes temerosas de algum imprevisto evitavam o internamento no hospital pela não disponibilidade daquela unidade especial. Os médicos asseguram que a Sala de Repouso e os equipamentos nela disponíveis são suficientes para o monitoramento das pacientes dadas as características das intervenções cirúrgicas ali realizadas, entretanto, o público se mostra bastante receoso e evita a internação.

Outro fator contribuiu para o desequilíbrio financeiro do empreendimento, o contrato social. O pacto jurídico previa que na desistência de algum sócio, os demais deveriam reembolsá-lo de sua cotas parte. Tal cláusula permitiu a saída de dois sócios fazendo que recursos destinados ao capital de giro da empresa fossem direcionados para ressarcir as inversões dos desistentes. Cabe notar que em sociedades administradas por profissionais, após sua retirada o ex-sócio somente recebe seus recursos quando do ingresso de novo sócio, ou na hipótese dos demais membros remanescentes aportarem recursos próprios suficientes para suprir sua ausência. Este contrato também não foi analisado pelos técnicos da área de crédito.

A inexperiência administrativa dos empreendedores é apontada como fator negativo desde quando o projeto é recebido até sua análise final pela área técnica. Um dos condicionantes para a liberação do crédito foi a exigência da contratação de um administrador hospitalar. Tal contratação somente ocorre em 2002, portanto, cerca de dois anos após o início das atividades do hospital e quatro anos da liberação dos recursos. Esta carência administrativa é corroborada até mesmo pelos sócios do empreendimento. Em conversa por nós realiza, recebemos a informação dos sócios que nos primeiros momentos do hospital tanto a assessoria jurídica quanto a contábil eram feitas por “pessoas amigas e próximas” sem remuneração. Está informalidade das assessorias é verificada no contrato inicial e nos dados dos balancetes. No contrato social, como já dito, pela possibilidade da saída de sócios e imediato reembolso das cotas e no balancete pela ausência de comprovação de receitas ali lançadas.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco Operacional	Processos
Risco Operacional	Tecnologia
Risco de Conjuntura	Estratégico
Risco de Crédito	Concentração

Quadro 7: Resumo do 3º Caso - Gama

4º caso: Grupo composto por Empresa de Fabricação de Equipamentos de Sinalização, Fábrica de Ventiladores e Distribuidora de Bebidas

Histórico

Empresa líder constituída desde março/1985;

Utiliza a entidade desde fev/1988;

Última operação de crédito feita em 1997;

Em 1993, cliente diversifica suas atividades, adquire fábrica de ventiladores e distribuidora de bebidas.

Financiamento

Capital de giro no valor de R\$ 150.000,00, concedido em maio de 1997;

Prazo: 12 meses sem carência;

Encargos: TR + 1% a.m.

Demandante

Grupo familiar constituída pelo genitor e seus filhos;

Empresa líder (equipamentos de sinalização) opera desde 1988;

Fábrica de ventiladores opera desde 1994;

Distribuidora de Bebidas opera desde 1995.

O Bem Financiado

Recursos destinados para constituição de capital de giro.

Método Utilizado

Análise econômico-financeira através do estudo dos seguintes indicadores:

- a) recursos computáveis;
- b) receita operacional líquida;
- c) resultado Operacional;
- d) despesas Financeiras;
- e) resultado do Exercício;
- f) participação de capitais de terceiros;
- g) composição de exigibilidades;
- h) imobilização do Patrimônio Líquido;
- i) liquidez corrente;
- j) ciclo operacional e financeiro;
- k) investimento operacional em giro;
- l) saldo tesouraria.

Utilização de *credit score* (conforme descrito no 2º caso).

O Que Não foi Analisado

Na exposição de motivos que é feita aos técnicos que analisaram o pleito, foi informado que o grupo era cliente exclusivo.

A operação é autorizada em setembro/1997. Em março de 1998 o grupo, através de correspondência, afirma estar devendo a oito instituições financeiras, além da que concedeu o financiamento de R\$ 150.000,00. O que se verifica é a não exclusividade, visto que o grupo alega dever cerca de R\$ 1,4 milhão. Portanto, não houve por parte do técnico uma investigação mais detalhada sobre o demandante.

A fábrica de ventiladores apresentava índice elevado de inadimplência e vendas decrescentes em função da concorrência de produtos importados.

Apenas em março/98, quando o grupo se confessa em dificuldade, é feita a verificação da capacidade de pagamento diretamente na sede do grupo onde se apurou margem para desembolsos de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês.

Na visita ao grupo também é descoberto que seu principal dirigente é coobrigado de operação de uma empresa de propriedade de seu cônjuge. Esta vinculação não foi incluída quando da análise.

Outras Informações

A operação é analisada por três vezes antes de sua autorização. Houve solicitação de esclarecimentos sobre reavaliação de ativos e sobre reserva de correção e lucros acumulados.

Autorização para débito das parcelas em conta-corrente não foi assinada pelos representantes do grupo empresarial.

Situação Atual da Operação

Todas empresas encerraram suas atividades.

Cobrança judicial em curso.

Considerações Finais

Em princípio as condições do financiamento foram, para os padrões praticados no mercado, consideravelmente privilegiadas. Financiamento para capital de giro tendo por indexador a TR (taxa referencial) adicionada de 1,00% a.m., seria extremamente vantajoso para a maioria das empresas e de grande ajuda para as que estivessem em eventual dificuldade de caixa.

Mesmo com as condições favoráveis a operação não foi paga, permanecendo até o momento em cobrança judicial.

Na análise da operação não foi observado o “conglomerado” vez que se deixou de estudar a empresa do cônjuge do principal dirigente do grupo familiar. Outro fator relevante, a operação foi reavaliada três vezes, em nenhuma das oportunidades o técnico visitou o empreendimento, baseando sua análise em informações de terceiros. Também chama atenção o fato de haver, no dossiê da

operação, a informação de que a empresa opera exclusivamente com a entidade e apenas cinco meses após a concessão do crédito de R\$ 150.000,00 o grupo afirma, em correspondência, ser devedor de R\$ 1,4 milhão em várias instituições financeiras.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Inadimplência
Risco de Conjuntura	Abertura Mercado
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Tecnologia

Quadro 8: Resumo do 4º Caso - Gama

5º caso: Empresa de Reparo, Manutenção e Instalação de Telecomunicação.

Histórico

Empresa constituída em outubro de 1979 e operando com a instituição desde março de 1991.

Financiamento

Capital de giro no valor de R\$ 123.000,00, concedido em junho de 1999;
 Prazo: 12 meses sem carência;
 Encargos: TR + 1% a.m.

Demandante

Empresa familiar, sem problemas cadastrais e operando regularmente com a instituição desde março de 1991.

Bem Financiado

Recursos destinados para constituição de capital de giro.

Método Utilizado

Análise econômico-financeira através do estudo dos seguintes indicadores:

- a) recursos computáveis;
- b) receita operacional líquida;
- c) resultado Operacional;
- d) despesas Financeiras;
- e) resultado do Exercício;
- f) participação de capitais de terceiros;
- g) composição de exigibilidades;
- h) imobilização do Patrimônio Líquido;
- i) liquidez corrente;
- j) ciclo operacional e financeiro;
- k) investimento operacional em giro;
- l) saldo tesouraria.

Não foi utilizado *credit score*.

O Que Não foi Analisado

Em primeiro lugar o conglomerado. Os sócios majoritários da empresa têm participação em dois outros empreendimentos. No estudo para a concessão do crédito não houve análise destas duas empresas, nem a verificação de possível movimentação de recursos entre elas.

O analista de crédito utilizou dados de dezembro de 1997 para apurar recursos computáveis. Porém para o item endividamento total o período de análise é novembro de 1998. Em princípio tal discrepância é danosa para a empresa, pois não atualiza os ativos e compara-os com passivos recentes. Tecnicamente não é correto comparar valores financeiros com datas bases diferentes.

Outras Informações

A operação foi lastreada em garantia real. Dois imóveis foram vinculados em hipoteca pelo valor de R\$ 245.000,00 (maio de 1999). Nesta ocasião não há avaliação dos imóveis, apenas estimativa de valor. Em julho de 2000, os imóveis são avaliados tendo por valor definido R\$ 180.000,00.

Três departamentos diferentes analisam a operação antes de sua liberação.

Empresa possuía uma operação de US\$ 800.000,00 referente a importação de uma máquina.

Em dezembro de 1999, se dá início ao processo de inadimplência. Neste mês a empresa deixa de honrar todos seus compromissos com a instituição.

Situação Atual da Operação

A instituição transferiu o processo para cobrança judicial em maio de 2002.

Empresa está com suas atividades paralisadas e impetrou ação ordinária de revisão de cláusulas contratuais em setembro de 2002.

Considerações Finais

Na análise da operação o técnico justifica a necessidade do capital de giro em virtude do processo de privatização do sistema telebrás. O referido sistema era o principal comprador dos serviços da empresa financiada. Com a privatização houve, tudo segundo o analista de crédito, redução nos preços praticados em 30%, tal situação levou dificuldade ao caixa da empresa.

É sob este cenário que a demandante adquire a máquina de US\$ 800.000,00, seu objetivo é redução de custos, elevação de produtividade e conseqüente ajuste das margens de lucro.

No estudo da operação do capital de giro, o técnico faz um relato sobre a tradição da empresa em quitar seus compromissos, sua forma correta na condução dos créditos e aponta as dificuldades observadas como momentâneas.

No mês de março de 2000 é divulgada, em jornal de grande circulação, reportagem afirmando que a empresa não paga seus fornecedores.

Em julho de 2000 é firmada uma composição dos débitos da empresa com a instituição. A composição prevê a dação em pagamento de alguns bens imóveis e móveis para a redução do saldo de devedor e um alongamento do prazo para pagamento dos débitos. Apesar dos contratos terem sido assinados, a empresa não cumpre nada do que havia acordado e todas suas operações permanecem inadimplentes.

Em setembro de 2001, estudo revela que a empresa tem dívidas com terceiros na ordem de R\$ 2.600.000,00, estando na ocasião com 654 protestos, 14 ações de cobrança, 9 pedidos de falência, 16 pendências bancárias e 34 ocorrências no cadastro de emitentes de cheques sem fundos – CCF.

Observe que apesar das garantias hipotecárias a instituição não consegue reaver os recursos aportados.

O que mais chama nossa atenção neste caso é a não percepção da instituição que a empresa estava sofrendo profundas mudanças em seu mercado de atuação que passava de público para privado. O seu faturamento havia sido reduzido linearmente em 30% e mesmo assim, quase concomitantemente são liberados recursos para financiar a importação de uma máquina (recursos estes de funding próprio da instituição) e valores aportados em capital de giro (aqui o funding foi governamental, por isso a dedicação maior a este item).

Na realidade o histórico de bom pagador foi o que norteou o estudo na concessão do crédito, deixando-se à margem um importante dado de alterações conjunturais.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco Conjuntura	Privatização
Risco de Crédito	Concentração
Risco Operacional	Tecnologia
Risco Operacional	Processos

Quadro 9: Resumo do 5º Caso - Gama

6º caso: Cooperativa de Transporte

Histórico

Empresa sem experiência de operações de crédito. Constituída em dezembro de 2001.

Financiamento

Encargos de TJLP + 4,00% a.a.;

Garantida por fundo de aval constituído com parte dos recursos do programa;

Prazo 58 meses, incluídos 4 meses de carência;

Valor: R\$ 1,2 milhão;

Contratação da operação: junho de 2002.

Bem Financiado

Vinte micro-ônibus para uma cooperativa de condutores autônomos;

Valor unitário dos veículos: R\$ 60.000,00.

Método Utilizado

Uso de um sistema de *credit score*;

Cálculo da Taxa Interna de Retorno (TIR)³³;

Cálculo do *Payback*³⁴;

Verificação dos usos e das fontes.

³³ O cálculo do VPL, valor presente líquido, nos diz se um projeto deve ser aceito ou não (VPL > 0 = projeto aceito). A TIR é calculada pela análise da sensibilidade do valor do VPL de um projeto em função do custo de capital. Na medida que o custo do capital se eleva o VPL se reduz até ser anulado. O valor que anula o VPL é denominado de Taxa Interna de Retorno – TIR (LAPPONI, 1996:81).

³⁴ O *payback* é um método de avaliação comum que mede o prazo de recuperação do capital investido. É chamado de *payback* simples quando não considera o custo de capital da empresa e *payback* descontado quando é considerado aquele custo.(LAPPONI, 1996, p. 17 e 24).

O Que Não foi Analisado

A estrutura de custos utilizada no fluxo de caixa foi obtida no projeto apresentado pela cooperativa à instituição. Nos documentos disponibilizados não se verifica que os dados tenham sido confirmados, entretanto, eles são utilizados no estudo para amparar toda a modelagem.

Outras Informações

Empresa constituída após a assinatura de convênio com a instituição e uma prefeitura municipal. A prefeitura comprometia-se a regulamentar o transporte alternativo e a instituição em financiar os interessados desde que apresentassem condições técnicas.

Situação Atual da Operação

Operação inadimplente desde o fim do prazo de carência (novembro de 2002).

Instituição buscou renegociação sem sucesso. Providencia ação de execução para receber os fundo de aval e os bens móveis como pagamento do débito.

Considerações Finais

O técnico não consolidou os dados apresentados pela empresa com estudos de mercado. Toda a análise pode ter sido comprometida com esta inobservância. O *credit score*, o *payback* e a TIR são eficientes ferramentas de análise de risco de crédito. Mas, para que seu resultado seja satisfatório é necessário que os dados sejam confiáveis. No estudo não há como determinar que são realmente confiáveis os números apresentados.

Além da incompleta análise técnica, o outro fato que chama atenção é que nenhuma parcela foi paga apesar do prazo bastante favorável e condições de pagamento diferenciadas. A empresa alega que o poder municipal não cumpriu com sua parte e até o momento não disciplinou o transporte alternativo. Dessa forma a

concorrência, segundo a empresa, continua desleal e portanto, o faturamento previsto quando do recebimento do crédito não se mostrou compatível com o projetado.

Sob esta ótica vislumbramos outra falha no estudo. Se havia um condicionante para a geração do faturamento projetado, a instituição apenas deveria ter liberado recursos com o efetivo cumprimento destas condicionantes, ou seja, os valores destinados a aquisição dos micro-ônibus somente deveriam ser aportados aos interessados quando a prefeitura efetivamente regulamentasse o transporte alternativo e cumprisse com uma das condições do projeto.

Por fim, percebe-se também um movimento da empresa que confunde as instituições. Em primeiro lugar, nosso estudo recaiu sobre agentes de financiamento federal, não havendo vínculo com o poder municipal. A empresa ao não pagar o empréstimo, aparentemente, quer também retaliar o não cumprimento por parte da prefeitura pela não regulamentação e indiretamente prejudica a instituição federal que efetivamente cumpriu com sua parte do contrato.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Inadimplência
Risco de Conjuntura	Estratégico
Risco Operacional	Evento Externo
Risco Legal	Legislação

Quadro 10: Resumo do 6º Caso - Gama

INSTITUIÇÃO CREDITÍCIA DELTA

1º Caso: Empresa de produção de lâminas de madeira e madeira folheada.

Histórico

Empresa explora maciço florestal, decide ampliar suas atividades através de implantação de projeto para produção de lâminas de madeira e folheados.

Financiamento

Encargos de 4,00% a.a. + BTNF³⁵, pagáveis de doze em doze meses e capitalizáveis apenas o período de carência. A carência terá seu prazo encerrado quando se dar o início da operacionalização do projeto. A operacionalização será atestada pela instituição.

Posteriormente as condições são alteradas para TRD + 4,00% a.a., prazo de nove anos, incluídos três de carência.

Demandante

Localizada no Nordeste a empresa apresenta em dezembro de 1989, projeto para industrialização de madeira.

Bem Financiado

Equipamentos diversos;

Terraplanagem;

Obras civis;

Instalações elétricas, hidráulicas etc.;

Valor total das inversões: cerca de R\$ 16,9 milhões;

³⁵ BTNF – Bônus do Tesouro Nacional Financeiro. Substituído pela TRD – Taxa Referencial Diária que é posteriormente substituída pela atual TR – Taxa Referencial.

Valor aportado pela instituição financiadora: cerca de R\$ 8,4 milhões, ambos em valores de julho de 1994.

Método Utilizado

Análise de projeto clássica através do estudo dos seguintes tópicos:

- a) mercado;
- b) localização;
- c) escala³⁶;
- d) financeiro, incluindo a Taxa Interna de Retorno (TIR);
- e) cronogramas de desembolso e projeções de custos e receitas;
- f) administrativo;
- g) jurídico;
- h) contábil;
- i) meio Ambiente.

O Que Não foi Analisado

Não é clara, pelo menos nos documentos disponibilizados para análise, a definição da fonte de partes dos recursos necessários à implantação do projeto. Há indicações que 50% seriam financiados pela instituição e que o restante seria de outras fontes. Que fontes, se de capital próprio, se de terceiros não se fez menção. Registre que se a origem do capital for de terceiros o seu custo deveria ter sido computado no fluxo de caixa e no estudo econômico-financeiro efetuado para se medir o impacto no resultado esperado do projeto. O cálculo da TIR, por exemplo, somente tem sentido quando leva em consideração todo o aporte de recurso necessário ao empreendimento.

Outras Informações

Três anos após o estudo do projeto, a instituição financiadora implantou nova metodologia de financiamento. Em fevereiro de 1992 a empresa adere a nova

³⁶ É o tamanho, ou seja, a capacidade de produção a ser instalada. WOILER (1986, p. 133).

sistemática. Com a adesão o prazo do financiamento é alterado para nove anos, sendo três anos de carência. As amortizações passam a ter o seguinte cronograma: 1ª parcela no 37º mês; 2ª parcela no 43º e sucessivamente no 49º; 55º; 61º; 67º; 73º e 78º meses. Os encargos passam a ser TRD adicionados em 4% a.a.

Na adequação ao novo modelo de financiamento a instituição promove outra análise do projeto. Nesta análise, apenas é informada as inversões verificadas pelos seus vistoriadores, não há novo estudo ou qualquer retificação ao anterior.

Situação Atual da Operação

Operação vencida desde novembro de 2001. Em maio de 2002 a instituição solicita uma série de informações da empresa e concede prazo de quinze dias para a resposta, é o último documento arquivado no dossiê.

Considerações Finais

Em março de 1992 o empreendimento tem sua primeira vistoria, na ocasião é informado que as obras estão aceleradas e quase prontas. Naquele momento a empresa teria iniciado a aquisição dos equipamentos.

A segunda vistoria foi efetuada em setembro de 1992, neste documento há informação que diz estarem as obras em fase final, algumas máquinas recebidas e são aguardadas outras. O empreendimento esperava pelo fornecimento de um maior volume de energia elétrica para iniciar suas atividades.

Março de 1993, a vistoria indica que 61% do projeto estava implantado, sendo que das obras físicas 95% estavam concluídas. A empresa havia iniciado suas operações inclusive, com a efetuação de exportação para os Estados Unidos da América.

Vistoria realizada em abril de 1996 atesta a conclusão e funcionamento normal da planta industrial.

Em novembro de 1995 a empresa não paga a primeira amortização devida e solicita prorrogação em julho de 1996. A instituição acata pedido e autoriza a prorrogação em agosto de 1996.

Em Setembro de 1996 é pedida nova prorrogação com a alegação de que parte do débito não havia sido contemplado na autorização de julho. Em outubro daquele ano a prorrogação é autorizada.

A empresa solicita, em agosto de 1997, nova prorrogação alegando defasagem na liberação dos recursos. No mesmo mês a instituição acata o pleito concedendo a autorização. Nova autorização para prorrogação é solicitada em dezembro de 1997.

Em janeiro de 1998 a instituição financiadora considera formalmente, através de comunicado à empresa, que o empreendimento foi concluído e funcionando dentro do esperado.

Julho de 1998 a instituição autoriza a prorrogação das amortizações por mais dois anos.

No mês de novembro de 2000 a empresa solicita nova dilação no prazo de amortização.

Em julho de 2001 a instituição solicita da empresa informações necessárias à elaboração da capacidade de pagamento e seu fluxo de receita e custos. No mês de maio de 2002, o pedido é reiterado sendo concedido um prazo de quinze dias para a resposta.

O que se depreende é que a empresa é beneficiada de sucessivas prorrogações de seus pagamentos. Desde novembro de 1995 até novembro de 2000, todos os pleitos são autorizados não havendo qualquer desembolso por parte da beneficiária. Não há registros, nos documentos disponibilizados, de dificuldades financeiras da empresa. Todos os laudos de vistoria tecem elogios a velocidade de implementação da planta industrial, inclusive, com observação que desde março de 1993 o empreendimento efetua exportações.

Apesar do não estudo no projeto do impacto dos recursos oriundos de fonte diferente da financiada pela instituição, não se tem registro de dificuldades financeiras do empreendimento. Tanto é que não há nenhum atraso no início da produção.

Não há problemas industriais, mercadológicos ou financeiros aparentes. Portanto, não são encontrados motivos que justifiquem o atraso no cumprimento do cronograma de amortização em especial após as sucessivas autorizações de prorrogação concedidas.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Inadimplência
Risco Operacional	Pessoas
Risco Conjuntura	Políticas
Risco Liquidez	Atraso Liberações

Quadro 11: Resumo 1º Caso - Delta

2º caso: Fábrica de Produtos de Proteção Industrial

Histórico

Fundada em março de 1968, a fábrica é especializada em produção de luvas de couro para proteção de trabalhadores da indústria.

Financiamento

Encargos de TRD + 4,00% a.a., prazo de dez anos, incluídos três de carência.

Demandante

Apresenta, em julho de 1993, projeto de expansão da linha de proteção industrial, incluindo calçados de couro e luvas de PVC.

Bem Financiado

Máquinas extrusoras;
Equipamentos diversos;
Terraplanagem;
Obras civis;
Instalações elétricas, hidráulicas etc.;
Valor total das inversões: cerca de R\$ 16,3 milhões;

Valor aportado pela instituição financiadora: cerca de R\$ 8,1 milhões, ambos em valores de julho de 1994;

Condições do financiamento: encargos de TRD + 4,00% a.a. e prazo de dez anos incluídos três de carência;

Amortizações: 1ª parcela no 37º mês e demais no 43º, 49º, 55º, 61º, 67º, 73º, 79º e 84º meses.

Método Utilizado

Análise do projeto através do estudo dos seguintes itens: mercado, localização, escala, financeiro (acrescido do cálculo da TIR), cronogramas de desembolso e projeções de custos e receitas, administrativo, jurídico, contábil e meio ambiente.

No estudo é destacada a geração de cerca de 800 empregos diretos e a utilização de matérias-primas regionais.

O Que Não foi Analisado

O cálculo da TIR é inconsistente vez que no estudo do projeto o técnico recomenda financiar parte do empreendimento e o saldo restante deverá ser, “no montante julgado necessário” (SIC), obtido em bancos ou através de aporte de capital próprio.

Outras Informações

Em março de 1994 a empresa solicita autorização para realocação do empreendimento. Parecer técnico afirma que o montante a ser financiado pela instituição já está definido, portanto, “ficam os acréscimos correspondentes a serem cobertos com recursos próprios” (SIC).

A primeira parcela do financiamento é liberada em agosto de 1995.

Em dezembro de 2001, a instituição considera que a empresa concluiu a implantação do projeto financiado e verifica a geração de cem empregos diretos.

Ainda no período de implantação do projeto a empresa altera seu nome e redefine alguns produtos de sua cadeia, entre eles, inclui a produção de sapatos de couro para exportação ao invés de botas de couro de proteção industrial.

Situação Atual da Operação

Em abril de 2002 a empresa apresenta à instituição notificação judicial para sua não inclusão no CADIN³⁷, alegando entre outros motivos, que a negativação de seu nome irá prejudicar 150 empregados.

Através de correspondência de novembro de 2002, o beneficiário alega ter faturamento menor que o previsto, se diz descapitalizado, questiona os encargos do financiamento e afirma que atingirá o ponto de equilíbrio no segundo semestre de 2003.

Não há dados nos dossiês disponibilizados sobre as medidas legais tomadas pela instituição.

Por iniciativa nossa, foi consultado o CADIN e verificado que a empresa está incluída como inadimplente. Podemos, em princípio, concluir que há ajuizamento de ação de cobrança por parte da instituição.

Considerações Finais

Em novembro de 1997 o projeto ainda não estava concluído e, até aquele momento, apenas havia gerado três empregos.

Setembro de 1998 a empresa solicita prorrogação da amortização inicial por dois anos. Pedido acatado em outubro daquele ano.

Em maio de 2001 a instituição nega outros aportes de recursos ao empreendimento. É feito novo pedido de recursos em agosto de 2001, igualmente negado.

Dezembro de 2001, como dito, o projeto é considerado implantado.

Durante a análise do projeto é verificado que as projeções apresentadas pela empresa para a produção dos equipamentos de proteção industrial estão superestimadas vez que, segundo dados do IBGE, o crescimento do setor industrial

³⁷ CADIN – Cadastro de Inadimplentes do Banco Central do Brasil. Instituições governamentais como Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, SUDENE, Banco do Brasil, Receita Federal etc. informam ao CADIN as empresas que lhes são devedoras.

no nordeste tem sido negativo nos últimos dez anos. Também verifica que há elevação na produção de curtidos, mas o consumo permanece constante. Como fato positivo a empresa alega estar recusando pedidos por falta de possibilidade de atendimento visto sua baixa capacidade de produção.

Mesmo com estas informações o técnico faz todas suas previsões baseadas nos dados apresentados pela demandante, alegando, poucos relatórios oficiais sobre o segmento de mercado em estudo.

Outro fator interessante é a análise da destinação das vendas, a empresa afirma no projeto que após sua implantação a destinação das mercadorias se dará da seguinte forma: 10% para o Norte e Nordeste; 40% para a região Sudeste; 35% para o Sul e 15% para a região Centro-Oeste. O técnico sugeriu, em seu parecer, que a empresa deveria destinar 40% da produção para a região Sudeste; 30% para o Nordeste e Norte; 10% para a região Centro-Oeste e 20% para o Sul. Aqui se percebe uma incoerência na análise, em um primeiro momento, dispõe-se de dados que afirmam ser negativa a expansão da indústria na região nordeste. No segundo momento, o técnico apresenta, como sugestão, a destinação de 30% da produção para esta região ao invés dos 10% previstos no projeto.

Também chama a atenção uma projeção feita pela instituição da vida útil de cada equipamento de proteção industrial. Os dados do IBGE apontam para uma diminuição na produção industrial nos últimos dez anos, o técnico projeta um consumo de produtos crescente, portanto, incompatível com os dados do IBGE. Esta incompatibilidade se verifica até mesmo na análise da geração de empregos. Previsão de cerca de 800 no projeto, em 1993, para uma constatação de 100 empregos em 2001.

Há ainda, pedido de aquiescência para realocização do projeto. A instituição concorda sem fazer qualquer análise sobre o impacto que tal mudança traria nos custos do projeto e no fluxo de caixa do empreendimento. A alegação do técnico de que o valor do financiamento já havia sido definido não guarda respaldo na metodologia de análise de projetos. Qualquer alteração no projeto estudado deve merecer nova análise técnica para se verificar se não haverá comprometimento na produção, distribuição, comercialização, fluxo de caixa etc.

Por último, também não se fez qualquer análise dos impactos gerados na mudança, ou inclusão, de alguns produtos não previstos no projeto. No caso a implantação da produção de sapatos de couro para a exportação. Quanto foi o

investimento? Qual o impacto no caixa da empresa? (que alega, em novembro de 2002 estar descapitalizada). Que alterações foram necessárias na planta industrial? Nada disto aparentemente foi estudado pela instituição creditícia.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Inadimplência
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Processos
Risco Legal	Legislação

Quadro 12: Resumo do 2º Caso - Delta

3º caso: Empresa Agropecuária.

Histórico

Empreendimento novo.

Financiamento

Encargos de 4,00% a.a. + BTNF, pagáveis de doze em doze meses e capitalizáveis apenas no período de carência. A carência terá seu prazo encerrado quando se der o início da operacionalização do projeto. A operacionalização será atestada pela instituição.

Aprovado em outubro de 1988.

Posteriormente as condições são alteradas para TRD + 4,00% a.a., prazo de dez anos, incluídos três de carência.

Demandante

Empresa constituída para a produção de milho, feijão, aspargo, uva e manga em área de 320 hectares.

Bem Financiado

Terra;

Estrutura Básica;

Construções Rurais;

Sistema de irrigação e drenagem;

Inversões totais: aproximadamente R\$ 2.300.000,00;

Valor aportado pela instituição: cerca de R\$ 400.000,00;

Em valores de julho 1994.

Método Utilizado

Estudo contendo a descrição da localização, as vias de acesso, as vias de comunicação, características do solo, características do clima, disponibilidade de água e disponibilidade de energia elétrica.

Projeção da quantidade de empregos gerados (43 diretos)

Análise do projeto (mercado, localização, escala, financeiro - acrescido do cálculo da TIR, cronogramas de desembolso e projeções de custos e receitas, administrativo, jurídico, contábil e meio ambiente).

Em outubro de 1991 há reenquadramento do projeto em nova sistemática de financiamento da instituição. O prazo para pagamento passa a ser de dez anos, com três de carência. Encargos de TRD + 4,00% a.a. e parcelas com vencimento a partir do 37º mês encerrando-se no 84º mês. Nesta ocasião são ratificadas as informações do estudo anterior.

O Que Não foi Analisado

Foram elaboradas capacidade de pagamento e TIR sem o esclarecimento necessário sobre a forma como foi calculado o total das fontes de financiamento, vez que a instituição apenas pretende financiar até 50% do empreendimento. Não há como efetuar uma projeção adequada de fluxo de caixa e TIR sem a perfeita definição dos custos financeiros envolvidos.

Outras Informações

A FUNAI, Fundação Nacional do Índio, em outubro de 1988 e fevereiro de 1989, emite correspondência à instituição determinando que nenhum recurso fosse liberado antes de seu pronunciamento sobre a área de implantação do projeto. Na época havia estudo sobre demarcação de terras indígenas na localidade onde situado o empreendimento.

Em outubro de 1991 as condições do financiamento foram repactuadas, tendo o prazo alterado para 10 anos, incluídos três anos de carência, encargos de TRD + 4,00% a.a., primeira parcela no 37º mês e a última no 84º mês.

Em julho de 1997 a empresa comunica perda total de 30 ha. de aspargo, 10 ha. de feijão e 10 ha. de milho, motivada por estiagem.

Situação Atual da Operação

Desde julho de 1999 a operação está em cobrança judicial. O empreendimento não chegou a ser totalmente implantado e está paralisado.

Considerações Finais

O empreendimento não obteve sucesso. A empresa alega que durante sua implantação houve prolongado período de estiagem e o açude que abastecia toda a localidade não possuía água suficiente para atender a demanda. Sobre este ponto o estudo do projeto é omissivo. Apenas é considerada a capacidade de acúmulo de água do açude.

A instituição não observa que o empreendimento estava localizado em área de conflitos de terra. Por iniciativa da FUNAI é que há a comunicação sobre o estudo na região de demarcação de reserva indígena. Posteriormente, o empreendimento é liberado pela FUNAI.

Na primeira vistoria realizada pela instituição, em agosto de 1989, é apresentado relatório informando que 78% das obras de irrigação e drenagem e 25% das culturas estão implantados.

A próxima vistoria, realizada em março de 1990, registra que não há investimento em cultivo. Portanto, percebe-se um conflito de informações, apenas

sete meses separam um relatório do outro e no primeiro existe menção de 25% de implantação da lavoura enquanto que no segundo é informado que não há investimentos de cultivo.

Em julho de 1990, nova vistoria é realizada. O relatório aponta como 48% do projeto implementado e informa não haver plantações na área. A vistoria seguinte, em maio de 1991, corrobora as informações anteriores ao afirmar que não houve a implementação das culturas financiadas. Novo conflito de informações com o primeiro laudo. Este afirma 78% implantados enquanto o último diz que 48% foram providenciados.

No reenquadramento do projeto, em outubro de 1991, não se faz qualquer observação sobre o não cultivo das lavouras. Pelo menos três relatórios de vistorias anteriores ao novo estudo já apontavam para a ausência de produção e mesmo assim, não se menciona tal fato nesta nova análise.

Oito meses após o reenquadramento, julho de 1992, outra vistoria é realizada e atesta que apenas 20% da área destinada para uma sementeira de aspargos está plantada.

Apenas em julho de 1994 é que se encontra no dossiê disponibilizado uma correspondência de empresa onde informa à instituição que havia efetuado a implantação de parte das culturas no segundo semestre de 1992. Comunica também, a perda total por estiagem de 30 ha. de aspargos, 10 ha. de feijão e 10 ha. de milho. Anexa ao citado expediente, correspondência da EMATER, de dezembro de 1993, onde é informada a ocorrência da seca e o comprometimento da lavoura. Não localizamos dados que justifiquem a ausência de vistorias entre o período entre junho de 1992 e julho de 1994.

Em expediente de julho de 1995 a empresa contesta o recebimento de cobrança administrativa alegando que como teve perda total por causa da estiagem deveria estar recebendo novo aporte de recursos e não uma cobrança.

A instituição através de carta do mês de agosto de 1995 informa ter observado incorreções contábeis nos documentos apresentados e avisa que não liberará parcelas bloqueadas enquanto não houver a regularização das pendências. Chama atenção o fato que enquanto a empresa alega perda por estiagem, a instituição cobra por relatórios contábeis corretos. Concretamente, a empresa deixa de receber algumas parcelas do empréstimo pendente por erro contábil e não pela

ausência de lavouras. Não houve por parte da instituição a confirmação destas perdas.

Em setembro de 1995 é comunicado à empresa que o prazo para as regularizações contábeis está terminando e aponta possíveis penalidades para o fato.

A empresa solicita prorrogação do pagamento de parcelas vencidas em correspondência datada de agosto de 1996 e informa a pretensão de realocização do projeto por persistir na região o problema do baixo índice de precipitação pluviométrico.

A instituição atende ao pedido em outubro de 1996 e em novembro daquele ano concede prazo de sessenta dias para que a empresa apresente o projeto para a realocização.

Em julho de 1997 a empresa informa que suas atividades estão paralisadas há quatro anos.

Correspondência da instituição, de agosto de 1997, afirma que o empreendimento foi considerado “inviável em função de fatores supervenientes de natureza técnica e problemas cadastrais”.

Em fevereiro de 1998 a empresa faz resumo de todas as correspondências entregues à instituição e pede uma solução para seu débito alegando que o empreendimento havia sofrido solução de continuidade por conta de fatores climáticos alheios ao seu controle. Novo expediente, junho de 1999, apresenta pedido de exclusão do nome da empresa do CADIN.

Finalmente, em julho de 1999, a instituição indefere todos os pedidos da empresa e transfere a cobrança da dívida para o departamento jurídico.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco Mercado	Commodities
Risco de Crédito	Inadimplência
Risco de Crédito	Concentração
Risco Operacional	Pessoas

Quadro 13: Resumo do 3º Caso - Delta

4º caso: Fábrica de Móveis de Madeira, Vime e Junco

Histórico

É tradicional no ramo de atuação, com dezoito anos de existência. Possui produto diferenciado da concorrência.

Financiamento

Encargos de 4,00% a.a. + BTNF, pagáveis de doze em doze meses e capitalizáveis apenas no período de carência. A carência terá seu prazo encerrado quando se dar o início da operacionalização do projeto. A operacionalização será atestada pela instituição.

Posteriormente as condições são alteradas para TRD + 4,00% a.a., prazo de dez anos, incluídos três de carência.

Demandante

Empresa apresenta pedido de financiamento de maio de 1989 com o objetivo de modernizar seu parque industrial e expandir sua área de venda para todo o país.

Bem Financiado

Aquisição de máquinas e equipamentos;

Obras civis;

Instalações elétricas, hidráulicas etc.;

Valor total das inversões: cerca de R\$ 10,0 milhões;

Valor aportado pela instituição financiadora: cerca de R\$ 5,0 milhões, ambos em valores de julho de 1994.

Método Utilizado

Análise do projeto através do estudo dos seguintes itens: mercado, localização, escala, financeiro (acrescido do cálculo da TIR), cronogramas de desembolso e projeções de custos e receitas, administrativo, jurídico, contábil e meio ambiente.

No estudo é destacada a geração de cerca de 330 empregos diretos e a utilização de matérias-primas regionais.

O Que Não foi Analisado

Neste caso se reproduz o problema da não definição das fontes de recursos necessárias para complementar o valor do financiamento (conforme observado nos casos até o momento apresentados). Instituição prevê liberar até 50% do valor previsto no orçamento do projeto.

Na análise do projeto, o técnico afirma não dispor de dados oficiais sobre a totalidade do setor de atuação da empresa. Considera os números do empreendimento como coerentes e justifica sua afirmação por entender que os dezoito anos de experiência do empresário dão validade às projeções previstas no projeto.

Outras Informações

Em junho de 1992, ainda sem receber aporte de recursos a empresa solicita enquadramento nas novas condições de financiamento praticadas pela instituição.

Os técnicos da entidade financiadora ratificam os dados do estudo de 1989 e aprovam o financiamento nas seguintes condições: prazo de 10 anos, incluídos três anos de carência, encargos de TRD + 4,00% a.a., primeira parcela no 37º mês e a última no 84º mês.

A primeira parcela é liberada em dezembro de 1992.

Situação Atual da Operação

Responde por cobrança judicial desde março de 2002.

Teve seu nome excluído do Cadastro de Inadimplentes do BACEN – CADIN – por força de liminar naquele mesmo mês.

Considerações Finais

O projeto foi totalmente concluído em fevereiro de 1998. A empresa é líder no seu segmento nordeste e vende para todo o país.

Todos as vistorias efetuadas durante o período de implantação do projeto atestaram que o mesmo seguiu o cronograma de execução.

Mesmo com estas características a empresa permanece sem efetuar os recolhimentos devidos. Conforme apresentado na seqüência.

Em novembro de 1995 acaba o prazo de carência e vence a primeira prestação.

Embora sem quitar a prestação vencida a empresa continua recebendo aportes da instituição até julho de 1996. Ocasão em que todo a investimento previsto pela financiadora é creditado à empresa.

No mês de agosto de 1996 a empresa solicita prorrogação da parcela vencida. Em setembro o pleito é atendido sendo concedido o prazo de um ano para o início das amortizações.

Em novembro de 1997, nova prorrogação é solicitada. A empresa alega atraso no repasse dos recursos por parte da instituição afirmando que tal prática a levou a utilizar recursos próprios além do previsto, descapitalizando-a.

A instituição acata o pedido e autoriza nova prorrogação em janeiro de 1998.

Nos documentos disponibilizados não há dados entre janeiro de 1998 e dezembro de 2000.

Em janeiro de 2001 é apresentado novo pleito de prorrogação por parte da empresa. No pedido é informado que o problema no fluxo de caixa permanece.

No mês de julho de 2001 a instituição solicita uma série de informações para analisar o pedido de prorrogação. A empresa não fornece os dados solicitados e o processo é deslocado para a esfera judicial.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Inadimplência
Risco Legal	Legislação

Quadro 14: Resumo do 4º Caso - Delta

5º caso: Empresa de Pesca e Aqüicultura

Histórico

Grupo explora segmento de pesca e pretende ampliar sua área de atuação.

Financiamento

Encargos de 4,00% a.a. + BTNF, pagáveis de doze em doze meses e capitalizáveis apenas no período de carência. A carência terá seu prazo encerrado quando do início das atividades do projeto. A operacionalização será atestada pela instituição.

Posteriormente as condições são alteradas para TRD + 4,00% a.a., prazo de dez anos, incluídos três de carência.

Demandante

Uma das empresas do grupo apresenta, em novembro de 1987, projeto para a construção de dez barcos pesqueiros com vinte e dois metros. Reforma de fábrica de gelo e nas instalações industriais.

Bem Financiado

Dez barcos pesqueiros do tipo “arrasteiro”;
 Reforma de fábrica de gelo;
 Inclusão de linha de processamento de cauda de lagosta;
 Readequação das instalações;

Máquinas e equipamentos diversos;
Inversões totais: cerca de R\$ 9,3 milhões;
Inversões financiadas: R\$ 2,4 milhões;
Valores em julho de 1994.

Método Utilizado

Estudo dos itens:

- a) mercado, onde o técnico afirma que “tudo faz crer que a empresa não terá problemas em comercializar seus produtos”;
- b) financeiro e contábil (baseado na observação de que os três últimos balanços apresentam lucro);
- c) projeção de produção;
- d) descrição das matérias primas e equipamentos;
- e) tecnologia utilizada, segundo o analista a empresa valer-se-á da mesma técnica utilizada pelas concorrentes;
- f) no estudo ainda existe a afirmação que serão gerados 80 empregos novos e mantidos os 350 existentes.

O Que Não foi Analisado

Nos documentos disponibilizados não foram localizadas justificativas para a utilização dos dados fornecidos pelo demandante sem a verificação de sua validade.

Há emissão de parecer que as pessoas físicas são possuidoras de experiência profissional, porém, não se verifica, nos dossiês, pesquisas que amparem tal afirmação.

Nos estudos não se observa que se trata de um grupo empresarial, e o empreendimento é analisado de forma isolada. Inclusive, o estaleiro contratado para a construção dos barcos pesqueiros pertence ao grupo.

Outras Informações

O projeto é estudado sem o recebimento da confirmação que a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, autorizaria a construção dos barcos.

Em março de 1992 as condições do financiamento foram repactuadas, tendo o prazo alterado para cinco anos, incluídos dois anos de carência, encargos de TRD + 4,00% a.a., primeira parcela no 25º mês e a última no 60º mês. Na análise é confirmado o estudo de 1987.

Situação Atual da Operação

Empreendimento desativado;
Cobrança judicial desde junho de 1997.

Considerações Finais

Primeira vistoria realizada em julho de 1988, fiscal afirma que dois barcos foram adquiridos e um foi pago. Informa que as obras civis não foram iniciadas.

Em outubro de 1988 é processada a primeira liberação de recursos.

A partir de maio de 1989 a instituição emite diversas correspondências solicitando que o demandante apresente balanços com parecer de auditoria independente.

Em março de 1992 a empresa solicita que seu financiamento seja reenquadrado na nova sistemática de financiamento da instituição. O estudo de 1987 é ratificado sendo concedido prazo de cinco anos, conforme já informado. Nesta mesma solicitação a empresa pede que haja redução das instalações e afirma que não utilizará barcos arrendados (que estavam previstos no projeto inicial).

Vistoria realizada em julho de 1992 concluí pela liberação de parte dos recursos afirmando que cinco barcos já estão prontos. Porém, no relatório, o fiscal somente lista três barcos e observa que a quarta embarcação está 41% concluída. Não faz qualquer alusão ao quinto barco.

Na mesma época é realizada auditoria que considera 40% do projeto concluído. Aponta a necessidade de ajustes na forma de contabilização de algumas rubricas, mas, aprova os balanços.

Tanto nos relatórios da fiscalização quanto nos da auditoria, não se verifica fotos das embarcações. A auditoria afirma que a comprovação da existência dos barcos se deu por análise de documentos.

Entre julho de 1992 e junho de 1995 não há nos dossiês disponibilizados qualquer registro de fiscalização.

Em junho de 1995 é realizada vistoria onde se constata que a sede da empresa está desativada, que não houve geração de emprego e que até aquele momento cerca de 84% dos recursos aprovados pela instituição para aporte no empreendimento haviam sido liberados.

Vistoria especial efetuada no período de uma semana de setembro de 1995 aponta uma série de irregularidades:

- a) não há comprovação de aporte de capital próprio;
- b) projeto reduzido por iniciativa da empresa (exclusão das obras. Manutenção apenas da construção dos barcos);
- c) desde 1987 (ano do projeto) nada havia sido construído;
- d) fiscal suspeita que empresa nunca tenha operado no local, já que foi constatada a presença de apenas três funcionários que não possuíam vínculo empregatício com a demandante;
- e) não visualização dos barcos;
- f) a numeração das embarcações apresentada como comprovante de sua existência não figura da lista do IBAMA com autorização para pesca.

Correspondência da entidade financiadora para a empresa, em dezembro de 1995, cobra a apresentação do contrato para construção de cinco embarcações e aponta problemas na contabilidade da empresa.

A instituição emite nova correspondência em outubro de 1996 confirmando as irregularidades observadas e ainda afirmando que as cópias das notas fiscais emitidas pelo estaleiro para comprovação dos recursos recebidos pela empresa, comparadas com as novas cópias apresentadas, mostram “distorções acentuadas”, seja “no próprio formulário como no seu preenchimento”.

Empresa responde em março de 1997, reportando-se a seu expediente de agosto de 1996, onde solicita que o projeto seja concluído no estágio em que se encontra e afirmando que desde então não recebeu novos aportes de capital da instituição. A empresa alega também, que “o setor pesqueiro vive sua maior dos últimos vinte anos” e por fim, informa que 80% do projeto estão conclusos.

Em maio de 1997, a instituição nega o pedido da empresa e remete o processo para cobrança judicial.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Tecnologia
Risco Operacional	Processos
Risco de Crédito	Inadimplência

Quadro 15: Resumo do 5º Caso - Delta

6º caso: Empresa Fabricante de Estruturas Metálicas

Histórico

Fundada em 1977, a empresa tem sede no Sudeste e filial no Nordeste. Destina sua produção para venda a empresas governamentais.

Financiamento

Encargos de 4,00% a.a. + BTNF, pagáveis de doze em doze meses e capitalizáveis apenas o período de carência. A carência terá seu prazo encerrado quando do início da operacionalização do projeto. A referida operacionalização será atestada pela instituição.

Posteriormente as condições são alteradas para TRD + 4,00% a.a., prazo de 66 meses, incluídos 24 meses de carência.

Demandante

A filial nordestina apresenta, em 1991, projeto para ampliação de capacidade de produção e aquisição de novos equipamentos.

Bem Financiado

Aquisição de máquinas e equipamentos;

Obras civis;

Instalações elétricas, hidráulicas etc.;

Valor previsto de inversões no projeto: cerca de R\$ 16,0 milhões;

Valor aportado pela instituição financiadora: cerca de R\$ 1,5 milhão, ambos em valores de julho de 1994.

Método Utilizado

Análise do projeto através do estudo da localização, da escala, de aspectos financeiros (predominando o estudo do nível de endividamento), contábil (através da verificação de indicadores de liquidez imediata, liquidez seca e liquidez corrente) e meio ambiente.

O Que Não foi Analisado

A empresa vendia apenas para órgãos governamentais. Não localizamos na documentação disponibilizada qualquer menção sobre a concentração de vendas para o governo.

Nos estudos não se observa que se trata de um grupo empresarial, com sede em estado do sudeste e filial nordestina. O empreendimento é analisado de forma isolada.

Outras Informações

Em julho de 1994 a empresa apresenta projeto de reestruturação e diversificação de produtos. Pretende além das estruturas metálicas, operacionalizar linha de galvanização.

A empresa, em março de 1997, envia correspondência à instituição comunicando que pretende a obtenção de novo aporte de recursos através de outro agente financiador.

Em julho de 1997 apresenta proposta para composição do débito, desde que a instituição creditícia conceda abatimento de 50% no volume da dívida.

Situação Atual da Operação

Empresa incluída no CADIN;

Dívida sendo cobrada judicialmente;

O empreendimento teve suas atividades paralisadas desde abril de 1994;

Dívida executada em 1997.

Considerações Finais

A primeira liberação de recursos para a empresa ocorreu em julho de 1992. Para a disponibilização dos valores foi realizada em junho de 1992 uma vistoria. No relatório o técnico considerou a implantação do projeto lenta, porém informa que não são afetadas a confiabilidade nem a viabilidade do empreendimento. Registra ainda, que o capital próprio da empresa está sendo realizado com “crédito dos acionistas”. Informa, por fim, que a produção iniciada é vendida para o Governo sendo pouco significativa a comercialização de produtos para o setor privado.

Vistoria realizada em setembro de 1992 afirma que houve incremento de 3% no projeto. O técnico registra que “devido a crise existente a empresa vem passando por dificuldades que a leve a adquirir financiamento para capital de giro, deixando-a cada vez mais endividada... como existe uma luta da diretoria para vencer a crise, nos leva a acreditar que seja positiva a confiabilidade de implementação do projeto e sua viabilidade” (SIC).

Neste mesmo laudo, de setembro de 1992, há uma nota de um outro técnico que diz que a empresa apresenta “excelente índice de liquidez e grau de endividamento em níveis satisfatórios” (SIC). Como se percebe, existe confronto de informações (empresa cada vez mais endividada *versus* endividamento em níveis satisfatórios). Não localizamos, na documentação disponibilizada, justificativas que pudessem ratificar ou retificar as informações dos técnicos. Não é possível saber se a vistoria foi conjunta; se ambos estiveram na empresa; se algum dos técnicos se baseou em documentos contábeis, ou seja, não foi possível verificar o motivo da discrepância de opiniões.

Empresa alega em novembro de 1993 que 80% do projeto foi concluído. A instituição não concorda afirmando que apenas 17% foi implantado enquanto que a previsão era de conclusão de cerca de 53% do projeto no primeiro ano.

Não há nos documentos disponibilizados relatos entre o período de novembro de 1993 e setembro de 1994.

Em outubro de 1994 é realizada nova vistoria onde se verificou que a empresa estava paralisada, os operários em greve, alguns diretores desligados do quadro funcional, o fornecimento de energia elétrica suspenso e a documentação contábil indisponível. A alegação da empresa foi de que toda a contabilidade foi transferida para a sede localizada na região Sudeste. Neste relatório, respondendo as indagações do vistoriador, o encarregado pelo empreendimento diz que o Plano Collor³⁸ foi o responsável pela paralisação das atividades, corroborada com a ausência de correção monetária nos pagamentos efetuados pelo Governo.

No mesmo mês de outubro de 1994 a empresa apresenta um plano de reestruturação que prevê:

- a) mudança na diretoria;
- b) reordenação da fábrica;
- c) terceirização de serviços;
- d) manutenção de 150 empregos diretos.

Em julho de 1995 empresa consulta possibilidade de venda das instalações para grupo de capital estrangeiro. Em agosto de 1995 a empresa recebe autorização para efetuar a transação.

³⁸ Plano de estabilização econômica instituído em 15/03/1990 pelo então presidente Fernando Collor.

A instituição creditícia solicita à empresa que forneça, em até 30 dias, os documentos contábeis. O prazo tem início em janeiro de 1996.

Em fevereiro de 1996 a empresa apresenta novo projeto de reestruturação. A instituição creditícia diz que somente acatará o pleito se os demais credores também concordarem. Dá à empresa prazo até novembro de 1996 para a solução das pendências.

Em novembro de 1996 a empresa informa que disponibilizará o balanço patrimonial do ano de 1993 após a conclusão de auditoria externa. Informa que a demora se dá pelo encerramento das atividades dos antigos auditores, exatamente no ano de 1996. Informa também que depois de concluídos os trabalhos de auditoria referentes ao ano de 1993, dará início a avaliação de 1994 e 1995.

Ainda em novembro de 1996, a instituição creditícia concede, como oportunidade final, a prorrogação do prazo em mais 150 dias.

No mês de fevereiro de 1997 a instituição recebe correspondência da empresa onde a mesma afirma que está com suas atividades paralisadas há 31 meses e que desde então busca interessados na compra de suas instalações.

Em agosto de 1997 é efetuada nova vistoria no empreendimento. Verificou-se que a empresa permanece em inatividade, apresenta diversas restrições cadastrais, não houve qualquer aporte de recursos de terceiros, e ainda, atesta o péssimo estado de conservação dos equipamentos.

Desde setembro de 1997 o processo foi transferido para a esfera judicial.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Conjuntura	Econômico/Financeiro
Risco de Conjuntura	Estratégico
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Tecnologia

Quadro 16: Resumo do 6º Caso - Delta

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ÔMEGA

1º caso: Indústria e Comércio de Alimentos

Histórico

Empresa constituída em outubro de 1999;
Sem experiência com financiamentos.

Financiamento

Recursos destinados ao reforço do fluxo de caixa (capital de giro);
Valor aportado R\$ 40.000,00;
Encargos de TR + 1,90% a.m.;
Prazo de 12 meses sem carência.
Operação realizada em março de 2001.

Demandante

Empreendimento destinado a fabricação de alimentos, pipocas e salgadinhos, destinados às classes C e D.
Capital social integralizado de R\$ 70.000,00.

O Bem Financiado:

Os valores aportados destinam-se para reforço do capital de giro.

Método Utilizado

Uso de modelo de *credit score*;
Cálculo da projeção do fluxo de caixa;
Análise de balancetes em virtude da situação de recém constituída da empresa.

O Que Não foi Analisado

O fluxo de caixa é elaborado com dados fornecidos pela empresa, e, aparentemente, sem confirmação do técnico, vez que, não há registro no estudo.

O técnico informa que não foi possível identificar as premissas sobre as quais os fluxos de custo e despesa de funcionamento foram calculados. Entretanto, vale-se destes fluxos em sua análise.

Outras Informações

A empresa também responde por dívidas junto a outra instituição objeto de análise neste trabalho.

O técnico afirma que a pouca visibilidade da marca será compensada pela oferta dos produtos por preços inferiores aos praticados pela concorrência. Aqui se percebe uma provável inconsistência da análise. Se havia a afirmação da impossibilidade de confirmar o fluxo de custo e despesas, não há coerência em se dizer que a empresa poderá compensar o baixo conhecimento de sua marca com preços menores que os dos concorrentes.

Os recursos aportados pela outra instituição foram insuficientes, segundo relato do técnico, para a aquisição de todas as máquinas necessárias a plena utilização da estrutura instalada.

O analista informa que empresa tem ótimas perspectivas de crescimento, os gerentes e administradores são pessoas qualificadas, de família tradicional na área empresarial, especialmente no ramo da construção civil. Não localizamos dados, nos documentos disponibilizados, que sustentem a vinculação entre a experiência em construção civil com o início de exploração de indústria alimentícia.

Situação Atual da Operação

Operação inadimplente desde junho de 2001.

As tentativas de reestruturação do débito foram frustradas.

Não localizamos, na documentação disponibilizada, informações sobre a transferência do débito para cobrança judicial.

A empresa, segundo correspondência própria, informa também estar inadimplente com a outra instituição creditícia.

Considerações Finais

O estudo afirma que outra instituição creditícia havia aportado recursos da ordem de R\$ 290.000,00 que somados aos R\$ 70.000,00 de recursos próprios indicavam, em consonância com o projeto, a necessidade de recursos na ordem de R\$ 65.000,00, em capital de giro, para conclusão do empreendimento. Entretanto, na finalização do estudo, o analista afirma que os valores recebidos da outra instituição foram insuficientes para aquisição de alguns equipamentos necessários a completa utilização da capacidade instalada o que fez com que a empresa recorresse a fontes onerosas de financiamento para dar prosseguimento a implantação do projeto.

A empresa solicitava um aporte acima dos R\$ 40.000,00 disponibilizados. Porém, o técnico defende a liberação daquele valor. Embasa sua decisão na junção dos fatores “capacidade de pagamento superavitária, ausência de restrições e experiência do principal dirigente” com “pouco tempo de atividade da empresa, elevado endividamento e o estágio de maturação do projeto”.

Analisando os dados disponibilizados, pode-se firmar o entendimento que a análise técnica não explorou de forma mais significativa as informações que dispunha. Pode-se dizer que, provavelmente, o empreendimento necessitava não só da capital de giro (que, aliás, foi liberado em volume aquém do solicitado) como também de um complemento no financiamento para aquisição das máquinas e equipamentos não adquiridos anteriormente.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Inadimplências
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Processos

Quadro 17: Resumo do 1º Caso - Ômega

2º caso: Franquia de Roupa de Marca Famosa

Histórico

Empresa com treze anos de atividade;
Opera com a instituição há dez anos;
Liquidou normalmente uma operação em 1998.

Financiamento

Valor: R\$ 50.000,00
Encargos: TJLP + 5,3% a.a.
Prazo: 55 meses, incluídos nove meses de carência;
Financiamento liberado em maio de 2000.

Demandante

Empresa familiar há treze anos no mercado;
Empreendimento localizado fora de Shopping Center;
Apresentava histórico de pontualidade com a instituição. O financiamento anterior havia sido liquidado em janeiro de 1998.

Bem Financiado

Projeto para realocização de loja de roupa de marca famosa de um bairro para um Shopping Center.

Foram liberados recursos para:

- a) instalações;
- b) montagem de vitrine;
- c) sistema de Informática;
- d) propaganda.

Método Utilizado

Empresa governamental de assistência à micro e pequenas empresas foi responsável pela elaboração do projeto.

A instituição creditícia realiza análise do projeto através do estudo de itens como: mercado, localização e fluxo de caixa.

O Que Não foi Analisado

O técnico informa em seu laudo “inexistência de dados contábeis e financeiros para uma melhor análise da real situação econômico-financeira” no projeto apresentado. Entretanto, o estudo da instituição creditícia considera o projeto para deferir o financiamento.

Outras Informações

O empreendimento funcionava em um bairro de uma capital nordestina. O Shopping para o qual houve seu remanejamento localiza-se em bairro diferente e distante da instalação anterior.

A empresa funcionou no bairro até o final de 1999. No início do ano 2000 é realizada a mudança da instalação para o Shopping.

Situação Atual da Operação

Inadimplente desde fevereiro de 2001.

Operação transferida para cobrança judicial.

Empréstimo realizado com garantia hipotecária. As partes discutem a validade da hipoteca, a empresa alega que o bem hipotecado é considerado “bem de família”, portanto, impenhorável. Já a instituição alega que com o oferecimento do imóvel cessou a prerrogativa do “bem de família”.

Considerações Finais

A empresa alega que a instituição creditícia comprometeu o projeto por ter liberado o financiamento tardiamente. Este retardo no fornecimento dos recursos a teria obrigado a se valer de fontes onerosas de recursos para dar prosseguimento ao empreendimento.

Em correspondência de julho de 2001 a empresa afirma que somente recebeu o aporte de recursos quando a loja já havia entrado em operação no Shopping.

Ainda em julho de 2001 é feita proposta para a instituição creditícia de pagamentos mensais na ordem de R\$ 1.500,00 por mês com encargos pré-fixados de 1,00% a.m. Referida proposta foi indeferida pela instituição. Após o indeferimento, a empresa não faz qualquer outra proposta (não localizamos nenhuma nos documentos disponibilizados) e, em outubro de 2001 a dívida é executada.

Um aspecto interessante neste caso é a constatação que nem empresa, nem instituição creditícia e nem a entidade que elaborou o projeto, demonstram ter avaliado de forma mais detalhada o impacto que a mudança da loja de bairro para um Shopping em outro bairro acarretaria. Ao que parece, o público do Shopping não se interessou pelo produto que era anteriormente comercializado com relativo sucesso no bairro.

Aparentemente, além da não aceitação do produto, a descapitalização provocada pela demora na liberação dos recursos comprometeu a estabilidade financeira da empresa. Não há dados para análise do fluxo de caixa após o início das atividades de venda no Shopping, mas, o que se verifica é que a empresa encerrou suas atividades depois de 13 anos de funcionamento. Dados do SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, informam que micro e pequenas empresas têm “taxa de mortalidade” de 80% até o segundo ano de instalação, tendendo a estabilizar-se no mercado após o quinto ano de operação.

Também não localizamos, na documentação disponibilizada, informações que justifiquem a mudança do bairro para o Shopping. Realmente como afirmou o técnico não há dados contábeis e financeiros no projeto para uma melhor análise. O que se pode depreender é que ou o faturamento estava caindo e a empresa decidiu explorar outro nicho mercadológico, ou seus administradores foram atraídos por

alguma oferta do Shopping que, em princípio, pareceu-lhes interessante, mas, que posteriormente revelou-se sua ruína.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco Conjuntura	Cultural
Risco de Crédito	Inadimplência
Risco Operacional	Processos
Risco Legal	Legislação

Quadro 18: Resumo do 2º Caso - Ômega

3º caso: Empresa de engenharia

Histórico

Empresa recém instalada.
Sem experiência creditícia.

Financiamento

Valor: R\$ 90.000,00;
Prazo: 12 meses, sem carência;
Encargos: TR + 2,28% a.m.;
Recursos liberados em outubro de 2001.

Demandante

Empresa de construção civil, especializada em obras para empresas públicas.

Cadastrada na instituição em dezembro de 2000.

Possuía quinze empregados diretos. Chegando a mais de cem funcionários temporários durante a execução dos contratos.

Bem Financiado

Recursos destinados para capital de giro.

Método Utilizado

Uso de modelo de *credit score*;

Cálculo da projeção do fluxo de caixa;

Análise de balancetes em virtude da situação de recém constituída da empresa.

O Que Não foi Analisado

Todo o estudo foi elaborado com base em dados de balancetes, sem auditoria contábil. Inclusive uma relação de faturamento fornecida pelo contador da empresa é integralmente computada na análise. Não verificamos, nos documentos disponibilizados, que o analista tenha checado tal faturamento.

Na constituição do *credit score* é impostada a informação de que o cliente é “idôneo”, entretanto, não havia experiência de crédito. Nestes casos, normalmente se usa a expressão “prejudicado”.

Outras Informações

Os sócios também iniciam negócios com a instituição na mesma época que a empresa.

Situação Atual da Operação

Inadimplente desde maio de 2002.

Proposta de reescalonamento do débito indeferida em julho de 2002.

Não localizamos, na documentação disponibilizada, informações sobre o estágio jurídico do processo.

Considerações Finais

A empresa tem apenas dois anos de funcionamento, entretanto, com este prazo de efetiva atividade a elaboração de balanço patrimonial já se faz necessária. A instituição creditícia se vale de dados obtidos junto a balancetes para analisar a proposta de financiamento.

Apenas quatro meses após a concessão do crédito a empresa deixa de honrá-lo.

Em correspondência de fevereiro de 2002, mês que interrompeu os pagamentos, a empresa:

- a) afirma que a partir daquele mês deixa de pagar a fornecedores e demais credores;
- b) informa que demitiu todos os funcionários;
- c) propõe quitar seu débito em 60 meses acrescidos de mais 6 meses de carência;

Nesta mesma correspondência a empresa argumenta que o motivo do encerramento de suas atividades se deve ao fato do governo ter paralisado suas obras e que também “empresas multinacionais estão deixando de investir no Brasil por conta dos atentados de 11 de setembro” (SIC). Acrescenta, ainda “a busca por novos clientes fez-nos ressentir a carência de capital de giro” (SIC).

Chama atenção o fato da empresa ter recebido R\$ 90.000,00 para capital de giro há apenas quatro meses e alegar a carência deste capital de giro como um dos motivos de sua bancarrota.

Em correspondência de julho de 2002 a empresa envia nova correspondência para a instituição solicitando uma redução de 15% do montante devido para que possa elaborar nova proposta de equalização do débito. A proposta é indeferida no mesmo mês.

Não há informações jurídicas na documentação disponibilizada e o referido indeferimento é o último documento arquivado.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Concentração
Risco de Conjuntura	Risco País
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Processos

Quadro 19: Resumo 3º caso - Ômega

4º caso: Loja de Produtos Veterinários (*pet-shop*)

Histórico

Firma individual constituída em março de 1997;
Possuía experiência operacional.

Financiamento

Valor: R\$ 104.000,00
Prazo: 24 meses, sem carência.
Encargos: TJLP + 6% a.a.
Recursos liberados em fevereiro de 2002.

Demandante

Empresa de produção e distribuição de acessórios para animais domésticos;
Operou normalmente por cinco anos com a instituição.

Bem Financiado

Máquinas e equipamentos;
Capital de giro.

Método Utilizado

Uso de *credit score*;

Operação analisada como crédito para pessoa física por se tratar de uma firma individual.

O que não foi analisado:

A instituição deixou de verificar responsabilidades da pessoa física. Há, aparentemente, uma incoerência no estudo. A empresa por ser firma individual é analisada sob o enfoque de pessoa física, porém, a pessoa física propriamente dita não é levada em consideração na análise.

Outras Informações

A pessoa física operava anteriormente da constituição da firma individual e havia registro em seu cadastro de “liquida operações com atraso”.

A operação está parcialmente amparada por garantia de fundo de aval constituído por entidade governamental de apoio a micro e pequena empresa.

Situação Atual da Operação

Inadimplente desde setembro de 2002;

Tomador evadido;

Transferida para cobrança judicial em fevereiro de 2003.

Considerações Finais

Em agosto de 2002 a empresa comunica dificuldade financeira e solicita que sua operação tenha condições de pagamento mais favorecidas. Sugere que o prazo seja dilatado para 36 meses mais 3 meses de carência. Pede ainda, que as parcelas sejam fixas sem indexador. Informa que houve grande aumento na concorrência, que novas lojas com produção própria estão sendo instaladas e que suas vendas caem a cada dia.

A instituição indefere a solicitação no início de setembro de 2002.

Em dezembro de 2002, nova proposta é recebida pela instituição. O tomador oferece dação em pagamento de um imóvel para liquidação de seu débito. A instituição solicita alguns documentos para analisar a proposta.

Em janeiro de 2002 a solicitação de documentos é reiterada.

No início de fevereiro de 2002 a instituição encaminha técnico para tentar localizar o tomador, já que, segundo anotações constantes do dossiê, diversas tentativas de contatos por telefone e via postal foram frustradas. O técnico afirma em seu relatório que o tomador não foi localizado, que a empresa está desativada, sem equipamentos e que informações da vizinhança atestam que o mesmo evadiu-se.

Em março de 2003 a dívida é transferida para cobrança judicial.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Concentração
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Processos
Risco Conjuntura	Estratégico

Quadro 20: Resumo do 4º Caso – Ômega

5º caso: Empresa de Manutenção de Equipamentos Industriais.

Histórico

Empresa constituída em 1996;

Opera com a instituição desde 1997.

Apresentava histórico de pontualidade nos pagamentos.

Financiamento

Valor: R\$ 155.000,00;

Encargos: TJLP + 4,00% a.a.;

Prazo: 60 meses, incluídos 6 meses de carência;

Recursos liberados em junho de 2001.

Demandante

Empresa de prestação de serviços de manutenção de equipamentos industriais. Também comercializa equipamentos.

Apresentava histórico de normalidade em suas operações.

Bem Financiado

Equipamentos para utilização na oficina da empresa.

Método Utilizado

Estudo de fluxo de caixa;

Análise dos C'S do crédito;

Estudo das demonstrações contábeis (balanço patrimonial).

O Que Não foi Analisado

A empresa oficialmente não tinha filial, entretanto, há diversas informações de “pontos de apoio” em cidades diferentes da sede da empresa (inclusive em Estados diferentes). No estudo técnico não localizamos, na documentação disponibilizada, pedido de esclarecimento à empresa sobre os custos dos “pontos de apoio” e nenhuma menção sobre o impacto destes custos no fluxo de caixa.

Outras Informações

O balanço patrimonial de 2000 apresenta patrimônio líquido negativo, ou seja, o chamado “passivo a descoberto”.

Entre dezembro de 2001 e julho de 2002 a empresa responde por 39 títulos protestados.

No cadastro há a informação de que o imóvel onde funciona a empresa é alugado. O técnico ao elaborar a análise dos C's do crédito (no item colateral) informa que o imóvel é próprio.

Situação Atual da Operação

Empresa pagou apenas a primeira parcela do financiamento.

Em novembro de 2002 empresa promove contra a instituição uma Ação Ordinária Revisional com o intuito de rever as cláusulas de encargos financeiros.

Dívida ajuizada pela instituição em janeiro de 2003.

Considerações Finais

Correspondência da empresa, maio de 2002, afirma que a mesma encontra-se em dificuldade financeira em virtude de redução no faturamento por retração no mercado. Sugere, então, que seu financiamento seja repactuado dando-lhe mais 12 meses de carência e depois, 36 meses para pagamento. Observe que nesta carta a empresa não reclama encargos de seu financiamento, entretanto, tal questionamento é feito via judiciário através da Ação Revisional.

A instituição nega a prorrogação iniciando vários contatos para a solução da dívida.

Existem nos dossiês notas fiscais datadas de junho e julho de 2001 dando conta que os equipamentos adquiridos são novos. Porém, em laudo de setembro de 2002 o técnico afirma que parte dos equipamentos financiados está em situação razoável de uso e outra parte em péssimo estado de conservação.

Ainda em setembro de 2002, o vistoriador diz que a empresa não mantém a contabilidade em dia e não apresenta documentos necessários para elaborar a capacidade de pagamento. A afirmação chama atenção porque em junho de 2001 recursos foram liberados com base em análise de documentos contábeis. Também se verifica que em 2000 havia a indicação de passivo a descoberto no balanço patrimonial e este dado não foi objeto de análise quando da liberação dos recursos.

Pela análise da documentação disponibilizada, é possível supor que havia condição do analista da operação identificar que a empresa apresentava problemas antes da liberação do financiamento. Provavelmente, trata-se de suposição, o

histórico de operações anteriores terem sido liquidadas induziram a instituição a uma análise menos rigorosa.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco de Crédito	Inadimplência
Risco Legal	Contrato
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Tecnologia

Quadro 21: Resumo do 5º Caso - Ômega

6º caso: Grupo Empresarial de Produção de Artigos em PVC

Histórico

Empresa líder constituída em 1987;
 Segunda empresa do grupo constituída em 1998;
 Operava normalmente até 2000.

Financiamento

Recursos destinados para projeto de implantação da segunda empresa do grupo.

Valor aportado R\$ 150.000,00;
 Encargos: TJLP + 6,00% a.a.;
 Prazo: 60 meses, inclusos 12 meses de carência;
 Financiamento concedido em 1999.

Demandante

Grupo familiar formado pelo genitor e filhos, há dez anos no mercado (à época da concessão do financiamento).

Grupo produz materiais em PVC para utilização no segmento de construção civil.

Bem Financiado

Obras civis de reforma de galpão.

Equipamentos

Máquinas

Método Utilizado

Estudo de projeto com análise econômico-financeira dos seguintes tópicos:

- a) receita operacional líquida;
- b) endividamento geral;
- c) composição das exigibilidades;
- d) participação de capital de terceiros;
- e) margem líquida;
- f) rentabilidade dos investimentos;
- g) necessidade de capital de giro;
- h) saldo de tesouraria.

Também foram estudados: Ponto de Equilíbrio; Taxa Interna de Retorno (TIR); Fluxo de Caixa Projetado e Geração de Empregos (pelo projeto haveria a criação de 15 novos postos de trabalho).

O Que Não foi Analisado

O fluxo de caixa elaborado não contemplou o desembolso de um financiamento, feito na mesma instituição, de uma máquina importada. Registre-se que restavam apenas duas parcelas para serem quitadas, porém, todos os pagamentos previstos devem compor o fluxo de caixa de forma a não comprometer a capacidade de pagamento do empreendimento.

Outras Informações

Consta do estudo a informação de que a demandante apresenta os itens Participação de Capital de Terceiros e a Composição de Exigibilidade em patamares elevados para a média do segmento.

No mesmo laudo técnico, quando da análise do capital de giro necessário ao empreendimento, consta a afirmação “empresa utilizará recursos próprios, devendo também recorrer a fontes onerosas, sem no entanto, comprometer a sua capacidade de pagamento”. Aqui se verifica uma incoerência no estudo, há informação sobre elevado endividamento e ao mesmo tempo, existe sugestão de recorrer-se a fontes onerosas.

Também foi registrado que a contabilidade da empresa estava desatualizada. O último balanço patrimonial auditado é de 1997. O estudo foi elaborado por análise de balancetes.

Situação Atual da Operação

Operação inadimplente desde março de 2001.

O grupo empresarial, em fevereiro de 2002, inicia Ação Cautelar Inominada com o intuito de exclusão do nome de suas empresas dos “cadastros de maus pagadores”.

Na documentação disponibilizada encontra-se uma notificação de vencimento da dívida, porém, não são localizados documentos que comprovem que a cobrança tenha sido transferida para a esfera judicial.

Considerações Finais

O projeto apresentado à instituição prevê aporte de recursos da ordem de R\$ 250.000,00. Após análise, R\$ 150.000,00 são disponibilizados para a empresa.

Para implantação do empreendimento é feita a sugestão que se obtenham financiamentos de fontes onerosas para a composição do capital de giro necessário, bem como, para aquisição de algumas máquinas cujo financiamento não encontrava respaldo na linha de crédito pleiteada.

O técnico conclui que o projeto é viável em todos os cenários testados, porém, as hipóteses apresentadas (conservadora, otimista e pessimista) levam em conta que haverá inversões de outras fontes. O técnico considera outras fontes: capital próprio, capital de terceiros com encargos subsidiados e capital de terceiros com encargos praticados no mercado. Ocorre que em dezembro de 1997 o grupo já era beneficiário de composição para pagamento de impostos vencidos (ICMS, IPI e INSS) o que sinalizava um obstáculo na obtenção de financiamentos no mercado. Tal fato, embora conste do estudo, não é considerado no levantamento e na análise das hipóteses.

Além disso, verifica-se confronto de afirmações quando, em um determinado ponto da análise, o técnico afirma que é elevado o nível de participação de capital de terceiros no empreendimento e em outro ponto sugere a busca dos recursos necessários à conclusão do projeto junto a terceiros.

Outra questão que chama atenção no estudo é a afirmação do técnico que o projeto se destina a ampliação da capacidade de produção e diversificação da linha de produtos (a ponto de se criar uma nova empresa para abrigar a planta industrial que se pretende instalar), ocorre que há registros na análise de que o segmento de construção civil passa por uma fase de retração.

Ainda em relação ao estudo do projeto, não há respaldo técnico para amparar a utilização de dados contábeis com cerca de dois anos de extração. A utilização de balancetes é possível para complementar um estudo de projeto e não para embasar esta análise.

Ao que parece, pela análise dos documentos disponibilizados, é provável que a instituição tenha aportado os recursos para o grupo mais em função do seu histórico de dez anos de pontualidade do que pela utilização de conceitos metodológicos admitidos e praticados no mercado.

CATEGORIA	ENQUADRAMENTO
Risco Operacional	Pessoas
Risco Operacional	Processos
Risco Legal	Tributário
Risco de Conjuntura	Estratégico

Quadro 22: Resumo do 6º Caso - Ômega

Encerrada a apresentação de dezoito casos obtidos junto às instituições objeto de estudo, será apresentada no próximo capítulo a conclusão da dissertação.

RISCO	Nº DE OCORRÊNCIAS	DISCRIMINAÇÃO	
		Qtde	Motivo
Operacional	29	12	Mensuração e análise dos dados
		12	Utilização parcial da modelagem
		5	Deficiência na coleta de dados
Crédito	17	11	Inadimplência
		6	Concentração
Conjuntura	12	6	Estratégico
		1	Abertura mercado
		1	Privatização
		1	Políticas
		1	Econômico/Financeiro
		1	Cultural
Legal	6	4	Legislação
		1	Contrato
		1	Tributário
Liquidez	1	1	Atraso nas liberações
Mercado	2	1	Juros
		1	Commodities

Quadro 23: Tipos de Risco / Número de Ocorrências

9 CONCLUSÃO

No primeiro capítulo desta dissertação foi apresentado, como problematização, o questionamento: “Quais os motivos que levam empreendimentos, aparentemente com grande potencial de lucratividade, que receberam empréstimos e incentivos com origem em recursos públicos à inadimplência? Foram problemas conjunturais, técnicos ou de caráter do solicitante?”.

Podemos responder estas três indagações afirmativamente. As causas da inadimplência, conforme verificado em 18 casos, foram geradas por deficiências no estudo das operações, portanto problemas técnicos; por alterações conjunturais e ainda, pela aparente decisão do tomador dos recursos em não honrar os empréstimos e financiamentos recebidos.

Pelos dados obtidos e após suas análises, pode-se concluir que os casos de inadimplência observados foram, em sua maioria, gerados pela exposição ao risco operacional.

Porém, além das falhas técnicas no estudo das operações, ficou configurada a existência de problemas conjunturais que se caracterizaram por influência de planos econômicos; pela abertura do mercado; por alterações na concorrência; por redefinições das políticas governamentais de incentivo; por alterações nas linhas de crédito e nas condições de financiamento etc.

Também, é perceptível o problema de caráter quanto ao histórico de pagamento de alguns demandantes que, sem motivo aparente, não honraram seus compromissos (não há dados nos documentos disponibilizados pelas instituições que demonstrem problemas que justificassem a inadimplência).

Portanto, feita a análise de 18 operações de crédito realizadas pela SUDENE, pelos Banco do Brasil e Banco do Nordeste, ficou caracterizada que a principal ocorrência, na amostra selecionada, através dos dados disponibilizados, é a incidência da exposição ao risco operacional, demonstrando que o fato da maior preocupação das autoridades monetárias (em relação às instituições financeiras) e do Governo Federal (com referência à SUDENE) no combate ao risco operacional é de extrema relevância.

A preocupação com o treinamento de funcionários, com a criação de mais e melhores mecanismos de controle, o acompanhamento sistêmico de operações e a diminuição de alçadas individuais para liberação de recursos são de fundamental importância para a minimização do risco operacional, e de uma certa maneira, a redução generalizada dos riscos totais.

Em todos os países de economia avançada a preocupação com o risco operacional tem sido crescente, tanto é que o Comitê da Basileia tem dedicado grande parte de suas deliberações emitindo normativos que buscam reduzir o risco operacional das instituições financeiras dos países afiliados.

Por fim, ao se verificar a problematização e os objetivos propostos, percebe-se que a inadimplência observada é fruto de:

- a) utilização inadequada de modelos de análise de operações;
- b) controles ineficazes das instituições;
- c) mudanças conjunturais;
- d) modificações mercadológicas; e
- e) problemas de ordem legal.

Registre-se que nos processos analisados identificou-se uma maior concentração de operações com deficiência nos estudos até o ano de 2000. A partir daquele ano diversos mecanismos de controle foram implantados de forma que se observa redução do nível de inadimplência nas instituições financeiras objeto de análise. Já a SUDENE, como informado no capítulo três, passa por processo de redefinição de papéis e procedimentos para a retomada das atividades.

Diante do que foi apresentado, e conforme os ditames do Comitê da Basileia, é relevante que o controle do risco operacional seja intensificado de forma a evitar que recursos de origem pública sejam desperdiçados em operações de financiamento e empréstimos que apresentam elevada possibilidade de inadimplência.

Não há mais espaço para que a avaliação do risco envolvido em uma operação seja feita de “forma heurística”. As diretrizes traçadas pelas autoridades regulamentadoras, tanto nacionais quanto internacionais, indicam que o empirismo, bem como a exposição ao risco, deverão ser minimizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando C.; DUMONTIER, Pascal. O Uso de Rede Neurais em Avaliação de Riscos de Inadimplência. **Revista de Administração FEA/USP**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 46-55, jan. 1995.

ANDRADE, Sandro C. Um Modelo de Medição de Risco de Crédito. **Resenha BM&F**, São Paulo, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ÁVILA FILHO, Francisco. **Manual de Análise Avançada de Crédito**. São Paulo: IBCB, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2682/99**. [S. l., ?]. Trata sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para devedores duvidosos. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 10 mar. 2002.

_____. **Circular 2.957/99**. [S. l., ?]. Regulamenta a divulgação de informações relativas a operações de crédito no mercado financeiro. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2002.

BANCO DO BRASIL S.A. **Apostilas dos Cursos**: Administração Estratégica do Crédito, Análise Financeira para o Crédito, Análise de Operações de Crédito e Qualidade do Crédito. Brasília: Banco do Brasil, 1997.

_____. **História do Banco do Brasil**. [S. l., 2002]. Disponível em: <http://www.bb.com.br>. Acesso em: 11 dez. 2002.

BANCO DO NORDESTE. **História**. [S. l., 2003]. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2003.

BANK FOR INTERNACIONAL SETTLEMENTS. **Consultive Document Operational Risk**. [S. l., ?]. Comitê da Basileia versão 1998 e 2000. Disponível em: <http://www.bis.org>. Acesso em: 12 mar. 2003.

BARALDI, Maria Regina. **Manual de Política e Processo Decisório de Crédito**. São Paulo: IBCB, 1990.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafios aos Deuses: A Fascinante História do Risco**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BLATT, Adriano. **Avaliação de risco e decisão de crédito: um enfoque prático**. São Paulo: Nobel, 1999.

_____, Adriano. **Dicas para conceder crédito com menos riscos**. Salvador: Casa Da Qualidade, 1998.

_____, Adriano. **Cobrança & Recuperação de Dívidas**. Salvador: Casa Da Qualidade, 1996.

BRUNI, Adriano Leal; FUENTES, Junior; FAMÁ, Rubens. **RISCO DE CRÉDITO Evolução Teórica e Mecanismos de Proteção nos Últimos Vinte Anos**. [São Paulo, 2002]. Disponível em: <http://www.fea.usp.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2002.

CAOQUETTE, John B; ALTMAN, Edward I; NARAYANAN, Paul. **Gestão de Risco de Crédito – O próximo grande desafio financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983

DAMODARAN, Aswath. **Avaliação de Investimentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

DUARTE Jr., Antônio Marcos. Gerenciamento de Riscos Corporativos: Classificação, Definições e Exemplos. **Resenha BM&F**, n. 134, p. 25-32, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 9. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GUPTON, Greg M. A Novidade do Momento: Creditmetrics, uma abordagem de valores expostos ao risco de crédito. **Revista Tecnologia do Crédito SERASA**, São Paulo, ano 1, n. 5. mar. 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubem. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAPPONI, Juan Carlos. **Avaliação de Projetos de Investimento: Modelos em Excel**. São Paulo: Laponi Treinamentos e Ed., 1996.

LIMA, Costa Marcos; MONTEIRO, Rubens; SANTOS, Valdeci. **Planejamento Regional em Tempos de Globalização**. Recife: Universitária UFPE, 2000.

MARKOWITZS, Harry. Portfolio Selection. **Journal of Finance**, New York, v. 7, n. 1, p. 77-91, mar. 1952.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. São Paulo: Atlas, 1995.

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade Avançada e análise das demonstrações financeiras**. 9. ed. São Paulo: Frase, 2000.

OHLSON, J. A. Financial Ratios and Probabilistic Prediction of Bankruptcy. **Journal of Accounting Research**, Spring, p. 109-131, 1980.

PAIVA, Carlos Alberto. **Administração do risco de crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Jacob. **Administrando risco de crédito com o CREDITMETRICS**. [São Paulo, 2002]. Disponível em: <http://www.fea.usp.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2002.

PRADO, Renata. G.A.; BASTOS, Norton T.; DUARTE Jr., Antônio M. **Gerenciamento de Riscos de Crédito em Bancos de Varejo no Brasil**. Tecnologia de Crédito SERASA, jul. 2000.

ROBERTS, Richard. **Por Dentro das Finanças Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ROCHA, Antonio Carlos. **Na selva do calote**: concedendo e recuperando créditos. São Paulo: Futura, 1997.

ROSS, Stephen A.; WEATERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1998.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 8. ed. São Paulo: Best Seller, 1998.

SAUNDERS, Anthony. **Medindo o Risco de Crédito**: Novas Abordagens para o Value At Risk e outros paradigmas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito**: concessão e gerência de empréstimos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SECURATO, José R. **Um modelo para determinar o valor presente de uma carteira de crédito e seus riscos**. Anais do III SEMEAD da FEA/USP. São Paulo: 1998.

SECURATO, José R.; PEROBELLI, Fernanda F. C. Comparação entre métodos do valor presente de uma carteira e seus riscos. **Caderno de Pesquisa em Administração FEA/USP**, São Paulo, v. 07, n. 4, p. 01-1, out. 2000.

SILVA, José Pereira da, **Gestão e análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Sérgio Eduardo Dias da. **Gerência Financeira**. São Paulo: Saraiva, 1991.

USP, Equipe Professores. **Manual de Economia**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa e Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das. **Introdução à Economia**. 4. ed. São Paulo: Frase, 2000.

WOILER, Samsão; MATHIAS, Washington Franco. **Projetos: Planejamento, Elaboração e Análise**. São Paulo: Atlas, 1986.